

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES  
POLÍTICAS**

**LORENNA RIBEIRO ZEM EL-DINE**

**RAÇA, HISTÓRIA E POLÍTICA EM ALFREDO ELLIS JR. E  
CASSIANO RICARDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos

VITÓRIA  
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

EI-Dine, Lorena Ribeiro Zem, 1984-  
E37r Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano  
Ricardo / Lorena Ribeiro Zem EI-Dine. – 2010.  
151 f.

Orientador: Fabio Muruci dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito  
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ricardo, Cassiano, 1895-1974 - Crítica e interpretação. 2.  
Ellis Junior, Alfredo, 1896-1974 - Crítica e interpretação. 3.  
Nacionalismo. 4. Raças. 5. Brasil - História - Entradas e  
bandeiras. I. Santos, Fabio Muruci dos. II. Universidade Federal  
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

**LORENNA RIBEIRO ZEM EL-DINE**

**RAÇA, HISTÓRIA E POLÍTICA EM ALFREDO ELLIS JR. E  
CASSIANO RICARDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovado em \_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de 2010.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos (Orientador)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues  
Universidade Severino Sombra

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares (Suplente)  
Universidade Federal do Espírito Santo

## RESUMO

Esta dissertação analisa as narrativas históricas produzidas por Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo entre as décadas de 1920 a 1940, período em que muitas obras historiográficas buscaram diagnosticar os principais problemas e características do desenvolvimento histórico do Brasil e apontar soluções para o seu futuro. Explora as diferentes imagens do povo brasileiro apresentadas naquelas narrativas, com ênfase para o tema da miscigenação e dos usos políticos da história bandeirante.

**Palavras-chave:** caráter nacional; sertão; bandeirantes; Alfredo Ellis Jr.; Cassiano Ricardo; mestiçagem.

## ABSTRACT

This research discusses the historical narratives written by Brazilian historians Alfredo Ellis Jr. and Cassiano Ricardo between the 1920's and 1940's when many historical studies tried to offer a diagnosis of Brazilian historical problems and characteristics and propose solutions to its future. It explores the different images of the Brazilian people in those historical narratives, highlighting the question of miscegenation and the political uses of Bandeirante history.

**Keywords:** national character; sertão (backlands); Bandeirantes; race; Alfredo Ellis Jr; Cassiano Ricardo; miscegenation.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1: O SERTÃO EM VERDE-AMARELO .....	19
1.1 O sertão no pensamento brasileiro .....	23
1.2 A redefinição do sertão no modernismo verde-amarelo .....	29
1.2.2 O manifesto verde-amarelo e a história brasileira.....	37
CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E DIÁLOGOS COM A HISTORIOGRAFIA .....	42
2.1 Alfredo Ellis Jr.: uma narrativa histórica “na verdade, em toda a verdade, e só na verdade” .....	47
2.2 Cassiano Ricardo: mito e história .....	63
CAPÍTULO 3: MISTIÇAGEM E HISTÓRIA.....	74
3.1 Apontamentos sobre a história do problema racial .....	75
3.2 A questão racial no verde-amarelismo.....	80
3.3. Alfredo Ellis Jr.: “ <i>the right man in the right place</i> ”.....	86
3.4 A mestiçagem na vila paulista.....	90
3.5 Cassiano Ricardo: A mestiçagem e a formação da democracia brasileira .	95
CAPÍTULO 4: A HISTÓRIA BANDEIRANTE E A FORMAÇÃO DA ÍNDOLE PAULISTA E NACIONAL .....	104
4.1 A influência da geografia na vila paulista .....	105
4.1.1 Alfredo Ellis Jr.: as causas da superioridade paulista .....	105
4.1.2 Cassiano Ricardo: o sertão, “uma divindade mitológica, pânica, condenando os homens pelo terror e pelo encantamento” .....	111
4.1.3 O isolamento geográfico e a formação democrática de Piratininga .....	114
4.2 O contraponto entre São Paulo e o Nordeste .....	123
4.2.1 Alfredo Ellis Jr.: a evolução paulista na “senda do utilitarismo” .....	125

4.2.2 Diferentes versões acerca do bandeirismo .....	130
4.3 O receituário para o Brasil .....	136
CONCLUSÃO .....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	146
5.1 Fontes .....	146
5.2 Artigos e livros .....	147

## AGRADECIMENTOS

Certamente, se não fosse a necessidade de colocar um ponto final, novas questões motivariam este estudo, e com elas outras maneiras de expressar as discussões desenvolvidas aqui.

O caminho percorrido, apesar das dificuldades, foi prazeroso pelo aprendizado a cada leitura realizada e a cada idéia nova suscitada por elas. E o que vai ficar dele, mais que os percalços, é a vontade de começar tudo outra vez.

Alguns agradecimentos são necessários. Ao meu orientador, Fabio Muruci dos Santos, pela disponibilidade em me orientar e pelos “puxões de orelha”, sem os quais seria impossível concluir este trabalho.

Aos professores Antônio Carlos Amador Gil e Geraldo Antônio Soares pelas observações feitas ao meu texto no Exame de Qualificação.

Aos funcionários do setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, à Marta em especial; da Biblioteca Nacional e da Casa de Rui Barbosa.

Não poderia esquecer dos meus anfitriões, no Rio de Janeiro, Amanda Jordao, Leônidas Pires Maurício Hayashi, Wallace Medeiros e Raquel Werneck. Obrigada pelo carinho e paciência!

Silas Raasch, amigo desde a graduação em Viçosa-MG, e Carla Caliman, já faz dois anos, me receberam em Vitória e se dispuseram, sempre, a me ajudar com os meus inúmeros pequenos problemas urgentes, sem solução e de última hora.

Não posso deixar de agradecer, também, aos diretores e funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), onde trabalhei a maior parte do tempo do meu mestrado. Entres eles, Ivana de Araújo, Josiane Jubini (Josi), Juliana Simonato, Lúcia Guimarães, Patrícia do Carmo e Rosângela Francischetto acompanharam de perto os percalços da minha vida de mestranda, dividida entre milhares de leituras e textos por fazer, o trabalho e a

saudade de casa. Nos momentos inevitáveis de cansaço e desânimo elas se mostraram, diversas vezes, prontas a me socorrer e animar.

Também no APEES conheci Viviane Vasconcelos (Vivi), Enaile Carvalho e Juliana Lima (Juju). Elas me ensinaram muito sobre o trabalho de organização de acervos documentais, foram companheiras em dias e dias de trabalho e amigas em diversas ocasiões.

Carolline Soares (Carol) foi a amiga dos momentos críticos em que o texto não saía, a leitura era difícil e o tempo curto. Seus conselhos francos e sua companhia nas horas de aperto, em várias ocasiões, me deram novo ânimo.

Wilka deixou menos solitária a minha estada no Espírito Santo, me socorreu em apuros diversos, como nas diversas trapalhadas minhas com o computador, e me apresentou aos seus bolos integrais deliciosos, “receitas secretas de família”.

Thiago Enes, Natália Carolina Alves e Karine Dias participaram desses dois anos me oferecendo uma amizade daquelas que permanecem, apesar da distância. Thiago insistiu que eu precisava trabalhar, estudar, mas também me divertir. Natália não imagina talvez, o quanto foram importantes as nossas conversas sobre as suas peripécias, na Bélgica e pela Europa, para deixar menos sisudos e cansativos os meus dias. Karine desculpou sempre as ausências da sua amiga desnaturada e insiste, há mais de cinco anos, para que eu vá visitá-la em Ipatinga-MG.

À minha família agradeço pela torcida e pelo apoio que me deram. Maria do Carmo (tia Dú), apesar de tão atarefada, se dispôs a ler o meu texto e, assim como a minha mãe, é um exemplo pra mim. Igor Pires (meu irmão) me perguntava sempre, com interesse, sobre o andamento do texto. Laísa Pires (minha irmã) acompanhou o dia a dia deste trabalho, das horas mais felizes às mais delicadas. Márcia Ribeiro Pires (minha mãe) me apoiou incondicionalmente, e me fez acreditar que tudo daria certo, apesar das dificuldades. A ela o meu agradecimento especial!



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a produção intelectual de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, inserindo-a no debate das primeiras décadas do século XX. As trajetórias desses intelectuais aproximaram-se, na década 1920, pela participação na corrente modernista verde-amarela, reunida em torno da redação do *Correio Paulistano*. Mesmo não tendo participação nas discussões literárias desse movimento, Alfredo Ellis Jr. compartilhou com os modernistas verde-amarelos, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, o interesse pelo estudo de temas históricos paulistas.

Apesar de correntemente citado por estudos sobre o contexto intelectual paulista na primeira metade do século anterior, Alfredo Ellis Jr. é pouco estudado pela historiografia. Em grande parte dos estudos, as referências encontradas sobre ele destacam sua carreira de historiador e professor de História na recém criada Universidade de São Paulo, nos anos 1930, a sua inserção no debate regionalista paulista das primeiras décadas do século XX e a sua visão preconceituosa com relação ao índio e o negro, influenciada pelas teorias racialistas difundidas no Brasil a partir do início do século XX.

Cassiano Ricardo, diferente de Alfredo Ellis Jr., foi estudado sistematicamente. Sua obra, contudo, principalmente quando comparada à de outros modernistas, permanece bastante desconhecida. Como aponta Luiza Franco Moreira, Cassiano Ricardo tem recebido pouca atenção da crítica literária, sendo, na maioria das vezes, apenas mencionado em recapitulações sobre o modernismo. Por outro lado, a historiografia tem estudado esse autor, sobretudo, como no é caso das abordagens de Alcir Lenharo e Monica Pimenta Velloso, enfocando sua atuação como ideólogo estado-novista.<sup>1</sup>

Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, convém lembrar, a intelectualidade de São Paulo desempenhou um grande esforço na busca de elevar esse estado, cultural e politicamente, a uma posição privilegiada no cenário nacional. Os estudos produzidos por intelectuais sócios do Instituto

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas & heróis**. Aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 23.

Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), da Academia Paulista de Letras (APL) e periódicos importantes como o *Almanach Litterario* e a *Revista do Brasil*<sup>2</sup> buscaram ressaltar a relevância dos eventos históricos protagonizados pelos paulistas para a história nacional. Transitando entre o regional e o nacional, em muitas narrativas, o olhar para o passado serviu tanto para explicar os fundamentos da nação, como para projetar o país do futuro.

Diversos literatos e historiadores dedicaram-se à construção e à preservação da identidade regional. Na literatura regionalista paulista, esse debate esteve presente, por exemplo, nas obras de Monteiro Lobato e Cornélio Pires, alcançando grande repercussão entre os intelectuais e o grande público. Ambos os autores protagonizaram, nas décadas de 1910 e 1920, uma acalorada discussão acerca do caboclo, que foi representado em diversas crônicas publicadas por Lobato.

Em “Urupês” (1915), publicada em *O Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato carregou nos tons negativos do seu personagem Jeca Tatu, representando-o alheio à idéia de pátria e impenetrável a civilização. Esses qualitativos causaram polêmica entre os intelectuais brasileiros, preocupados em refletir a inserção do Brasil entre as nações civilizadas. Entre eles, os membros do grupo verde-amarelo desenvolveram uma crítica sistemática ao Jeca e procuraram contrapor a ele, a imagem do bandeirante, trabalhador e rico em iniciativa.

Cornélio Pires seguiu um caminho inverso ao de Monteiro Lobato, optando pela ênfase na valorização positiva do caipira. A produção ampla e diversificada é uma particularidade de sua obra sobre o caipira, frente à de seu colega de profissão. Além de publicações em prosa e poesia, Cornélio Pires realizou *tournées*, com espetáculos nos quais contava anedotas e encenava episódios de tema caipira e entoava cantigas típicas, com a apresentação de violeiros e grupos musicais.<sup>3</sup> Como aponta Sylvia Helena Telarolli de Almeida

---

<sup>2</sup> Sobre o IHGSP e o *Almanach Litterario* de São Paulo ver: FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002. Sobre a *Revista do Brasil*, ver: DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Fundação da Unesp, 1999.

<sup>3</sup> LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas**. A caricatura na literatura paulista, 1900-1920. São Paulo: Editora da Unesp, 1996, p. 117. Sylvia Helena Telarolli de Almeida analisou comparativamente a representação do caipira na produção de Monteiro Lobato e Cornélio Pires e apontou o tom laudatório do caipira presente

Leite, seus trabalhos buscaram, principalmente, registrar e divulgar, nas cidades, os costumes e a linguagem do paulista do interior.<sup>4</sup> Ressaltavam traços da cultura paulista e do conjunto cultural que formavam a nação, os quais, segundo a crença dos intelectuais, estariam ameaçados pelo crescimento das cidades.

A mesma questão mereceu destaque na obra de Amadeu Amaral, considerado precursor no país no estudo da cultura popular.<sup>5</sup> Amadeu Amaral defendeu iniciativas visando à sistematização dos métodos de pesquisa nesse campo. Para ele, se muito pouco havia sido produzido no Brasil sobre a cultura popular, a situação de São Paulo era ainda mais incipiente. Embora famoso pelo seu bairrismo, segundo este autor, o paulista era o “que menos ama e acarinha o seu ‘torrão’”.<sup>6</sup> Longe de figurar como afirmação isolada, o provincianismo paulista em relação à valorização da cultura seria freqüentemente contrastado ao cosmopolitismo carioca. Essa era uma idéia forte entre os paulistas, a ponto de o escritor Monteiro Lobato, ao assumir a direção da famosa *Revista do Brasil* em 1918, cogitar a transferência dela para o Rio de Janeiro.<sup>7</sup>

A tentativa de legitimar a supremacia de São Paulo no cenário brasileiro, para além da valorização da cultura paulista, é notada no renovado interesse

---

em Cornélio Pires. Segundo a autora, este autor representou o caipira como trabalhador, forte, tímido em contato com a cidade, folgazão e alegre em seu meio, de rara inteligência e argúcia, maleabilidade para todo serviço, dócil, amoroso, sincero e afetivo. No entanto destacou que a definição de Cornélio Pires acerca do “caipira caboclo” - um dos tipos de caipira destacados por ele; não discrepa muito daquela que foi apresentada por Monteiro Lobato, na figura do Jeca. Para a autora, a negatividade desse personagem foi inclusive ampliada. Conforme o trecho de Cornélio Pires, citado pela autora: “Geralmente os caipiras caboclos são madraços. Arranjando um cantinho no sítio do branco, ou numa fazenda, lá ficam ‘mumbaveando’, tolerados pelos patrões... aos quais não prestam serviço.” “O traje do caboclo é repelente. Sua casa é imunda, de paredes esburacadas, coberta de sapé velhíssimo e podre...”. Ver páginas 122 e 123 da obra citada.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>5</sup> Sobre Amadeu Amaral ver: DUARTE, Paulo. **Amadeu Amaral**. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976; FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. 2007. 163 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

<sup>6</sup> AMARAL, Amadeu. **Tradições Populares**. São Paulo: Editora Hucitec/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 42.

<sup>7</sup> Em carta de 26 de maio de 1919, Monteiro Lobato comentou com Godofredo Rangel: “Ando querendo mudar para o Rio a *Revista do Brasil*. Em São Paulo ela terá sempre o caráter regional, provinciano, e isso a diminui”. LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1955, p.199.

pelo tema das bandeiras. Estudos clássicos como os de Pedro Taques e Frei Gaspar Madre Deus, escritos no século XVIII, tornaram a ser visitados e tiveram algumas de suas teses revistas. Entre elas, a riqueza e a origem aristocráticas do bandeirante receberam crítica sistemática de Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante* (1929). Por outro lado, diversos autores procuraram desmentir a propalada crueldade dos bandeirantes com os indígenas, na busca de fortalecer e divulgar uma imagem heróica do bandeirante. Tal historiografia ocupou-se não só de exaltar o papel das bandeiras na construção da nação, como também de forjar a identidade paulista. Nela, a imagem do paulista foi aproximada à do bandeirante e caracterizada com os mesmos atributos heróicos atribuídos a ele: desbravador, destemido, altivo, determinado, independente, leal e líder nato.<sup>8</sup>

A passagem para os anos 1920 marcou o fim da *Belle Époque* brasileira, período de grande euforia com o progresso e a modernização do país. As grandes reformas urbanas realizadas no início do século XX, nas capitais federal e paulista, constituem símbolos do otimismo que marcou esse contexto. A proposta era preparar as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, grandes centros urbanos do país, para ingresso do Brasil em uma fase de prosperidade e desenvolvimento. Essa expectativa foi frustrada pelos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial e sucedida pelo pessimismo e a descrença no modelo de civilização ocidental, vigente no século XIX.

Destacando o amplo alcance e a profundidade dos acontecimentos decorrentes desse conflito, Eric Hobsbawm considerou-o marco inaugural do século XX. Na visão desse autor, a guerra na Europa colocou em xeque “uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional” e “burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica”. Por outro lado, também “exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação”, “com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa”, que era representada então como “berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria”.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> DE LUCA, 1999, p. 100; 102, passim.

<sup>9</sup> HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

No Brasil, essa crise foi agravada pelo descontentamento com a política brasileira, do qual o principal termômetro foi o debate realizado por ocasião da comemoração do centenário da independência do Brasil, em 1922. De acordo com Marly Silva Motta, este debate foi expresso, *grosso modo*, na definição de duas vertentes intelectuais distintas, cujas idéias oscilaram entre vanguarda e tradição. A primeira destacou a necessidade de sintonizar o país com o “ritmo feroz e febril do novo mundo urbano e industrial”.<sup>10</sup> A segunda preocupou-se em ressaltar os valores nacionais e repudiar “o industrialismo e a modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal”.<sup>11</sup> Embora se distanciassem quanto ao receituário proposto à realidade nacional, essas vertentes tiveram como ponto em comum a constatação do atraso brasileiro, do fracasso republicano no projeto de solidificação da identidade nacional brasileira e a busca de um Brasil moderno.<sup>12</sup> O sentimento compartilhado, passados já cem anos da independência do país, era o de que não havia, no Brasil, tantas conquistas assim a serem comemoradas. Apesar do tempo transcorrido e das esperanças depositadas na República, os esforços empreendidos até então pelas elites políticas brasileiras não teriam sido suficientes para fazer o Brasil emergir como nação.

Paralela a essas discussões, nas décadas de 1920 e 1930, a influência estrangeira no país ganhou acentuado destaque, apontada como a principal barreira para a modernização do país. Os intelectuais assinalavam que o costume de copiar em tudo a Europa havia tornado os brasileiros alheios à realidade nacional. Uma das conseqüências dessa atitude seria a implantação de modelos políticos inadaptáveis ao país, explicação para o fracasso e a insatisfação gerados pelo regime republicano e liberal. A única saída para enfrentar esse quadro era conhecer de forma mais profunda o Brasil, na busca de um diagnóstico mais preciso e eficaz acerca do modelo político adequado. E, por isso mesmo, mais eficiente também na solução das mazelas brasileiras.

A tese decadentista de Oswald Spengler, autor de *A decadência do Ocidente* (1918), fez muito sucesso no Brasil. Para esse autor, em linhas

---

<sup>10</sup> MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992, p. 32.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 31.

gerais, as civilizações se desenvolveriam em ciclos vitais e, ao chegarem às suas formas plenas e definitivas, entrariam em declínio. No contexto brasileiro, influenciado por essa tese, a guerra na Europa foi considerada sinal da decadência do velho continente e ascensão de uma nova civilização na América. Para os intelectuais paulistas, essa hipótese tornava ainda mais urgente que São Paulo exercesse um papel de liderança no Brasil, justificado pela supremacia econômica paulista, conduzindo o país ao ciclo de prosperidade que se aproximava.

Partindo desses apontamentos, ao longo deste estudo, pretendemos analisar comparativamente a inserção de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo no debate das décadas de 1920 e 1930. A intenção ao analisar artigos e livros, privilegiando *Os Primeiros Troncos Paulistas* (1936) e *Marcha para Oeste* (1940), respectivamente publicados por Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, será discutir a contribuição desses autores para a historiografia bandeirante e o debate acerca do caráter paulista e nacional. Ao mesmo tempo, destacar o diálogo entre a interpretação da história paulista e brasileira presente nos textos desses autores e os projetos de modernização que defenderam, procurando fazer frente à crise brasileira.

Os anos de 1924 e 1940 foram definidos como marcos cronológicos desse estudo. O primeiro refere-se ao ano em que Alfredo Ellis Jr. lançou *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, seu primeiro estudo de maior fôlego sobre a história paulista e uma das primeiras incursões do autor no campo da historiografia. Dois anos mais tarde, Cassiano Ricardo publicaria os seus primeiros textos verde-amarelistas nas páginas do *Correio Paulistano*, junto com seus companheiros modernistas Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. O ano de 1940 foi destacado como o limite final do recorte escolhido por ser o ano da publicação, por Cassiano Ricardo, da primeira edição de *Marcha para Oeste*. Nesse livro o autor desenvolveu suas idéias expressas desde os anos 1920 com um enfoque mais histórico e sociológico.

Como aponta José Luis B. Beired, no período destacado “a intelectualidade considerava-se o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e de imprimir uma direção política

a seus respectivos países”.<sup>13</sup> Os intelectuais partiram do pressuposto de que seus países passavam por “uma crise de proporções catastróficas, cuja solução dependia de atar os destinos da nação à nova ordem mundial”,<sup>14</sup> que viria substituir a anterior, sustentada pelo liberalismo, pelo racionalismo e pelo otimismo cientificista. Para além da direita nacionalista, enfocada no estudo de Beired, é importante assinalar que, compartilhando o mesmo diagnóstico de crise brasileira e internacional, intelectuais brasileiros de outras correntes procuraram traçar caminhos para a superação dessa crise e projetos de modernização para o país.

Daniel Pécaut, ao estudar os intelectuais brasileiros atuantes entre as décadas de 1920 e 1940, destacou que eles falaram a linguagem da elite dirigente, representando a si próprios como possuidores de um saber privilegiado sobre a sociedade. Dessa forma, transitaram naturalmente entre os terrenos da cultura e da política, atuando no campo literário ou diretamente na política oficial.<sup>15</sup>

O debate entre o cosmopolitismo e o nacionalismo, colocado em questão pelos modernistas, mostrou-se central à produção artística e à política nos anos seguintes. Ao ressaltá-lo, o modernismo teria mostrado o quanto era indissociável a cultura e a política. A tarefa de transformar uma “nação latente” em uma “nação-sujeito” prescindia de um empreendimento em ambos os níveis, justificando a vocação dos intelectuais para a elite dirigente. Eles se diziam capazes, melhor do que qualquer outra elite, de captar e interpretar a nacionalidade ainda carente de expressão cultural e política. Em outras palavras, de explicitar os traços impressos no inconsciente da nação.<sup>16</sup>

O projeto de “redescobrir o país”, defendido por esses intelectuais, encontrou apoio no regime de 1930. Nesse sentido, a atuação deles na identificação de um sentido para a nacionalidade, no retorno às raízes culturais do Brasil e na construção de uma unidade cultural foi amplamente reconhecida pelo governo Vargas. Segundo Daniel Pécaut, o “Estado apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira desejava realizar a

---

<sup>13</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p.18.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 27; 38-39.

unidade orgânica da nação e recorria aos intelectuais para alcançá-la”.<sup>17</sup> Na visão do autor, como para os intelectuais, “era sempre evidente para os responsáveis pelo assunto no regime, que a ‘cultura’ e a ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo”.<sup>18</sup>

Ao refletirmos essas questões, queremos chamar atenção para o diálogo de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo com o debate político da época. Este, pensado em um sentido mais abrangente que o da atuação direta nos órgãos do Estado. Considerando a existência de tal alargamento das fronteiras do político, no contexto das primeiras décadas do século XX, destaca-se a aproximação deste estudo, com os pressupostos da história política. Como é sabido, para essa vertente teórica, o fenômeno político não possui fronteiras rígidas, podendo, em cada contexto histórico, ampliar ou restringir o seu diálogo com outras esferas sociais.<sup>19</sup> Seu enfoque considera, desse modo, que o objeto da história política expande-se para além da discussão sobre os seus espaços tradicionais, o Estado e as organizações partidárias. No caso deste estudo, ao refletirmos comparativamente as narrativas históricas de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, procuraremos dar ênfase à interface entre o político, a disciplina histórica e o debate sobre a identidade de São Paulo e do Brasil.

O primeiro capítulo analisa o debate acerca do sertão e a redefinição de sua idéia realizada pelos modernistas verde-amarelos. Na segunda metade da década de 1920, esses intelectuais desenvolveram uma crítica sistemática a versão negativa do sertão e do brasileiro do interior, consagrada pelo personagem Jeca Tatu. Tal crítica esteve associada, em grande parte, ao contraponto desse grupo à influência das “idéias alienígenas” no Brasil. Assim, os verde-amarelos, ao destacarem o artificialismo do litoral ou das cidades brasileiras, procuraram ressaltar o sertão e o sertanejo como símbolos da autenticidade nacional. Por outro lado, apresentaram uma nova imagem do brasileiro rural, associada à figura heróica do bandeirante, que diferente do

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 69. A relação entre os intelectuais e o Estado Novo foi estudada também por Monica Pimenta Velloso. Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

<sup>19</sup> REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / FGV, 1996, p. 244.



Jeca de Lobato, caracterizava-se pelo empreendedorismo e capacidade de trabalho.

O segundo capítulo discute as trajetórias intelectuais de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo e analisa o diálogo desses autores com a pesquisa histórica. Alfredo Ellis Jr., embora não tenha sido historiador de formação teve a sua trajetória ligada, essencialmente, à produção historiográfica. Esse autor, que foi um dos primeiros professores de História da Universidade de São Paulo – criada na década de 1930 – costumava desenvolver em seus livros algumas idéias acerca do ofício do historiador, enfatizando a importância da análise documental – sobretudo de fontes inéditas – e do diálogo da historiografia com ciências auxiliares, procedimento a partir do qual defendia a imparcialidade de suas conclusões sobre a história paulista. Cassiano Ricardo, até *Marcha para Oeste*, não manteve vínculos tão estreitos com a pesquisa histórica, contudo, assim como Ellis Jr., ao apresentar interpretação da história das bandeiras paulistas, sem renunciar a linguagem poética dos seus escritos anteriores, procurou embasar suas idéias na pesquisa documental e bibliográfica.

O terceiro capítulo reflete sobre os discursos de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo sobre a mestiçagem. Esses autores, para fundamentar as suas versões positivas acerca do brasileiro, procuraram rever as previsões negativas dos teóricos raciais do século XIX. Alfredo Ellis Jr., sem desconsiderar os seus pressupostos teóricos, procurou mostrar o paulista como rara exceção de mestiçagem eugênica, em grande parte respaldada em um suposto acelerado processo de branqueamento da população paulista. Cassiano Ricardo, diferentemente de Ellis Jr., apresentou uma recusa mais enfática aos pressupostos racistas, mas desenvolveu uma análise da mestiçagem nas bandeiras paulistas associada a uma rígida hierarquização das relações e dos papéis a serem desempenhados pelos diferentes grupos étnicos.

O quarto capítulo discute as narrativas históricas de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, levantando questões como a tese do desenvolvimento de uma democracia e um rudimentar *self-government* na vila paulista nos séculos XVI e XVII e o contraponto entre São Paulo e o Nordeste desenvolvido por esses autores. Por outro lado, procura mostrar o fio histórico apresentado por

Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo entre o passado paulista e o presente brasileiro das primeiras décadas do século XX, a partir do qual, na visão desses autores, seria possível traçar um receituário adequado para o país.

## CAPÍTULO 1

### O SERTÃO EM VERDE-AMARELO

Nas primeiras décadas do século XX, a questão nacional foi um tema de discussão obrigatória entre os intelectuais brasileiros. Nesse contexto, a discussão em torno do sertão e do mestiço, caracterizado em grande parte, pela imagem do caipira, do caboclo, do sertanejo – termos empregados na época para designar o brasileiro do interior – teve importância destacada em diversas interpretações sobre o Brasil. A identificação do sertão e do brasileiro do interior como símbolos da nação autêntica mostra-se subjacente a esses discursos e, na mesma medida, o movimento pendular entre atração e repulsa que marca o posicionamento desses escritores com relação ao tema. Em seus discursos, as regiões mais afastadas do litoral e, conseqüentemente, dos centros urbanos da época, transitaram facilmente entre imagens contrárias, ora compondo receituário para as mazelas nacionais, ora sendo responsabilizadas pelo atraso brasileiro frente às nações civilizadas.

Para esses intelectuais, mostrava-se evidente o acentuado afastamento entre as realidades do litoral e do sertão. Nesse sentido, civilizar o sertão e compor a nação a partir dele tornou-se um projeto compartilhado por um amplo leque de intelectuais, no qual a auto-reflexão constituiu um importante desdobramento. O estranhamento frente aos recônditos do país, identificado pelo signo da *barbárie*, não raro gerou entre alguns intelectuais o desconforto de não se reconhecerem como brasileiros. Em outros, suscitou ainda a urgência de se identificarem como “caipiras”, opondo-se, deste modo, aos valores expressos pelo litoral. Ambas as posturas foram adotadas dentro de um amplo debate sobre a influência das idéias importadas no país.

A década de 20 marcou o início de uma revisão da imagem negativa do brasileiro, influenciada pelos diversos determinismos raciais, geográficos e

culturais em moda no Brasil a partir das últimas três décadas do século XIX. Baseados em uma perspectiva etnocêntrica, esses discursos procuravam fundamentar em bases “científicas” a superioridade européia, ao mesmo tempo em que lançavam dúvidas sobre o êxito da “civilização” no continente americano.

Sobre esse contexto, o Jeca Tatu de Lobato é comumente assinalado como símbolo da inversão nas representações do brasileiro, ao mesmo tempo em que sinaliza as rupturas e permanências desse processo.<sup>20</sup> Esse personagem teria representado uma importante virada das interpretações que até então viam o homem rural como imagem simbólica do “destino biológico” brasileiro para aquelas que o relacionavam com a pobreza do interior do país e a ineficiência das nossas elites políticas. Em muitas dessas discussões, o Jeca Tatu foi, se não ponto de partida ou inspiração, com certeza um tema inevitável.

De acordo com Sylvia Helena Telarolli de Almeida Leite, a obra de Monteiro Lobato funcionou como radar das ideologias disseminadas no período em que viveu. As três imagens cunhadas por Lobato entre as décadas de 1910 e 1940, para um dos seus personagens mais famosos, constituem exemplo claro dessa característica encontrada nos textos do escritor paulista.<sup>21</sup> Duas dessas imagens são importantes para essa discussão: a primeira é encontrada na crônica “Urupês”, publicada em *O Estado de São Paulo* em 1914 e incluída posteriormente em um livro com título homônimo. A segunda no artigo “Jeca Tatú, a ressurreição” [sic], incluído no livro *Problema Vital*, em 1924.

Na primeira imagem, o Jeca Tatu é apresentado como retrato do brasileiro rural, apático, indolente e inadaptável à civilização, demonstrando o pessimismo das teorias raciais acerca da mestiçagem. Já a segunda imagem constitui uma releitura do personagem iniciada por Lobato na virada da década

---

<sup>20</sup> Contrapondo-se aos estudos que assinalaram o enfraquecimento do enfoque racial nos textos de Lobato, a partir desse período, segundo Paula Arantes Briglia Habib, a representação do Jeca como uma “má semente” plantada em solo brasileiro, fruto da miscigenação, teria sido pelo contrário, aprimorada por Lobato. A partir desse período o escritor reúne-se a um amplo leque de intelectuais que elegerão a ciência como a via mais adequada para conduzir o país nos rumos da civilização. HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação**. 2003. 175 f. Mestrado. (Mestrado em História) – (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p. 37.

<sup>21</sup> LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas**. A caricatura na literatura paulista, 1900-1920. São Paulo: Editora da Unesp, 1996, p. 73-74.

de 1910 para a de 1920. Na edição de 1919 do livro *Urupês*, o escritor paulista reiterou no texto “Uma explicação desnecessária” a veracidade do personagem, ao mesmo tempo em que procurou desculpar-se com o Jeca e apontar os responsáveis por suas mazelas.

O discurso higienista estimulou Monteiro Lobato a redimir o seu personagem, o que se daria de forma definitiva cinco anos mais tarde. Lobato encontrou na leitura dos relatórios da pesquisa de campo realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva em regiões rurais do país um argumento convincente para, segundo ele, virar a casaca em relação ao Jeca.<sup>22</sup> As promessas da ciência forneceram ao escritor paulista um alento sobre a possibilidade de minimizar os males decorrentes da miscigenação. Lobato passou a acreditar que o saneamento poderia curar a indolência e a apatia do Jeca, tornando-o, enfim, trabalhador e civilizado.

Na crônica “Jeca Tatú, a ressurreição” [sic] que se popularizou com o nome de “Jecatatzinho”, ao ser associada com a propaganda do biotônico Fontoura,<sup>23</sup> Lobato explica que o Jeca, antes sempre de cócoras e sem ânimo para o trabalho, sofreu uma transformação radical depois de receber a visita de um médico e curar-se da ancilostomose.<sup>24</sup> A partir de então se tornou valente e trabalhador, sendo que o resultado dessa mudança não demorou a aparecer. A prosperidade econômica chegou finalmente à porta do Jeca. Ele ficou rico, superou o seu vizinho italiano, modernizou a sua fazenda e, mais importante,

---

<sup>22</sup> Em carta escrita a Godofredo Rangel, Monteiro Lobato comenta: “Ontem escrevi, o epílogo; a coisa mais minha que fiz até hoje - e concluo com a apologia do Jéca. Virei a casaca. Estou convencido de que o Jéca Tatu é a única coisa que presta neste país” [sic]. LOBATO, Monteiro. LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1955, p.160.

<sup>23</sup> Cf. Pietra Diwan, “Garoto-propagandado Biotônico, o Jeca Tatuzinho vendia a cura para todo o sertanejo do país, pobre e desnutrido. A resenha do Jeca Tatuzinho publicada na Revista do Brasil advertia: “Lido e relido por todas as crianças do país e aprendendo cada qual a evitar o terrível flagelo, que bela ressurreição se operaria em nosso país”. DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma História da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p.102.

<sup>24</sup> De acordo com o escritor, “O Jeca que era um medroso, virou valente. Não tinha mais medo de nada, nem de onça! [...] Ele, que antigamente trazia tres pausinhos, carregava agora cada feixe de lenha que metia medo. E carregava sorrindo como se o enorme peso não passasse de brincadeira. [...] Quando teve que aumentar a casa, foi a mesma coisa. Derrubou no mato grossas perobas, atorou-as, lavou-as e trouxe no muque pro terreiro as toras todas. Sozinho! [...] Comprou arados e bois, e não plantava mais nada sem primeiro afofar a terra. O resultado foi que os milhos vinham lindos e o feijão era uma beleza. [...] O caboclo ficara com tanta fé no calçado, que metera botinas até nos pés dos animais caseiros! [...] A porcada aumentou de tal modo, que vinha gente de longe admirar aquilo. [...] Ficou rico e estimado, como era natural...” [sic]. LOBATO, Monteiro. *Jéca Tatú. A ressurreição* [sic]. In: **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 335-339.

passou a investir seu dinheiro no saneamento das populações rurais. Segundo Lobato, “resolveu ensinar o caminho da saúde aos caipiras das redondezas”.<sup>25</sup>

Um ponto importante a ser retido da mudança operada por Lobato no seu personagem constitui o tratamento do problema do Jeca, a partir de 1919, como questão social e política. Esse discurso reflete o contexto intelectual da época, no qual a explicação para a pobreza das populações rurais brasileiras e das periferias das grandes cidades perde em grande parte a ênfase racial e começa a ser pensada como resultado do descaso das nossas elites políticas. Entre os intelectuais que participaram desse debate, Amadeu Amaral defendeu que a tendência especulativa e imediatista da república brasileira era a grande culpada pelas mazelas nacionais. Em sua opinião, o Jeca, “tombado na miséria física e moral”, não era senão vítima do esquecimento das elites políticas. Segundo ele, em função desse desprezo é que o brasileiro do interior havia se tornado mero resíduo da sub-raça forte que, ao longo dos séculos, colaborou na conquista dos sertões, no desenvolvimento das lavouras e na fundação das cidades brasileiras. De acordo com o escritor, o regime republicano no Brasil conduzia-se de maneira equivocada, ignorando o fato de que a civilização e o progresso dependiam, na verdade, do combate à miséria. Enquanto preocupava-se em atrair imigrantes, oferecendo-lhes como garantias os direitos à saúde e à educação, negava esses mesmos direitos aos brasileiros.<sup>26</sup>

Como pano de fundo dessa discussão, estava a necessidade e urgência de educar o brasileiro para o trabalho. A imagem de uma terra dadivosa e providencial que dispensaria o brasileiro de um esforço sistemático começou nesse período a ser questionada. Conforme assinalou Amadeu Amaral, a riqueza de um país não poderia ser medida pelas jazidas minerais, pela abundância de terras cultiváveis ou pelas indústrias, mas pela sua capacidade de trabalho e iniciativa.<sup>27</sup> Por outro lado, ao longo da Primeira República, a necessidade de dignificar o trabalho e o trabalhador compôs o cerne de muitas das políticas levadas a cabo pelo Estado e anos mais tarde, tornou-se um dos projetos centrais do Estado Novo.

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 340.

<sup>26</sup> AMARAL, Amadeu. O Jeca e o Japonês. In: **Política Humana**. São Paulo: Editora Hucitec/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 39-41.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 16.

Procurando discutir essas questões, esse capítulo tem como objetivo assinalar alguns aspectos do debate acerca do sertão e do brasileiro do interior, destacando a contribuição do modernismo verde-amarelo na revisão da imagem negativa associada a eles. Com este objetivo, a primeira seção deste capítulo, ao focar a literatura e o estudo sobre as bandeiras paulistas, apresenta alguns aspectos gerais sobre esse tema. Em seguida, na segunda seção, o objetivo será analisar a doutrina verde-amarelista, procurando mostrar a redefinição do sertão, presente nos discursos dos intelectuais ligados a essa corrente do modernismo.

## 1.1 O SERTÃO NO PENSAMENTO BRASILEIRO

Segundo Janaína Amado, idéia central no pensamento social brasileiro, o “sertão” adquiriu nas ciências sociais e na literatura brasileira sentidos diversos: espacial, social, cultural. Sua relevância como categoria de interpretação do país pode ser sentida no seu uso corrente, desde os relatos dos viajantes do século XVI até a historiografia acerca da nação produzida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.<sup>28</sup> Segundo a autora, no período colonial, o termo foi empregado para denominar “áreas extensas, afastadas do litoral e de natureza ainda indomada”<sup>29</sup> e, assumindo uma clara conotação negativa, a idéia de sertão foi associada com espaços não explorados e de controle ainda insuficiente.<sup>30</sup>

Ainda no contexto colonial, segundo a autora, essa noção esteve também articulada a um determinado ponto de observação, o litoral. Sertão e litoral foram compreendidos como categorias opostas. Não desconsiderando os novos significados e interpretações que foram somados a ele, a ocorrência desse par litoral/sertão foi recorrente também no século XIX, alcançando nas primeiras décadas do século XX uma importância primordial nos textos que

---

<sup>28</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-147. Disponível em: <  
<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129>>. Acesso 01 jul. 2010.

<sup>29</sup> Ibidem, p.150.

<sup>30</sup> Ibidem, p.148.

procuraram refletir acerca da nação.<sup>31</sup> Neles, os termos litoral e sertão assumiram significados ambivalentes. Foi comum associar o litoral tanto à idéia de civilização, como à de inautenticidade. Por outro lado, as noções de atraso, resistência ao progresso e originalidade foram qualificativos freqüentemente usados para descrever o sertão.

No contexto da Primeira República, o sertão foi valorizado de forma expressiva. Nos discursos intelectuais e científicos desse período, o sertão representou um espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório, ao mesmo tempo em que foi assumido como base da originalidade nacional. As várias expedições exploratórias enviadas ao interior do país com objetivos diversos, entre os quais a expansão dos meios de transporte e comunicação, o mapeamento cartográfico e a delimitação das fronteiras, o saneamento das populações rurais e a composição de um inventário dos recursos naturais do país – iniciativas por meio das quais o Estado procurava firmar sua presença em regiões distantes das grandes cidades – contribuíram também para a construção, nesse período, de diferentes representações construídas em torno desse conceito.

Integrar o território foi preocupação recorrente entre as elites políticas desde o Estado Imperial, quando as incursões ao interior do Brasil receberam grande incentivo do Estado e a “unidade” tornou-se palavra chave de uma administração eficaz e segura. A Guerra do Paraguai contribuiu significativamente para esse debate, ao evidenciar as enormes dificuldades de comunicação da Corte com o Centro-Sul e Norte do país. Assim, as incursões ao interior realizadas nesse período tiveram como objetivo principal a construção de uma infra-estrutura de comunicação e transporte entre as províncias, condição identificada como garantia de agregação das populações mantidas dispersas e da integridade física do território.<sup>32</sup>

Nos primeiros anos da República, a integração foi importante lema do governo federal. Produzir um inventário científico das riquezas naturais existentes na porção noroeste e norte do território nacional era uma das

---

<sup>31</sup> Ibidem, p.146.

<sup>32</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.3, julho/setembro, 2008, p. 780-782.



prioridades das expedições enviadas para regiões distantes dos grandes centros do país. Por meio delas, diferentes olhares foram fixados acerca dos sertões brasileiros. Nos relatórios produzidos pela expedição exploratória do Mato Grosso ao Amazonas, liderada por Cândido Mariano Rondon, segundo Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero Sá e Nísia Trindade Lima, a região amazônica foi representada através de múltiplas imagens: o sertão como região abandonada pelos poderes públicos; paisagem destinada a desaparecer no processo civilizatório; “território vazio” a ser ocupado e modernizado; “fronteira” que delimita o país; natureza, com suas florestas e animais; campo para pesquisa científica.<sup>33</sup>

Também o movimento sanitarista compartilhou desse imaginário em torno do sertão. Sua imagem figurou, sobretudo, como categoria médica fixada através do binômio abandono-doença. Ao mesmo tempo, foi associada a regiões onde estavam ausentes os poderes públicos e, por isso, entregues à proliferação de doenças endêmicas. Não representava, portanto, apenas uma referência simbólica e geográfica ao interior do país. Podia começar na beira da capital da república, como também na cidade do país que mais se desenvolvia, São Paulo. A idéia de sertão faria, assim, referência àquelas áreas onde estariam ausentes as políticas de saúde e saneamento.<sup>34</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, os estudos históricos sobre as bandeiras contribuíram também para redimensionar a noção de sertão. A historiografia sobre o bandeirismo compreendeu duas fases principais. A primeira, situada no século XVIII, teve como autores principais Pedro Taques de Almeida Paes e Gaspar Teixeira de Azevedo. Segundo Lucia Lippi Oliveira, suas narrativas apresentavam o bandeirante como o responsável pelas entradas no sertão e pela descoberta das minas de ouro, constituindo o chefe das tropas. Entre os atributos destacados por esses autores, estiveram a capacidade de liderança, de *prear* índios, combater as ameaças estrangeiras e recuperar os escravos fugidos. Outra preocupação comum a esses primeiros

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 783-784.

<sup>34</sup> HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.5, supl. 0, Rio de Janeiro, jul.1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459701998000400012&lng=pt&nrn=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400012&lng=pt&nrn=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 11 jun. 2009.

historiadores das bandeiras foi discutir a procedência dos primeiros colonizadores.

O argumento principal era de que os bandeirantes provinham da nobreza portuguesa e compunham os chamados “homens bons” atuantes nas Câmaras. Para esses autores, seriam eles representantes do sangue puro dos primeiros povoadores. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, para Pedro Taques de Almeida, os bandeirantes correspondiam aos proprietários, aos ocupantes de cargos e aos chefes militares. Para Gaspar Teixeira de Azevedo, caracterizavam-se pela mestiçagem com o indígena, a qual teria enobrecido “o sangue português com suas virtudes”.<sup>35</sup>

De acordo com a autora, a segunda fase da historiografia bandeirante corresponde às primeiras décadas do século XX. Afonso D’Escragnole Taunay, Alfredo Ellis Junior e José de Alcântara Machado se destacariam no desenvolvimento desse tema, tratando o bandeirante como mameluco responsável pela expansão das fronteiras e pela descoberta do ouro.<sup>36</sup>

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, Afonso D’Escragnole Taunay dividiu o bandeirismo em ciclos – o da devassa das terras, o do ouro e o das monções. Alfredo Ellis Júnior, por sua vez, deu ênfase à mestiçagem entre o branco e o indígena, considerando-a responsável pela formação de uma sub-raça superior. De acordo com a autora, na opinião de Ellis Jr., os bandeirantes teriam pertencido às “melhores famílias da terra” e seus feitos ajudariam a explicar as causas da hegemonia paulista.<sup>37</sup> José Alcântara Machado, por sua vez, teria procurado desmistificar a idéia de São Paulo como uma terra habitada por nobres refinados e cultos, freqüentemente encontrada nos textos dos historiadores das bandeiras do século XVIII. Segundo Oliveira, esse autor representou os bandeirantes como indivíduos resultantes da mistura do ibérico com o indígena. Em sua opinião, eram homens pobres, analfabetos e de

---

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.5, supl. 0, Rio de Janeiro, jul.1998, p. 11. Disponível em: [http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6648/lucia\\_lippi\\_Manguinhosv5s0.pdf?sequence=1](http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6648/lucia_lippi_Manguinhosv5s0.pdf?sequence=1) >. Acesso em 11 jun. 2009.

<sup>36</sup> Ibidem, p.14.

<sup>37</sup> Ibidem.

modos grosseiros, austeridade que dava a eles também um toque de heroísmo.<sup>38</sup>

O tema bandeirante esteve presente também na literatura regionalista paulista. O escritor Paulo Setúbal publicou nas décadas de 1910 a 1920, diversos romances históricos sobre o bandeirismo. Em *A Bandeira de Fernão Dias* (1928), o autor fez questão de assinalar o caráter histórico de seu texto e explicitar o seu diálogo com os escritos de Pedro Taques de Almeida e Taunay. As expedições bandeirantes foram por ele associadas ao desbravamento e conquista do território e entendidos como eventos fundamentais à compreensão de traços antigos dos paulistas: a tenacidade, o arrojo, a ambição e o espírito de aventura.<sup>39</sup>

Em *A Bandeira de Fernão Dias*, os personagens principais Ruy Vilhena e D. Rodrigo de Alarcão encontram-se em viagem ao Brasil. Ruy Vilhena é um reinol que, ao saber da expedição planejada por Fernão Dias, decide juntar-se a ela em São Paulo. Dom Rodrigo de Alarcão é um estudioso que viaja ao Brasil sonhando encontrar a desaparecida Atlântida. O diálogo desses personagens com o jesuíta padre Estevam permite identificar diferentes imagens sobre o Brasil e os paulistas.

Os três viajantes compartilhavam uma representação do Brasil como sertão ou território desconhecido, povoado por seres fantásticos como o *hupupiaras* ou demônio da água – metade homem, metade peixe –, os bugres roxos com os pés voltados para trás e chamados *mutuyus*, além de animais gigantescos e excêntricos, como o lagarto de duas caudas. Enfim, mostravam um Brasil como uma terra de inúmeras riquezas e natureza exuberante. A imagem consensual dos personagens em relação ao Brasil não se repetiria no que se refere à opinião deles sobre os paulistas.

Padre Estevam retrata os paulistas como caçadores de bugres, carniceiros, brutos e incapazes de obedecer a quaisquer leis. O jesuíta enfatiza a crueldade com que costumavam tratar os indígenas, a despeito das ordens baixadas pela Coroa portuguesa e pelo Papa. Já D. Rodrigo de Alarcão destaca-os como personagens importantes no desbravamento e conquista do

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Paulo Setúbal. **A Bandeira de Fernão Dias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 09-10.

território. Para ele, enquanto os portugueses figuravam apenas como os descobridores, eram os paulistas os verdadeiros responsáveis pela construção do país. Conscientes ou não de sua missão histórica, marchavam sertão adentro e desbravavam a terra, movidos pela ambição.

É principalmente essa última representação acerca dos bandeirantes paulistas que Paulo Setúbal pretende enfatizar. Ela refere-se ao reinol embrutecido pelo meio, “asselvajado nas brutesas da terra”,<sup>40</sup> solitário e despatriado no sertão, indivíduo amoral e sem leis a obedecer. Ao viver como “sultão” “naqueles matos”, exercia seu papel histórico de “transmigrar” o sangue civilizado europeu no sangue botocudo da América.<sup>41</sup>

Paulo Setúbal procurou também, dialogando com a literatura que procurava cunhar uma imagem heróica do bandeirante, amenizar a sua crueldade para com os indígenas, buscando desse modo, justificá-la pelas “durezas” do meio em que vivia o paulista e relativizá-la pela importante missão histórica que desempenhava.

Ainda na literatura, segundo Lúcia Oliveira Lippi, as imagens positivas e negativas em relação ao sertão e ao sertanejo dividiram espaço correntemente. Pelo menos três delas foram comumente associadas ao sertão: a de paraíso, “onde tudo era perfeito, belo e justo”; a de inferno, lugar onde o homem sobrevivia a uma natureza destemperada e a violência constituía código de conduta; e a de purgatório, “definido pelo exercício da liberdade e pela escolha de cada um”, lugar de penitência e reflexão.<sup>42</sup> Essas representações, segundo a autora, estiveram associadas em grande parte, ao imaginário construído acerca do Novo Mundo e foram recorrentes nos séculos posteriores ao descobrimento, podendo ser encontradas em relatos de viajantes, bem como na literatura brasileira nas tradições romântica e realista.

De forma esquemática, segundo Lúcia Lippi Oliveira, na perspectiva romântica, o sertão e o sertanejo foram comumente retratados como símbolos da nacionalidade. Ambos foram representados de forma positiva e contrapostos à artificialidade das cidades. Já na perspectiva realista, a visão idealizada do sertão desapareceria e eles passavam a ser vistos como

---

<sup>40</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, 1998, p. 5.

problema. Na literatura, ambas as imagens foram amplamente representadas pelo regionalismo “sob o ângulo do pitoresco, do jocoso e do sentimental”.<sup>43</sup> Elas foram apresentadas por escritores que, ao retratar a fala e os costumes caboclos e a paisagem sertaneja, procuraram assinalar as peculiaridades nacionais e atentar para a ausência em nosso meio de uma literatura voltada para a realidade do país.<sup>44</sup>

## 1.2 A REDEFINIÇÃO DO SERTÃO NO MODERNISMO VERDE-AMARELO

A ala modernista verde-amarela, formada por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, como aponta Mônica Pimenta Velloso, foi contrária tanto à perspectiva realista, quanto à romântica. No primeiro caso, era criticado o pessimismo presente nesse tipo de análise, responsabilizado por um sentimento de incapacidade e derrotismo. Por outro lado, o Realismo foi acusado de produzir uma visão distorcida da realidade ao enfatizar os aspectos negativos. Decorre daí, observa a autora, a crítica de Menotti Del Picchia à figura do Jeca.

Procurando contrapor-se ao personagem lobatiano, representativo do atraso e da miséria do sertanejo, o escritor criou o seu *Juca Mulato*. Nesse livro, segundo a autora, o sertanejo apareceria, no entanto, com os mesmos contornos idealizados presentes na literatura romântica. O sertanejo do de Del Picchia confunde-se, desse modo, com a paisagem do sertão, sendo caracterizado a partir de noções tradicionalmente associadas a ele pela literatura, como força, virilidade e ingenuidade.<sup>45</sup>

Plínio Salgado, outro membro do grupo verde-amarelo, segundo Eliana de Freitas Dutra, apesar de criticar o Romantismo em sua versão brasileira, teria ressaltado seu importante papel na tentativa de apreensão da nacionalidade. Para o escritor, porém, era necessário ultrapassar a

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 3-6.

<sup>45</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo Paulista. **Estudos Históricos**, v. 6, n.11, 1993, p. 7. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_MonicaVeloSo\\_Brasilidade\\_verde\\_amarela](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MonicaVeloSo_Brasilidade_verde_amarela)>. Acesso em 1 mar. 2009.

fragmentação expressa pela literatura romântica entre a “civilização transplantada” e a “terra bárbara”. A autora assinala que, embora o diálogo com o pensamento romântico tenha sido fundamental para a construção do discurso nacional de Plínio Salgado, permanece a sua contraposição ao que seriam “atitudes inferiores” do romantismo brasileiro. Suas “emoções artificiais” e o ceticismo, além de avessos aos valores modernos como a racionalidade e o pragmatismo, teriam revelado, por outro lado, a incapacidade de suplantar a influência externa.<sup>46</sup>

O grupo verde-amarelo surgiu como contraponto às correntes modernistas Antropofágica e Pau-Brasil, acusadas por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado de retratar o país a partir de um olhar externo, contaminado pela influência das vanguardas artísticas européias.<sup>47</sup> *O Curupira e o Carão* (1927), publicado pela Editorial Hélios,<sup>48</sup> reuniu as principais idéias verde-amarelas a partir de uma coletânea de artigos publicados entre 1922 e 1927 no *Correio Paulistano*. Embora os editores tenham enfatizado que a intenção do livro não era apresentar uma doutrina – segundo eles, os artigos teriam sido “colligidos a esmo”<sup>49</sup> –, encontramos em *O Curupira e o Carão* textos bastante próximos no que se refere às temáticas e idéias abordadas, bem como a intenção de diferenciar o grupo das outras correntes modernistas.

Exemplo desse *script* é o texto “Originalidade ou Morte” de Cassiano Ricardo. Nele, Ricardo procurou marcar o distanciamento existente entre os verde-amarelos e os demais modernistas, como resultado da perspectiva diferenciada adotada pelo seu grupo em relação à construção de uma obra de

---

<sup>46</sup> DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**. v. 19, n. 37, set. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102-01881999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881999000100011)>. Acesso em: 11 jul. 2009.

<sup>47</sup> Cassiano Ricardo assinala que a intenção dos verde-amarelos era “opor um ‘ismo’ brasílico bem contagiante, bem visual, aos ‘ismos’ europeus que alguns arautos da Semana começaram, de nôvo a importar” [sic]. RICARDO, Cassiano. **Viagem no tempo e no espaço**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, p. 36.

<sup>48</sup> Antes de lançar *O Curupira e o Carão* a Editorial Hélios Ltda havia publicado outras obras importantes reunindo as principais idéias do grupo verde-amarelo, são elas: *Borrões de verde e amarelo* e *Vamos caçar papagaios* de Cassiano Ricardo; *A outra perna do Saci* e *Chuva de pedra* de Menotti Del Picchia; *O Estrangeiro*, *Discurso às estrelas* e *A anta e o curupira* de Plínio Salgado.

<sup>49</sup> DEL PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. **O Curupira e o Carão**. São Paulo: Hélios, 1927, p. 9.

arte de valor universal. De acordo com o autor, a universalidade não compunha finalidade primeira da obra de arte. Ela deveria refletir “o instante em que foi criada e o trecho de paisagem moral e física em que deitou raízes”.<sup>50</sup> Ao fazê-lo, ou seja, ao ressaltar a originalidade nacional, é que a obra assumiria, enfim, um *status* universal.

Segundo Cassiano Ricardo, o verde-amarelismo compunha a “melhor forma de expressar e revelar o Brasil”.<sup>51</sup> O movimento, afirma o autor, representava um nacionalismo prático e construtivo, que não vestia “sobrecasacas doutoraes” ou considerava a arte como “flor de luxo”, mas procurava contrapor-se ao “providencialismo”, seja da literatura, assentado na imagem da terra que “dava tudo”, seja da política, ocupada em empregar “fórmulas de felicidade coletiva trazidas de outros países”.<sup>52</sup>

Em “Nem Ruy, Nem Jeca” [sic], Cassiano Ricardo apresenta o personagem Jeca Tatu e o político Rui Barbosa como imagens simbólicas em relação às quais o país precisaria romper se desejasse alcançar uma compreensão exata da realidade brasileira. O primeiro traduzia a imagem do homem inculto, acostumado à propalada visão providencialista do Brasil. O segundo, em sua opinião, era ícone de uma elite política e intelectual alheia à realidade do país e afeita à importação de modelos políticos. O liberalismo compunha, nesse caso, o principal o alvo da crítica verde-amarela.<sup>53</sup>

Conforme o artigo, o Jeca refletiria o “mal da incultura, do analfabetismo e da indolência”, explicados pela imagem falsa de uma terra dadivosa que tudo dá sem exigir qualquer esforço ou trabalho. Cassiano Ricardo reporta-se à crônica de Monteiro Lobato na qual, como é sabido, ele descreve o brasileiro rural passando a sua vida “acocorado”, alheio aos acontecimentos políticos e certo de que nenhum trabalho “paga a pena”. Obediente à lei do menor

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 50. Em “Literatura Cynica” [sic], artigo publicado no *Correio Paulistano* em 18 de fevereiro de 1926. Cassiano Ricardo critica a importação argumentando que “ser brasileiro, em literatura, antes de tudo é ser sincero, é deixar na obra de arte, as marcas do meio físico, identificar a paisagem moral e física da pátria”. RICARDO, Cassiano. *Literatura Cynica* [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 18 fev. 1926.

<sup>51</sup> RICARDO, Cassiano. Originalidade ou Morte. In: DEL PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. **O Curupira e o Carão**. São Paulo: Hélios, 1927, p. 50.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 52-53.

<sup>53</sup> Ibidem.

esforço, ele sobreviveria à custa do que a natureza “derrama pelo mato e ao homem só lhe custa o gesto de espichar a mão e colher”.<sup>54</sup>

Assim como Lobato, os verde-amarelos endossariam a crítica à imagem do Brasil como “paraíso terreal”, que acusavam de ter sido disseminada pelo ufanismo ingênuo dos literatos. Por outro lado, consideraram excessivamente pessimista a representação de Lobato acerca do brasileiro rural. Segundo Menotti Del Picchia, o Jeca seria fruto da “ilusão literaria creada pelo humorismo destrutivo” [sic] do escritor paulista e encobriria a verdade sobre o brasileiro, segundo ele, “prodigioso de energia física e de iniciativas”.<sup>55</sup> Para Plínio Salgado, apesar de existir, o Jeca era produto das condições precárias em que viviam as populações do interior do país, vitimadas pela pobreza, pela doença e pela falta de instrução. O personagem teria sido “criado” por uma velha mentalidade política mais preocupada em aplicar os modelos políticos importados do que empenhada em resolver os problemas da nação.<sup>56</sup> Em outras palavras, era reflexo do “mal da inteligência” ou da cultura extraída dos livros e alheia à realidade do país, que foi associada em “Nem Ruy, nem Jeca” à figura de Rui Barbosa.

De acordo com Cassiano Ricardo, o verde-amarelismo representava a “divisa” entre esses dois males, simbolizados pelo personagem de Lobato e o político baiano. Em relação ao Jeca, o movimento procurava contrapor uma imagem “construtiva”, expressa no bandeirismo geográfico, ou de conquista do território, e no bandeirismo econômico, ligado à implantação da cultura cafeeira.<sup>57</sup> Dialogando com um contexto, conforme assinalado anteriormente, de crescente interesse pelo estudo das bandeiras paulistas, o grupo verde-amarelo buscou associar o brasileiro à imagem construída em torno do bandeirante, ligada ao trabalho e ao empreendedorismo.

Como mostrou Tania Regina de Luca, esse discurso apareceria na transição entre as décadas de 1910 e 1920 nas páginas da *Revista do Brasil*. Segundo a autora, a partir desse período, entre os colaboradores da revista, a

---

<sup>54</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. In: **Urupês**. 34ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, [s.d], p.148.

<sup>55</sup> DEL PICCHIA, Menotti. O problema racial. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 26 ago.1926.

<sup>56</sup> SALGADO, Plínio. **Literatura e Política**. São Paulo: Editora das Américas, [s.d.], p. 98-99, *passim*.

<sup>57</sup> RICARDO, Cassiano. *Nem Ruy, Nem Jeca*. In: DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p. 84-85.



construção da nacionalidade associada à conquista do território “deixava de ser encarada como dádiva para assumir o caráter de um esforço conscientemente encetado pelos nossos antepassados”.<sup>58</sup> No final da década de 1920, essa discussão não teria portanto um caráter inovador. Em “A poesia dos cafesaes” [sic], artigo publicado no *Correio Paulistano* em 3 de julho de 1928, Cassiano Ricardo desenvolveria essa idéia, apresentando, além disso, uma analogia entre o movimento bandeirante e a expansão da cafeicultura em marcha pelo sertão ou interior do país. Nos dois casos, segundo o autor, evidenciava-se o esforço humano transformando a paisagem e, em sua opinião, deveria ser esse o objeto privilegiado da poesia que procurasse romper com os “temas líricos de Afonso Celso” e com a influência dos modelos importados.<sup>59</sup>

Por sua vez, como contraponto ao “mal da inteligência” simbolizado pela figura de Rui Barbosa, segundo Cassiano Ricardo, o pensamento verde-amarelo indicava “o senso divinatório e profundo – a intuição perscrutante dos fenômenos”.<sup>60</sup> Nesse sentido, importante assinalar, para além da inadequação dos modelos importados à realidade nacional subjacente à crítica do autor ao “mal da inteligência”, está o modo particular defendido pelo verde-amarelismo para a apreensão da realidade nacional. Para os integrantes do grupo, só seria possível identificar os componentes essenciais da nação através da intuição, do sentimento e da emoção. O pressuposto era o de que esses instrumentos permitiriam compreender o real em sua totalidade, enquanto a inteligência e a razão produziram apenas um conhecimento fragmentário. Conforme observou Mônica Pimenta Velloso, Cassiano Ricardo entenderia a arte como instrumento unificador, capaz de exprimir a fisionomia de cada povo em sua totalidade, acima de qualquer fragmentação política e religiosa. Desse modo, o artista foi considerado por ele o mais capaz de intuir a realidade brasileira ou traduzir o verdadeiro Brasil.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> Como lembrou Tania Regina de Luca, longe de ser neutra, essa construção histórica, contribuía para justificar a supremacia econômica de São Paulo, e, em vista do papel desempenhado pelos paulistas, ou bandeirantes, “legitimar as pretensões da elite local de conduzir politicamente o país”. DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999, p.106.

<sup>59</sup> RICARDO, Cassiano. A poesia dos cafezaes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 3 jul.1928.

<sup>60</sup> Idem. Nem Ruy, Nem Jeca. In: DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p. 85.

<sup>61</sup> Segundo Mônica Pimenta Velloso, Cassiano Ricardo elege a arte como caminho de acesso à nacionalidade, “porque revela o ‘espírito nacional’ na sua pureza e espontaneidade. Lidando

Em “Conceito de *Dynamico da Arte*” [sic], texto de Plínio Salgado, podemos entender essa idéia como desdobramento da concepção de arte desenvolvida pelo grupo. Nele, o autor considerou a arte como “emoção em trânsito”.<sup>62</sup> Nada poderia ser considerado mais contrário a ela do que a inteligência, entendida enquanto método ou sistematização. A definição de Plínio, por outro lado, torna compreensível a negativa verde-amarela das vanguardas artísticas européias. Para o autor, suas convenções estéticas anulariam o impulso artístico decorrente do sentimento, impedindo assim a criação de uma arte intuitiva, humana e, nesse sentido, mais apropriada à tradução da nacionalidade.<sup>63</sup>

No texto “O Curupira e o Carão”, Cassiano Ricardo assinalou os diversos “ismos” literários, científicos e filosóficos, como incapazes de apreender o real e de criar a partir dele sínteses novas. Segundo esse autor, no Brasil, esse aspecto tornava-se especialmente grave em função da idéia de que o cenário brasileiro configurava uma “humanidade ainda aturdida pelo rumor da gênese”.<sup>64</sup> Nesse sentido, tais esquemas seriam entraves à elaboração de um material cultural ainda inédito.

Como observou Tania Regina de Luca, a noção do Brasil como país novo, expressa pelo autor, apresentava-se consensual entre as elites intelectuais brasileiras. A juventude da nação indicava que havia ainda um caminho longo a ser percorrido até o pleno desabrochar de nossas potencialidades e possibilidades. Segundo a autora, tratava-se de uma idéia especialmente tentadora em um contexto no qual a perspectiva evolucionista era considerada como verdade científica. Pautada nela, a imaturidade brasileira permitia um julgamento condescendente sobre os problemas do país e confiante na solução deles no futuro.<sup>65</sup>

---

com a emoção e o sentimento, a arte desvenda as profundezas do ser humano, trazendo à tona o espírito da nacionalidade que reconstitui o Brasil em sua forma original, libertando-o das injunções externas. Já está presente, portanto, a tese da originalidade brasileira, que implica na valorização do NATURAL (corpo de tradições nacionais) versus o ARTIFICIAL (pensamento europeu) [sic]. Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. **O mito da originalidade brasileira**: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo). 1983. 189 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983, p.14; 36.

<sup>62</sup> DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p. 99

<sup>63</sup> Ibidem, p. 102-104.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>65</sup> DE LUCA, 1999, p. 91.

Entre os verde-amarelos, contudo, tal perspectiva esteve ligada a uma interpretação ambígua sobre a perspectiva de “tempo”. Para Mônica Pimenta Velloso, o grupo verde-amarelo, ao consagrar a imagem do Brasil-criança, não se ateu à noção tradicional de tempo, ligada à idéia de acréscimo e aperfeiçoamento. De acordo com a autora, entre os integrantes do grupo, o tempo foi associado às noções de esgotamento, crise e passado, enquanto o espaço era relacionado com potencialidade, riqueza e futuro. Além disso, a própria noção de tradição seria definida mais em função do espaço do que do tempo, sempre representado numa perspectiva mítica ou estática.<sup>66</sup>

É o que podemos observar no contraponto estabelecido pelos verde-amarelos entre cidade e *hinterland*. Em “Aspectos Brasileiros”, Plínio Salgado assinala que as cidades sofreriam maior ação do “tempo”, ao contrário do interior, onde prevaleceria a força “caracterizadora” do “espaço”. Segundo ele, o primeiro teria uma tendência uniformizadora, o que explicava a semelhança existente entre as grandes metrópoles em diferentes países. Já o segundo, exerceria influência dissociativa, permitindo, desse modo, que o *hinterland* expressasse com maior força a “vida nacional”.<sup>67</sup>

Com base nessas idéias é que seria apresentado o diagnóstico verde-amarelo acerca do país. Conforme assinalou Plínio Salgado, tratava-se do afastamento das cidades em relação ao interior, onde estariam preservados “o liame das tradições e dos costumes, a consciência histórica e a unidade de sentimento”.<sup>68</sup> O resultado era o de que, sem contato com os valores nacionais localizados no interior do país, as elites brasileiras seguiam confundindo-se angustiosamente com modelos políticos importados e, desse modo, permaneciam incapazes de solucionar os problemas nacionais.<sup>69</sup> “Rumo ao interior!” foi o receituário proposto pelo grupo. O que pressupunha fazer o Brasil seguir o espírito paulista, prefigurado no passado bandeirante, a partir do qual poderia modernizar-se, obedecendo a uma via original.

A potencialidade do material cultural brasileiro, tido como ainda inédito, bem como a valorização do sertão, constituiu um dos muitos fios do diálogo do

---

<sup>66</sup> VELLOSO, 1993, p.14.

<sup>67</sup> SALGADO, Plínio. Aspectos Brasileiros. In: **Literatura e Política**. São Paulo: Editora das Américas, [s.d.], p. 96.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>69</sup> Ibidem.

modernismo verde-amarelo com temas que alcançaram expressão significativa na produção intelectual das primeiras décadas do século XX. No livro *Saci-Pererê: resultado de um inquérito* (1918), Monteiro Lobato também explora o tema do interior como fonte para a arte brasileira. O autor situa o Saci enquanto personagem da “mitologia brasílica”, argumentando que os brasileiros, assim como os gregos, teriam “no seio da massa popular” brasileira matéria-prima digna de ser transformada em arte.<sup>70</sup> Assim como os verde-amarelos, mas sem a tonalidade romântica empregada por eles, Lobato procurou explicar, com base no vício estrangeiro, o fato de que os artistas nacionais, embora possuindo um material cultural farto, manterem-se presos à cópia ou à importação de modelos externos.<sup>71</sup> Haveria muita influência francesa e pouco diálogo com o “sertão”: “Nunca nos vemos a nós. E todos os males embicam nesse erro”, diria Lobato. O escritor ressaltou a cisão do Brasil em duas zonas – a “plagiária”, ou litoral, e a correspondente ao “sertão”. Representante dessa segunda zona, o Jeca Tatu, na opinião de Lobato, compunha a “única afirmação de nossa individualidade”.<sup>72</sup> Aliás, em *Idéias de Jeca Tatu*, por exemplo, o próprio Lobato assumiria a identidade de Jeca enquanto exemplo da “personalidade” brasileira.<sup>73</sup>

Contraopondo-se à imagem do erudito, contaminado pelo mal “alienígena” adquirido nos livros e nas viagens à Europa, foi comum também aos verde-amarelos identificarem a si mesmos como caipiras. Plínio Salgado, em tom provocativo aos demais modernistas, assinalava que “para alcançar uma expressão de arte humana e universal” era preferível “ser caboclo do mato”.<sup>74</sup> Já Cassiano Ricardo apresentaria idéia semelhante no artigo “Literatura

---

<sup>70</sup> LOBATO, Monteiro. **O Saci-Pererê: resultado de um inquérito**. São Paulo: Globo, 2008, p.36-37.

<sup>71</sup> Explorando sua retórica característica, Lobato explicava que isso se dava, porque diferente dos brasileiros, Homero, Plotino, Flídias Praxíteles, Aristófanes não “se metiam no Trianon a pasmar diante da lépida Maria Antonieta masculina que ali nos inicia nos altos mistérios da lata goma. Nem iam todas as noites nhambiquar em francês diante de uma garrafa de champanha rodeados de várias *bonnes a tout faire* de Marselha, transfeitas em parisienses *montmartrinas ad usum* fazendeiros do Jaú em fim de safra. Frequentavam o povo, conviviam com ele, impregnavam-se das suas crenças, ouviam-lhe as histórias; e saíam dele cheios de idéias, de formas, de coragem, de inspiração”. Ibidem, p. 37.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 375.

<sup>73</sup> LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 26, passim.

<sup>74</sup> DEL PICCHIA; RICARDO; SALGADO, 1927, p.107-108.

Cynica” [sic], texto em que ele faz duras críticas a Mário e Oswald de Andrade. Vale conferir o trecho do autor:

[...] isso de cultura, principalmente em poesia, é cousa que não importa a nenhum de nós. Qualquer piá do sertão, tocando a flauta de pery, é muito mais poeta que o mais truculento dos nossos intelectuais metidos a cultos. Qualquer caipira, qualquer gaúcho, qualquer caboclo do norte é mais poeta que todos os marios-de-andrade decalcadores do futurismo, do dadaísmo ou do expressionismo [sic].<sup>75</sup>

O contraponto entre litoral e sertão desenvolvido pelos verde-amarelos refletiu, desse modo, na representação que esses intelectuais fizeram de si mesmos e de seus pares. A partir dele, os verde-amarelos estabeleceram uma diferenciação entre a boa e má literatura, a primeira voltada para os temas nacionais, a segunda ignorando o contexto brasileiro e ocupada em universalizar-se. Segundo Cassiano Ricardo, no primeiro grupo estavam os escritores que, espelhando-se em Rui Barbosa, seguiam “arremedando-o nos seus cacoetes intelectuais e políticos” e “creando um estado de consciência que foge ao exame direto de nossas cousas” [sic].<sup>76</sup> No segundo grupo, os literatos que, como Euclides da Cunha, colocavam-se em “contato com a terra” e procuravam desautorizar o pessimismo dos primeiros ante à realidade nacional.

Um ponto importante a ser destacado da discussão realizada aqui é o discurso otimista do grupo verde-amarelo sobre o Brasil, associado ao sertão, o qual eles procuraram respaldar na crítica à influência estrangeira e, a partir dela, numa suposta maior atenção dispensada por eles ao contexto brasileiro.

### 1.2.2 O MANIFESTO VERDE-AMARELO E A HISTÓRIA BRASILEIRA

Em 1929, Alfredo Ellis Jr. assinou, junto com Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, o manifesto verde-amarelista *Nenhangu Verde-Amarelo*, publicado no *Correio Paulistano* em 17

<sup>75</sup> RICARDO, Cassiano. Literatura Cynica, [sic]. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 18 fev. 1926.

<sup>76</sup> Idem. A anta e os democraticos, [sic]. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 3 set. 1927.

de maio daquele ano.<sup>77</sup> O texto procura definir o nacionalismo expresso pelo grupo e promove o “tupi” como imagem simbólica da nação. Nele, os verde-amarelos procuraram associar a origem da nacionalidade a uma suposta predestinação histórica da raça tupi que, segundo o grupo, correspondia a uma conformação nacional baseada na negativa de quaisquer tipos de preconceitos. Essa característica se manifestaria nos diversos âmbitos da vida social e política brasileira. No campo religioso, teríamos um catolicismo tolerante; na política, o desprezo pelas ideologias e a valorização da administração; na sociedade, a igualdade entre as raças.

Pautado nesse pressuposto, o manifesto verde-amarelo assinalou os eventos históricos protagonizados pelos tupis como etapas necessárias ao cumprimento desse destino. De acordo com o texto, o deslocamento da raça tupi para o litoral, antes mesmo da chegada dos portugueses, preparou a entrada no sertão pelos aventureiros brancos. Por outro lado, foi determinante para a formação de uma nação nova por meio da mestiçagem entre eles e os portugueses. De acordo com o trecho:

Os tupis desceram para serem absorvidos. Para se diluírem no sangue da gente nova. Para viver subjetivamente e transformar numa prodigiosa força a bondade do brasileiro e o seu grande sentimento de humanidade.

Seu totem não é carnívoro: Anta. É este animal que abre caminhos, e aí parece estar indicada a predestinação da gente tupi.<sup>78</sup>

A escolha da raça tupi como símbolo da nacionalidade era explicada pelo grupo em função de sua capacidade, assinalada no trecho acima, de deixar-se absorver e, ao mesmo tempo, permanecer vivo na “alma” da nação. Por esse motivo, segundo os verde-amarelos, entre seus agentes formadores, era ele o único capaz de sintetizar a nação sem ocupar nela uma posição sobressaltada. Possuía, assim, uma característica fundamental à sobrevivência da nacionalidade, já que não provocava distinções cujos desdobramentos

---

<sup>77</sup> PICCHIA, Menotti; ÉLIS, Alfredo; FILHO, Cândido Motta; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. “Nhengaçu Verde Amarelo”. In: SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino – Americanas**. Polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 1995, p.148-152.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 148.

resultariam, inevitavelmente, na sua fragmentação.<sup>79</sup> De acordo com o manifesto, sobre as demais raças ela exerceria uma “ação destruidora de traços caracterizantes”, evitando assim o florescimento de “nacionalismos exóticos”.<sup>80</sup>

Também em função dessa característica, diferente de outros nacionalismos baseados em modelos políticos ou filosóficos, de acordo com os verde-amarelos, o “nacionalismo tupi” encampado por eles, “sem desvios da corrente histórica”, não resultava em divisões ou arestas. Tratava-se de um nacionalismo sentimental e prático, que “não combate nem religiões, nem filosofias, porque toda a sua força reside na sua capacidade sentimental”.<sup>81</sup> Por esse motivo era que as sistematizações ou “fórmulas arbitrárias de inteligência” não exerceriam influência sobre o funcionamento dos “órgãos vitais da nação”. Importante lembrar que, ao ressaltar essa composição específica da nacionalidade brasileira, o grupo procurou legitimar uma das questões centrais levantadas pelo verde-amarelismo – o contraponto à influência estrangeira. Conforme assinalaram:

“[...] foi o índio que nos ensinou a rir de todos os sistemas e de todas as teorias. [...] A continuação do caminho histórico tupi só se dará pela ausência de imposições temáticas, de imperativos ideológicos. O arbítrio mental não pode sobrepor-se às fatalidades cósmicas, étnicas, sociais ou religiosas.”<sup>82</sup>

A missão verde-amarela deveria ser, portanto, a de refletir a nação “sem espírito preconcebido” e apresentar um nacionalismo “de afirmação, de colaboração coletiva, de igualdade dos povos e das raças, de liberdade do pensamento, de crença na predestinação do Brasil na humanidade”.<sup>83</sup> Congruente à idéia de continuidade ao tupi, ou seguimento do fio histórico da nação, os verde-amarelos disseram-se favoráveis às instituições conservadoras, entendidas como desdobramentos das peculiaridades do meio brasileiro, e consideraram que somente no interior delas seria possível realizar a “renovação do Brasil”.

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 149-150.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 152.

Ao negar uma teorização da nação, o manifesto Verde-Amarelo desenvolve um claro diálogo com o pensamento romântico. De acordo com o grupo, as instituições sociais e políticas brasileiras possuiriam um vínculo natural com a nacionalidade, perspectiva que procurava contrapor-se à idéia de nação como construto político emergida na Revolução Francesa.<sup>84</sup>

Partia-se do pressuposto de que, ao invés de uma realidade abstrata, universal, a nação seria vivenciada de forma diferente por diferentes povos, estando ligada às peculiaridades locais e ao seu destino particular. Conforme apresentado no manifesto, era o sentimento e não a razão, o veículo privilegiado de expressão da nacionalidade. Igualmente afinada ao romantismo, está a representação da nacionalidade como realidade harmoniosa, da qual a ausência de preconceitos da raça tupi e sua capacidade de diluição compõe seu principal símbolo. Para os verde-amarelos, a nação emergiria como um todo orgânico,<sup>85</sup> em que seus componentes constitutivos deveriam ser impedidos de se hipertrofiarem, sob a pena de ameaçarem a coesão nacional.

Como veremos ao longo deste estudo, tais noções se repetiram nos textos de Cassiano Ricardo, associadas à interpretação dos rumos originais da nação, impulsionados pelas bandeiras paulistas. Em *Marcha para Oeste*, a bandeira, formada por diferentes tipos étnicos e sociais, bem como reunindo interesses diversos, teria conseguido funcionar de forma harmoniosa, congregando todos eles em torno de um objetivo ou sentido comum – a conquista do sertão, o apresamento de índios, a descoberta de metais. Sua

---

<sup>84</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 195-200

<sup>85</sup> Eliana Dutra analisou essa idéia na obra de Plínio Salgado. De acordo com autora, em Plínio Salgado, a Nação surge [...] como um comunidade de homens que têm consciência de terem partilhado um passado histórico comum e de compartilharem uma mesma cultura, visualizada como uma totalidade harmoniosa. Nessa perspectiva orgânica e holística da cultura e da comunidade, a Nação, que Bhabha denomina de uma metáfora progressiva da coesão social moderna é, ainda seguindo as reflexões desse autor, "os muitos como um". Em Plínio, ela é uma totalidade orgânica composta de índices de tradição histórica, de costumes, raça, caráter próprio, de espiritualidade, enfim, de forças morais, intelectuais e materiais. Essas são como as partes de um conjunto orgânico e, juntas, sustentam-se e suportam-se reciprocamente a Nação é, por isso, uma "expressão complexa e total dos homens". Como um todo indissociável e específico, a Nação é concebida tal qual uma mônada. Chegamos aqui à totalidade, conceito chave do saber romântico - cuja epistemologia é uma epistemologia da totalidade - e conceito chave da ontologia da Nação de Plínio Salgado. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**. v. 19, n. 37, set. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102-01881999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881999000100011)>. Acesso em: 11 de julho de 2009.



organização peculiar, pautada em princípios democráticos, bem como sua autonomia com relação à Coroa Portuguesa, segundo Cassiano Ricardo, fariam dela a primeira semente de um *self-government* local. Idéia que expressa a tentativa do autor de explicar o surgimento das instituições brasileiras a partir de um vínculo histórico, desautorizando, desse modo, a aplicação no país do modelo liberal.

Como será discutido nos capítulos seguintes, a abordagem de Alfredo Ellis Jr., sobre a história de São Paulo tanto procuraria vincular o desenvolvimento paulista ao modelo político liberal, como não apareceria, como em Cassiano, associada a uma visão nostálgica do passado e à tentativa de recompor os traços essenciais da nação. Ellis Jr. procurou, sobretudo, diferenciar São Paulo das demais regiões brasileira e, em vez do sentimento e da intuição, ao procurar delinear a identidade paulista, empregou um extenso repertório das ciências naturais e sociais, defendendo uma perspectiva histórica que, ao exaltar princípios de objetividade e verdade, mostrava-se claramente avessa à perspectiva romântica.

Apesar de apresentarem interpretações bastante aproximadas sobre a história paulista – enfocando entre outros aspectos a mestiçagem e o desenvolvimento em São Paulo de um Estado democrático rudimentar – as implicações desses eventos no presente, tal como foram apresentadas por esses autores, possuem vínculos importantes com o posicionamento desses autores a respeito da modernização do país. Para Ellis Jr., a intenção era, sobretudo, mostrar a capacidade de São Paulo, separado do Brasil, de repetir o progresso das nações civilizadas. Para Cassiano Ricardo, o progresso brasileiro dependia, principalmente, de o país continuar a retomar o seu rumo original, traçado pelas bandeiras paulistas. Desenvolveremos este contraste nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO 2

### TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E DIÁLOGOS COM A HISTORIOGRAFIA

A atuação de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo no *Correio Paulistano*, cujo ingresso ocorreu em 1923, marcou o início de suas trajetórias intelectuais. Cassiano Ricardo contou provavelmente com o intermédio do cunhado, Arthur Caetano, que nessa época trabalhava para o jornal. Já Ellis Jr. foi auxiliado pelos “préstimos” do seu ex-professor no Colégio de São Bento, Afonso D’Escragnolle Taunay. Além de Taunay, nessa época, o *Correio Paulistano* contava com a colaboração assídua de nomes como Candido Motta Filho, Menotti Del Picchia, Oliveira Vianna, Plínio Salgado e Raul Bopp.

Fundado em 1854, o *Correio Paulistano* era o mais antigo diário de São Paulo e considerado porta voz oficial do Partido Republicano Paulista (PRP), ligado às oligarquias cafeicultoras do estado. Sua história esteve, no Império, atrelada às disputas entre políticos conservadores, defensores da centralização política os liberais favoráveis à descentralização. Nas últimas décadas do século XIX, o *Correio Paulistano* contribuiu para a divulgação das bandeiras principais do PRP: trabalho livre e autonomia provincial sob um regime republicano.

O republicanismo paulista despontou, na década de 1870, entre cafeicultores descontentes com o sistema fiscal monárquico. Seu ideário mesclou liberalismo, conteúdos científicos como o darwinismo social e a defesa de um projeto nacional americanista, apoiando dessa forma, a realização de reformas liberais e um capitalismo agrário mais moderno. Esse projeto previa a implantação de uma república federativa que respeitasse a autonomia das províncias com base em uma nova legitimidade, associada ao princípio liberal

da “representação popular” resguardada da participação das massas.<sup>86</sup> Como aponta Danilo J. Zione Ferreti o programa de afirmação do capitalismo agrário moderno foi marcado pela ocupação do sertão mediante a expansão das fronteiras da cafeicultura, da implantação de uma ampla rede de estradas de ferro e uma forte política imigracionista.<sup>87</sup>

Durante o período em que Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo atuaram no jornal, entre 1923 e 1930, o *Correio Paulistano* esteve às voltas com a crise do poder oligárquico paulista, inserido em um quadro de crescente descontentamento com o regime republicano, sendo o decênio de 1930 um período bastante conturbado para o jornal. Durante a “Revolução”, que levou Getúlio Vargas ao poder, o *Correio Paulistano* foi temporariamente fechado e teve sua redação incendiada. O jornal havia se posicionado em favor do candidato paulista Júlio Prestes, impedido pelos “revolucionários” de assumir a presidência.<sup>88</sup> Quatro anos mais tarde, a sede do jornal sofreria um novo fechamento, novamente pelo governo Vargas.

Ao longo da década de 1920, o *Correio Paulistano* mostrou-se importante difusor do modernismo paulista.<sup>89</sup> Suas páginas estampariam, semanalmente, inúmeros artigos fazendo referência às idéias desse movimento, as quais teriam ampla circulação entre o grupo reunido em torno do jornal. Por outro lado, a aproximação de Cassiano Ricardo – que não havia participado da Semana de 1922 – com Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, por meio da convivência na redação do *Correio Paulistano*, pesou favoravelmente à sua adesão “tardia” ao modernismo.<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> FERRETI, Danilo J. Zione. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p.60-61.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>88</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré, “o movimento liquidara, praticamente, a imprensa que apoiava a situação anterior. Mesmo os jornais que não foram destruídos e por isso não puderam voltar a circular de imediato sofreram graves conseqüências. [...] Os bens do *Correio Paulistano* ficaram a cargo de um depositário; o novo governo do Estado desapropriou-o anexando suas oficinas à Imprensa Oficial”. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 433.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 416.

<sup>90</sup> De acordo com Maria José Campos, a Revista *Novíssima* (1923), fundada por Cassiano Ricardo, em parceria com Francisco Pati e José Lames – esse último, assim como Cassiano, advogado e colaborador do *Correio Paulistano* – compõe marco importante da adesão de Cassiano ao modernismo e consolidação de seu envolvimento com Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. CAMPOS, Maria José. **Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento**. Estudo sobre as trajetórias intelectuais e as obras de Menotti Del Picchia e

O grupo verde-amarelo formado em 1926, em torno da redação desse diário, reuniu, além de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado e Alfredo Ellis Jr., nomes citados anteriormente, um grupo maior de intelectuais, entre eles, Alarico Silveira, Candido Motta Filho, Raul Bopp e Oliveira Vianna são comumente citados como interlocutores desse movimento.<sup>91</sup> As obras desses autores, embora tenham sido destacadas pelos modernistas verde-amarelos como afinadas aos pressupostos verde-amarelos, apresentavam divergências que se acentuariam a partir da década de 1930. Mesmo entre a tríade modernista verde-amarela – formada por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado – ficaria evidente, a partir desse período, o desencontro de idéias, cujo desdobramento foi a dissolução do grupo entre os movimentos políticos: o Integralista, fundado por Plínio Salgado; e o Bandeira, o qual participaram Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo.

Enfocando o posicionamento político dos verde-amarelos, Danilo J. Zione Ferretti considerou “original” a inserção de Alfredo Ellis Jr. no verde-amarelismo. Conforme observou o autor, Ellis Jr. pertencia a uma família tradicionalmente ligada ao PRP e manteve-se fiel às suas idéias liberais-federalistas, cumprindo um mandato de deputado estadual pelo partido entre 1926 e 1930.<sup>92</sup>

Por sua vez, ainda segundo Ferretti, os modernistas verde-amarelos identificaram o PRP como representante do idealismo orgânico preconizado por Oliveira Vianna. Além disso, procurariam apoiar-se no antiliberalismo do intelectual fluminense para refutar os ataques da oposição liberal, representada pelo Partido Democrático (PD).<sup>93</sup>

---

Cassiano Ricardo até 1945. 2007. 368 f. Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.103-104.

<sup>91</sup> Cassiano Ricardo dá a entender que havia em torno do verde-amarelismo um número maior de simpatizantes. Segundo ele, “o jornal do PRP se tornou o quartel general nosso, na “Revolução sem Sangue”. O secretário Antônio Carlos da Fonseca e mais Agenor Barbosa, Brasil Gerson, Fausto de Almeida Prado Camargo, Francisco Pati, Genolino Amado, Hélio Silva, Hermes Lima, Alcides Cunha, João Raimundo Ribeiro, José Lanes, Vítor Azevedo, Nóbrega da Siqueira, Oswaldo da Costa, formavam o corpo intelectual do PRP e alguns deles se puseram ao lado dos guerrilheiros verde-amarelos.” RICARDO, Cassiano. **Viagem no Tempo e no Espaço**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 41.

<sup>92</sup> FERRETI, 2008, p. 71.

<sup>93</sup> Ibidem.

É importante notar, contudo, que esse distanciamento de Cassiano, Menotti e Plínio do ideário do PRP não impediu que eles fossem incentivados por Júlio Prestes a pleitear cargos de deputado estadual pelo partido.<sup>94</sup> Desse grupo, Menotti Del Picchia elegeu-se no mesmo período que Alfredo Ellis Jr. e Plínio Salgado ocupou sua vaga dois anos mais tarde. A campanha de Cassiano Ricardo, entretanto, conforme ele mesmo assinala, não chegou a concretizar-se, por falta de apoio partidário em São José dos Campos, cidade onde nasceu.<sup>95</sup>

Cassiano Ricardo dá a entender, em suas memórias, que apesar da fama de conservador do PRP que foi associada ao *Correio Paulistano* na condição de veículo oficial do partido, as relações que esses órgãos estabeleceram com a intelectualidade paulista não se pautaram tanto pela ortodoxia de idéias. É o que podemos notar, destacando dois eventos, recordados por Cassiano, sobre o período em que trabalhou como redator do jornal:

A redação era freqüentada por elementos da velha guarda partidária, como Washington Luís [...], Júlio Prestes, Ataliba Leonel e outros políticos da situação vigente, mas nenhum deles estranhava que o órgão conservador virasse revolucionário. E até se deu uma ocorrência “modernista”, no salão nobre do jornal, por ocasião do aniversário de Ataliba Leonel. [...] Recordo-me de que, pouco dado a improvisos, saudei Ataliba dizendo que êle não se enganasse com a nossa revolução literária, porquê tôda revolução, da espécie que estavam removendo, tinha um fundo político. Política e literatura eram irmãs, sob mais de um aspecto, e não tardaria que a rebelião verde-amarela, que se processava dentro do *Correio*, jornal conservador, iria atingir até os velhos quadros partidários, como o próprio PRP. Ataliba sorriu e compreendeu a verdade do prognóstico. Respondeu: seria salutar se isso acontecesse; já era hora mesmo de novos caminhos, não só para os escritores como também para os dirigentes do país [sic].<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> Segundo Cassiano Ricardo, “Júlio Prestes estava na chefia do governo do Estado e havia acompanhado – como estadista de idéias novas que foi – tudo quanto escrevíamos. Chamou-nos no palácio, em determinado momento, para um bate-papo cordial, literário e político, dizendo-nos, a mim, Plínio e Menotti, que nos queria fazer deputados estaduais [...]. “Vão procurar os chefes de cada região a que pertencem e digam a êles que é êste o meu propósito.” RICARDO, 1970, p. 45.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 41-42.

O outro evento mencionado por Cassiano Ricardo refere-se à publicação do seu artigo “Não ha logar para os liberaes” [sic], em 1 de janeiro de 1928. O texto gerou protestos do senador Rodolfo Miranda e do deputado Cirilo Junior,<sup>97</sup> que foram pessoalmente à redação do *Correio* falar com o diretor do jornal Flamínio Ferreira. De acordo com Cassiano Ricardo, “terminada a discussão [...] Flamínio Ferreira [...] me chamou depois ao seu gabinete e me pôs a par do ocorrido, dizendo-me: – Pode continuar escrevendo os seus artigos, como bem entender”.<sup>98</sup>

Em “Não ha logar para os liberaes” [sic], Cassiano Ricardo destacou a ineficácia histórica do liberalismo na formação da nacionalidade brasileira, considerando-o resquício de uma velha mentalidade política, desprovida do necessário pragmatismo construtor. Ao mesmo tempo, condenou o oposicionismo dos liberais, referindo-se aos políticos do Partido Democrático (PD), e assinalou-o como atitude insensível aos “deveres de solidariedade, de disciplina, de confiança, de amor ao princípio da autoridade e do reconhecimento”.<sup>99</sup> Segundo ele, devido “a todos quantos souberam conduzir os destinos do nosso país até os nossos dias mantendo-o vivo no seu caráter e irreduzível na sua fisionomia moral e territorial”.<sup>100</sup> Nota-se curiosamente no texto que, ao criticar o liberalismo defendido pelos democráticos, Cassiano Ricardo parece não associar esse ideário ao PRP. Diante de tais incongruências, a inserção de Alfredo Ellis Jr. no grupo verde-amarelo não se apresenta tão surpreendente assim.

Partindo desse contraste entre os posicionamentos políticos de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, o objetivo desse capítulo, ao apresentar aspectos das trajetórias de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, será evidenciar os distanciamentos e as aproximações entre o diálogo desses autores com a disciplina histórica.

---

<sup>97</sup> Carlos Cirilo Júnior nasceu em Curitiba (PR) no dia 25 de dezembro de 1886, filho de Carlos Cirilo e de Maria da Graça Cirilo. De 1912 a 1929, ocupou várias vezes a cadeira de deputado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Em 1930, elegeu-se deputado federal por São Paulo, exercendo o mandato de maio a outubro pelo PRP. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Carlos\\_Cirilo\\_Junior](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Carlos_Cirilo_Junior)>. Acesso em: 04 jun. 2010.

<sup>98</sup> RICARDO, 1970, p. 42.

<sup>99</sup> Idem. Não há logar para os liberaes [sic]. *Correio Paulistano*, São Paulo, p.3, 1 jan.1928.

<sup>100</sup> Ibidem.

## 2.1 ALFREDO ELLIS JR.: UMA NARRATIVA HISTÓRICA “NA VERDADE, EM TODA A VERDADE, E SÓ NA VERDADE”<sup>101</sup>

Alfredo Ellis Jr. nasceu na Fazenda Santa Eudóxia, em 6 de junho de 1896, no município de São Carlos, região próspera da cafeicultura paulista. Pelo lado da mãe, Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno, ele alardeava uma estirpe de quatro séculos, a mesma linhagem de Amador Bueno, o Aclamado.<sup>102</sup> Pelo lado do pai, Alfredo Ellis, de quem herdara o nome, seu avô foi um imigrante inglês, que se instalou no Brasil como médico humanitário. Seu pai seguiria a mesma inclinação, formando-se pela Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Além da profissão clínica, iniciada na região de Rio Claro, dedicou-se à cafeicultura e à atividade política, chegando a Deputado Federal e Senador pelo PRP.<sup>103</sup>

Como todo rapaz “bem nascido” no início do século XX, Alfredo Ellis Jr. estudou em escolas afamadas de São Paulo. Entre 1907 e 1911, foi aluno do Colégio São Bento, onde teve aulas com Afonso d'Escragolle Taunay, que teria lhe despertado o interesse pela história de São Paulo e universal. Em 1913, depois de realizar, na companhia de seu pai, uma viagem à Europa, Ellis Jr. matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo quatro anos mais tarde o diploma de bacharel. Recém formado, ele ocuparia o cargo de promotor nos municípios paulistas de Limeira e São Carlos.<sup>104</sup>

Nos anos 1920, Alfredo Ellis Jr. abandonou a carreira jurídica e alargou suas áreas de atuação profissional. Sua entrada para o *Correio Paulistano*, em 1923, não significou apenas o início de sua colaboração na imprensa paulista. De acordo com Myrian Ellis, Alfredo Ellis Jr. se referiu ao ingresso no importante diário paulista como “o primeiro degrau na escalada da minha carreira política e literária, bem como da ascensão como historiador, pois data

---

<sup>101</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 8.

<sup>102</sup> De acordo com Alfredo Ellis Jr.: “Tenho a sublime ventura de ser paulista da mais velha estirpe dessa terra. Não o fosse, teria a mais entranhada inveja dos possuidores dessa suprema ‘mercê de Deus’”. Idem. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 14.

<sup>103</sup> FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 331-332.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 332.

dos meus artigos semanais”.<sup>105</sup> Também na década de 1920, importante assinalar, Alfredo Ellis Jr. tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e da Academia Paulista de Letras (APL).

John M. Monteiro aponta que os artigos publicados por Alfredo Ellis Jr. a partir dessa época no *Correio Paulistano* e na edição paulista do *Jornal do Comércio* resultaram nos primeiros livros importantes do autor: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (1924) e *Raça de Gigantes* (1926). O espaço aberto a Alfredo Ellis Jr. pela imprensa facilitou, por outro lado, a divulgação de suas idéias, ligadas a uma “árdua defesa” dos interesses paulistas e, desse modo, permitiu que ele alcançasse a notoriedade necessária para se eleger deputado estadual.<sup>106</sup>

A partir de 1930, depois do fechamento da Assembléia Legislativa de São Paulo pelo governo de Vargas, Alfredo Ellis Jr. passou a lecionar história em ginásios da capital paulista e escrever livros didáticos nas áreas de história, geografia, estatística, biologia e higiene. Apesar da perda de seu cargo de deputado, Ellis Jr. continuou envolvido nos debates políticos da época.

Antes de iniciar um novo mandato de deputado estadual em 1935, ele ajudou a fundar, junto com Carlos Pinto Alves, Tácito de Almeida, Rubens Borba de Moraes e outros, a Liga de Defesa Paulista, agremiação que teve participação destacada na Revolução de 1932. Além da produção do material de propaganda do movimento – conferências, comícios, discursos em rádio, artigos de jornal – Alfredo Ellis Jr. também se alistou nas forças revolucionárias paulistas e teve uma rápida participação nas trincheiras, em Cunha, no Vale do Paraíba, onde foi ferido por um tiro.

A experiência e Ellis Jr. nesse conflito contribuiu para formar a opinião do escritor sobre o desafio de manter a unidade política do país. Sua frustração com a derrota paulista foi registrada nos livros *Nossa Guerra* (1933) e *Confederação ou Separação* (1934). Nesses livros, escritos em tom panfletário, procurou convencer os leitores sobre a urgência de o Brasil implantar um

---

<sup>105</sup> ELLIS, Myrian. Prefácio. In: ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **A economia paulista no século XVIII**. O Ciclo do Muar. O Ciclo do Açúcar. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1979, p. 13.

<sup>106</sup> MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História e do Indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Concurso de Livre Docência) – Departamento de Antropologia, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2001, p. 197-198.



modelo confederacionista, considerado por ele como a única possibilidade de o país manter sua unidade política.

Em 1938, Alfredo Ellis Jr. substituiu Taunay na Faculdade de Filosofia de São Paulo, onde, cumprindo exigência do concurso realizado para a vaga na cadeira de História da Civilização Brasileira, defendeu a tese *Meio Século de Bandeirismo*. De acordo com Myrian Ellis, filha do historiador, o ingresso do pai na Faculdade de São Paulo representou um divisor de águas na produção intelectual do pai. Em sua opinião, se a primeira fase teria sido marcada pela preocupação com o tema da mestiçagem e do bandeirismo, na segunda fase, Ellis Jr. teria se ocupado, sobretudo, da sistematização de suas principais idéias sobre a história paulista.<sup>107</sup>

De acordo com Antônio Celso Ferreira, Alfredo Ellis Jr. teria sido “um historiador típico das primeiras décadas do século: dedicado a várias áreas do conhecimento, eclético em suas abordagens, literato no sentido amplo do termo”.<sup>108</sup> Os primeiros estudos de Alfredo Ellis Jr. foram apresentados no Congresso Internacional de História da América (1922), realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência.<sup>109</sup> Contudo, sua consagração se deu, principalmente, em 1926, com o livro *Raça de Gigantes*. Conforme assinalado anteriormente, trata-se de uma reunião de artigos publicados na imprensa paulista, grande parte no *Correio Paulistano* e por outros estudos isolados. Dez anos mais tarde, o autor publicaria uma nova versão do livro que, além do novo título, *Os Primeiros Troncos Paulistas*, segundo Ellis Jr., trazia também uma edição mais “modernizada”, sofrendo “algumas modificações”.<sup>110</sup>

Como outras obras de Ellis Jr., *Os Primeiros Troncos Paulistas* foi inserido no catálogo da Coleção Brasiliana, lançada em 1931, pela Editora

---

<sup>107</sup> ELLIS, Myrian. Prefácio. In: ELLIS JÚNIOR, 1979, p.34-35.

<sup>108</sup> FERREIRA, 2002, p. 336.

<sup>109</sup> Conforme assinala John M. Monteiro, os estudos apresentados por Ellis Jr. nessa ocasião, “Algumas bandeiras paulistas dos séculos XVI e XVII” e “Novas Bandeiras e Novos Bandeirantes” foram publicados, em 1927, em edições especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. MONTEIRO, 2001, p. 197.

<sup>110</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 9. A comparação entre as duas edições, embora importante para elucidar aspectos da trajetória intelectual de Alfredo Ellis Jr., ultrapassa os objetivos traçados para esse estudo.

Companhia Nacional – dado importante para dimensionarmos a visibilidade alcançada por Ellis Jr. nos anos 1930.

A Coleção Brasileira foi projetada como uma subsérie da “Biblioteca Pedagógica Brasileira” e, segundo Eliana de Freitas Dutra, pensada como uma obra de informação e consulta para um público amplo de maneira compacta e enciclopédica. Por meio dela foram reeditadas obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre temas brasileiros e novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios. Com eles, a coleção procurou unir interesse comercial, publicando livros que tivessem uma boa receptividade junto ao público, e um projeto nacional: o de difundir o conhecimento sobre o país e, ao mesmo tempo, civilizá-lo.<sup>111</sup>

Dois anos antes da publicação de *Os Primeiros Troncos Paulistas*, Ellis Jr. havia publicado também na Brasileira, a segunda edição de *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano e Populações Paulistas*. Esse último livro foi apresentado pelo autor, como continuidade da temática desenvolvida em *Raça de Gigantes* e do mesmo modo que o anterior, *Raça de Gigantes*, era um desdobramento da atividade de Ellis Jr. na imprensa paulista.

*Populações Paulistas* teve, no entanto, face à outros livros de Ellis Jr., um percurso mais tumultuado. Segundo o autor, os seus originais foram destruídos por ocasião do incêndio ocorrido na redação do *Correio Paulistano* durante a Revolução de 1930.<sup>112</sup> No prefácio escrito para compor o livro, Ellis Jr. destacou o incentivo recebido do “amigo Antônio de Alcântara Machado”<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> DUTRA, Eliana Regina. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER Jean Yves (org.). **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 303-304.

<sup>112</sup> Alfredo Ellis Jr. resumiu assim a história: “Eu tinha por hábito, antes de publicar meus trabalhos em volume, fazê-lo no “Correio Paulistano”, em capítulos periódicos. Assim pratiquei com quase todos os meus escritos. Por isso o que era o “*Populações Paulistas*” estava na redação desse jornal, quando, sobrevindo o movimento de 30, foi ela vandalicamente destruída. Os “puritanos” de então queriam exterminar o que eles acreditavam malsão na sua clamorosa ingenuidade. Daí a série de atentados praticados nas famosas jornadas outubrinhas... Os originais do “*Populações Paulistas*” acompanharam a desdita redação do “Correio Paulistano”, vítima inocente da voragem destruidora dos aliados do Sr. Getúlio Vargas, esses que, confessam hoje, tiveram a boa fé de abrir as portas de Itararé ao invasor da nossa terra...” [sic]. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 7.

<sup>113</sup> Antônio Castilho de Alcântara Machado de Oliveira (1901-1935) foi jornalista, literato e político. Embora não tenha participado da Semana de Arte Moderna, estreitou laços com alguns modernistas. No final da década de 1920, junto com Oswald de Andrade e Raul Bopp ajudou a fundar a *Revista de Antropofagia*. Aliás, foi junto com Bopp co-diretor da mesma,

para que refizesse os textos perdidos.<sup>114</sup> A nova versão dos textos reunidos em *Populações Paulistas*, segundo ele, resultava de “novas pesquisas e novos esforços”<sup>115</sup> realizados com o objetivo de refazer as páginas perdidas do seu trabalho. De todo o modo, *Populações Paulistas*, quando lançado, não era uma obra integralmente inédita, uma vez que alguns de seus textos haviam sido publicados já no *Correio Paulistano*. Quanto às páginas refeitas do trabalho, algumas delas haviam sido publicadas na *Revista Nova e Política*. Outras teriam sido a base para as conferências realizadas por ele na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.<sup>116</sup>

Junto com *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, *Os Primeiros Troncos Paulistas* e *Populações Paulistas* compõem as obras mais importantes de Ellis Jr. e encerram também as idéias centrais de Ellis Jr., retomadas em outros estudos sob enfoques mais circunscritos.

Em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, o autor procurou classificar as expedições bandeirantes quanto ao tempo e o objetivo. No primeiro caso, segundo ele, a bandeira se classificaria em três tipos: quinhentista, seiscentista e setecentista. Já no segundo, em duas modalidades, a primeira destinada ao apresamento de índios e a segunda à busca de metais.

Para Ellis Jr., a bandeira quinhentista foi formada por um grupo reduzido de indivíduos, dirigidos por “capitães mores e governadores, ou por prepostos oficiais”.<sup>117</sup> Diferente da bandeira que se desenvolvera no período seiscentista, ela teria atuado estritamente nas proximidades do rio Tietê e teve, principalmente, um caráter de proteção da vila paulista. Nos seiscentos, segundo o autor, o bandeirismo teria chegada ao auge, alcançando regiões longínquas e trazendo para São Paulo grandes levadas de indígenas. Por fim, no século seguinte, quando teria predominado a bandeira de busca de metais, o bandeirismo chegaria ao fim.<sup>118</sup>

---

entre 1928-1929. Já na década de 1930, período em que inicia sua carreira política, dirigiu com Mário de Andrade, em 1931, outra publicação modernista, a *Revista Nova*, onde Alfredo Ellis Jr. teve alguns textos seus publicados.

<sup>114</sup> ELLIS JÚNIOR, 1934, p. 7.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> Idem. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 40.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 40-41.

Com relação ao segundo critério de classificação utilizado por Alfredo Ellis Jr., enquanto as bandeiras de “caça ao índio” teriam sido formadas por milhares de homens e desenvolveram um caráter guerreiro, alcançando a feição de corpos armados à moda européia – ainda que adaptados às condições locais – as bandeiras de busca de metais teriam tido proporções mais modestas. Em razão disso, segundo o autor, não apresentaram o caráter ofensivo e militar das primeiras.<sup>119</sup>

Ainda no *Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano*, Alfredo Ellis Jr. apresentou outra de suas teses centrais: a decadência paulista no século XVIII associada às conseqüências da atividade bandeirante. Em sua opinião, a descoberta do ouro, se por um lado traduziu o sucesso do bandeirismo, por outro levou São Paulo a um período de profunda crise. Conforme assinalou o autor, ao longo desse século a região mineradora atraiu para si quase a “totalidade dos moradores das vilas planaltinas.”<sup>120</sup> Como conseqüência do decréscimo populacional, a agricultura em São Paulo também decaiu e os paulistas, antes “aventurosos, valentes e empreendedores, passaram a viver vivendo miseravelmente nos sítios circundantes de Guarulhos, Santo Amaro, Parnayba e Araçatuma”, transfigurados em “caipiras atrofiados e sedentários”.<sup>121</sup>

Em *Os Primeiros Troncos Paulistas e Populações Paulistas*, Ellis Jr. enfrenta um problema semelhante: a formação racial e social de São Paulo. N’*Os Primeiros Troncos Paulistas*, a intenção foi, segundo o autor, verificar “como teria sido a primeira fase das modificações racial e social” no planalto. O período histórico analisado compreende os séculos XVI a XIX.<sup>122</sup> Já em *Populações Paulistas*, de acordo com o autor, seu objetivo era “ver como se está dando a nova modificação racial e alteração social no terreno paulista”.<sup>123</sup> Para tanto, destacou o ano de 1888 em diante, privilegiando o tema da imigração, conforme se justificou, incrementada a partir dessa data como medida de substituição da mão de obra escrava. Nesse sentido, o eixo central

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 42-43.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 322.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>122</sup> Idem, 1936, p. 17.

<sup>123</sup> Ibidem.

de *Populações Paulistas* foi pensar o impacto desses “elementos exóticos” na composição racial e social do estado.

Nesses livros, e em outras obras de Ellis Jr., nota-se a preocupação do autor em abordar, nos prefácios e introduções ou textos iniciais, sua compreensão sobre o ofício do historiador. Para além de uma descrição minuciosa e atenta à cronologia, segundo ele, o historiador deveria discutir, principalmente, as causas e repercussões dos eventos históricos, dosando raciocínio, bom senso e imaginação, utilizada com a cautela necessária.

Ao posicionar-se criticamente em relação à história factual, Ellis Jr. destacava que os documentos, ou fontes históricas, não serviriam por si só à compreensão do passado. O historiador, dessa forma, precisava aplicar em seu trabalho os conhecimentos obtidos a partir de uma cultura ampla e do diálogo com as ciências auxiliares, se quisesse aproveitar ao máximo as informações contidas nos documentos, ou suprir o silêncio da documentação sobre determinados fatos por meio da formulação de hipóteses.<sup>124</sup> Em outras palavras, auxiliado pelos ensinamentos das diversas áreas do conhecimento é que, em sua opinião, o historiador seria capaz de transformar em relato histórico as informações retiradas das fontes.

No livro *A economia paulista no século XVIII*, Alfredo Ellis Jr. comparou a análise das fontes históricas que é realizada pelo historiador ao trabalho do paleontólogo aplicando os métodos de Cuvier.<sup>125</sup> Entre fins do século XVIII e início do XIX, os estudos de Nicolas Frédéric Cuvier, embora não fosse voltado, especificamente para os seres humanos, contribuiriam de maneira decisiva para a fundamentação do debate sobre as diferenças raciais em pressupostos “científicos”. De acordo com Tania Regina de Luca, este pesquisador lançou “as bases de um novo sistema de classificação dos animais, encarados como um todo estruturado, no qual as partes possuíam atribuições específicas intimamente relacionadas”.<sup>126</sup>

O procedimento desenvolvido pelo autor, chamado de “princípio de correlação das partes”, procurava estabelecer vinculações entre diferentes

---

<sup>124</sup> ELLIS JÚNIOR. **A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina**. São Paulo: Editora Obelisco, 1967, p. 21-22.

<sup>125</sup> Idem, 1979, p. 52.

<sup>126</sup> DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999, p.137.

órgãos e sua função básica, entre pulmões e brônquios, por exemplo. Aplicadas ao gênero humano, algumas das idéias desse autor foram fundamentais para cunhar uma noção de raça entendida como um conjunto de diferenças hereditárias que separariam as diferentes espécies humanas.<sup>127</sup>

Em 1800, esse pesquisador enviou aos membros de uma expedição à Austrália, patrocinada pela Sociedade dos Observadores do Homem (primeira instituição francesa de estudos antropológicos), algumas orientações para coleta de crânios e esqueletos completos de povos selvagens, material nessa época ainda raro na Europa, mas essencial para o desenvolvimento dos estudos antropológicos.<sup>128</sup> De acordo com os procedimentos traçados por Cuvier:

[...] qualquer um que vê apenas a pista de um animal bifurcado pode daí concluir que o animal que deixou essa marca ruminava, e tal conclusão é tão correta quanto qualquer outra em física e moral. Essa única pista dá, pois, a quem a observa a forma dos dentes, a forma dos maxilares, a forma das vértebras, a forma de todos os ossos das pernas, das coxas, dos ombros e da bacia do animal que acaba de passar.<sup>129</sup>

Para Alfredo Ellis Jr., seguindo a paleontologia baseada nos procedimentos analíticos de Cuvier, seria possível por meio de um simples osso “restaurar um animal monstruoso das épocas pré-históricas. Em restauração do passado se dá absolutamente a mesma coisa”.<sup>130</sup> Dessa forma, a comparação, o raciocínio lógico adquirido a partir do estudo de outras realidades ou a capacidade de interpretação, ampliada pelo ensinamento dos diversos ramos científicos, foram considerados pelo autor como fundamentais para a transformação do documento em história.

Em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, Alfredo Ellis Jr. explica o seu método de pesquisa, destacando as etapas de análise e seleção documental, confronto entre as fontes “com outros conhecimentos já certos” ou

---

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 137-138.

<sup>129</sup> CUVIER apud ibidem, p.137.

<sup>130</sup> ELLIS JÚNIOR, 1979, p. 52.

a bibliografia existente e aplicação de “lógica imparcial”.<sup>131</sup> Para Alfredo Ellis Jr., era importante que o historiador mantivesse uma postura de imparcialidade, ficando o seu posicionamento restrito à defesa de sua tese. Em sua opinião, cabia a ele, obedecendo a um conjunto de ensinamentos científicos e valendo-se do princípio da objetividade, apresentar sempre as conclusões mais “rígidas, austeras e frias” possíveis. Evitando, desse modo, imprimir ao seu trabalho qualquer finalidade moral ou cívica.<sup>132</sup>

Esse tipo de abordagem histórica, para Ellis Jr., explicava porque não havia sido possível estabelecer, ainda naquela época, uma compreensão exata do país. Ao fazer essa ressalva, o autor dirigiria uma crítica bastante comum entre os intelectuais nos anos 1920, ao ufanismo propalado por Afonso Celso. De acordo com Ellis Jr., “seu ‘me ufanizo’ forjou a falsa idéia de que tudo que é brasileiro é melhor. Dele decorrem o folclore de *Amélia, a mulher de verdade*, ‘Miserê’, ‘Não adianta fazer nada’, ‘Pra que trabaiá’, tudo a respirar miséria, conformismo, madraçaria...”.<sup>133</sup> Postura que, como vimos no capítulo anterior, Alfredo Ellis Jr. e os verde-amarelos procuraram substituir por uma imagem do paulista e do brasileiro associada ao trabalho.

Ao destacarmos a preocupação de Ellis Jr. com o estabelecimento de um conhecimento histórico pautado na objetividade, não ignoramos o fato de esse autor não ter sido assim tão ortodoxo ao colocar em prática as idéias que defendeu sobre o trabalho do historiador e a função da História. Seu discurso apaixonado sobre São Paulo desmente facilmente a objetividade ardorosamente que defendia ao referir-se às conclusões dos seus estudos.

Sobre esse aspecto, *Os Primeiros Troncos Paulistas e Populações Paulistas* representam exemplos claros da exaltação de São Paulo empreendida pelo historiador, mal disfarçada pelo caráter de cientificidade que procurou atribuir ao texto. A própria necessidade de explorar o tema paulista, foi corroborada por Ellis Jr. por meio de um critério nada objetivo. Em sua opinião, a importância do estudo da história paulista justificava-se pela intensidade da repercussão dos fatos históricos protagonizados por São Paulo.

---

<sup>131</sup> Idem. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 25.

<sup>132</sup> Idem, 1979, p. 44.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 45.

Dessa forma, estudar a história do estado significava, sobretudo, fazer jus à grandiosidade do seu passado e à importância dos eventos protagonizados pelos paulistas no âmbito nacional.

Por outro lado, não é raro encontrar trechos nas obras desse autor, -nos quais a “lógica imparcial” que ele afirmou empregar foi reforçada por argumentos preconceituosos. É o caso da explicação apresentada para sustentar a tese de que as mulheres européias estiveram em número quase insignificante na vila paulista nos primeiros anos de povoamento. Para Alfredo Ellis Jr., era “lógico” que o “elemento feminino” não teria a força física e a agilidade necessárias para atravessar a Serra do Mar. Desse modo, permaneceu em São Vicente, retornou para a metrópole ou “teria passado às capitânicas mais acessíveis do afortunado Nordeste”.<sup>134</sup> Conseqüência lógica desse fato, para o autor, a miscigenação teve necessariamente de ser intensa no planalto. Segundo ele, “como não havia quase mulheres ibéricas, o recurso foi a prata da casa. Quem não tem cão caça com gato!”.<sup>135</sup>

O diálogo de Alfredo Ellis Jr. com Afonso D’Escragno Taunay, incentivador e interlocutor dos seus estudos, representa uma pista importante para a compreensão da concepção de História desenvolvida por este autor. Segundo Karina Anhezini de Araújo, a influência recebida de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, bem como da produção nacional das primeiras décadas do século XX, sobretudo de Capistrano de Abreu, constitui eixo fundamental para a compreensão de como Taunay estabeleceu seu conceito de História e definiu os princípios norteadores de sua escrita.<sup>136</sup>

Um ponto importante a ser retido do estudo de Karina Anhezini de Araújo é a aplicação na obra de Taunay dos “princípios gerais da moderna crítica histórica” baseados, em linhas gerais, na noção de verdade histórica, na valorização do documento e da análise documental, concebida a partir de rigorosos parâmetros de crítica externa e interna, bem como no diálogo do

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. 53

<sup>135</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>136</sup> Além desses aspectos, a relação pessoal de Taunay com os beneditinos, compõe, segundo ela, outro dado interessante relativo à sua iniciação historiográfica. De acordo com a autora, a influência beneditina marcaria, por exemplo, a visão católico/providencialista de Taunay, encontrada em suas obras. ARAÚJO, Karina Anhezini. **Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. 237 f. Doutorado. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 26-27.



historiador com as ciências auxiliares. Estes pressupostos, ligados a uma concepção moderna de história, segundo Karina Anhezini de Araújo, estão representados na trajetória intelectual de Taunay, em favor da disponibilização, publicação e pesquisa de documentos históricos inéditos.<sup>137</sup>

Assim como Taunay, Alfredo Ellis Jr. valorizou a pesquisa documental, sobretudo de fontes inéditas, e a utilização de métodos científicos de pesquisa como etapas fundamentais para se estabelecer a verdade histórica. A publicação dos primeiros volumes dos *Inventários e Testamentos* antigos paulistas,<sup>138</sup> em 1921, pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, iniciativa do político e também historiador Washington Luís, teve importância significativa para o ingresso de Ellis Jr., a partir desse período, na pesquisa histórica.

A publicação de documentos e a reunião de acervos sobre a história paulista, vale assinalar, foram exemplos dos esforços da política regional no sentido de destacar a importância dos eventos históricos paulistas para a história nacional e, dessa forma, a importância de São Paulo no cenário brasileiro. Conforme observou Antônio Celso Ferreira, o próprio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ao qual se filiaram Taunay e Ellis Jr., nas primeiras décadas do século XX, recebeu subsídios significativos dos cofres públicos do Estado e da Prefeitura paulista. A própria edição da revista do IHGSP, até 1915, ficou a cargo da Imprensa Oficial.<sup>139</sup>

Alfredo Ellis Jr. expressou seu reconhecimento ao incentivo dado por Washington Luís à historiografia paulista, dedicando-lhe duas edições de *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, sendo que, na primeira, o agradecimento foi também pessoal. Washington Luís havia conseguido, junto ao governo do Estado, o financiamento do livro que, segundo Ellis Jr., “me abriu as portas para as letras”.<sup>140</sup>

<sup>137</sup> Ibidem, p. 29-42.

<sup>138</sup> Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado no famoso estudo *Vida e morte bandeirante*, no qual defende a tese da pobreza do bandeirante, utilizariam em suas pesquisas os inventários e testamentos publicados por Washington Luís.

<sup>139</sup> De acordo com Antônio Celso Ferreira, “os subsídios públicos foram interrompidos de 1913 a 1927 e de 1931 a 1936. [...] Nesses anos a receita da agremiação permaneceu estável, talvez por causa de ajudas indiretas do Estado e da Prefeitura. Ainda segundo o autor, a análise do quadro de presidentes, sócios fundadores e demais ingressantes [no IHGSP] no período que se estende até 1940 revela uma entidade, sem dúvida, inteiramente integrada ao mundo oficial de São Paulo”. FERREIRA, 2002, p. 98-99.

<sup>140</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 12-13.

Nesse e em outros livros, Alfredo Ellis Jr. destacou a importância da documentação publicada pelo ex-prefeito de São Paulo e ex-presidente da república, para solucionar lacunas e controvérsias históricas. Conforme assinalou nos estudos sobre as bandeiras paulistas, a publicação da documentação oficial:

[...] veio reformar muitos pontos tidos até então como axiomas, nas páginas da nossa expansão territorial, modificando por completo idéias errôneas que já se achavam erradicadas no estudo das bandeiras e eram constantemente repetidas, pela multidão inconsciente, de copiadores de cousas já impressas, que, divulgando, seus escritos perniciosos, espalhavam a falsidade [sic].<sup>141</sup>

O autor considerou a análise dessas fontes como o diferencial dos seus estudos frente a outras análises da história paulista contemporâneas às suas. Em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, Ellis Jr. baseou-se nesse dado para fundamentar sua crítica sistemática ao livro *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Vianna:

Oliveira Vianna, no seu trabalho (...) ao reconstituir a organização sociológica paulista nos primeiros séculos, teve que por si mesmo elaborar todo o material de que lançou mão. Nada havia feito. Além do sociólogo, sintetizador, Oliveira Vianna teve que ser um analista pesquisador nos arcanos do nosso passado para dali tirar as premissas que lhe iriam servir de alicerces. Serviço gigantesco, portanto! É natural que assim tendo de proceder o erudito sociólogo fluminense nem sempre se haja estribado em elementos exatos. Por isso todo o edifício de *Populações Meridionais*, erguido com o brilhantismo de uma pujante cultura, deveria ter pontos menos sólidos. Assim no que se refere ao paulista dos três primeiros séculos, Oliveira Vianna, em falta de elementos, teve que se estribar, ao reconstituir o seu tipo sociológico, no paulista do século XIX que, em plena fase da cultura cafeeira, se alastrou sensorialmente pelo vale do Paraíba.<sup>142</sup>

Para Ellis Jr., a carência documental e de estudos com os quais Oliveira Vianna pudesse dialogar explicaria os equívocos cometidos por ele ao defender o predomínio do latifúndio em São Paulo nos primeiros séculos de colonização. Diante dessas lacunas, Vianna teria se apoiado em um

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>142</sup> Idem, 1936, p.10.

pressuposto falho: a transposição para o contexto inicial da colonização da realidade paulista do século XIX. A versão contraposta por Ellis Jr. à do intelectual fluminense era a de que a economia paulista nos séculos XVI e XVII teria estado baseada na policultura, praticada em pequenas propriedades semi-urbanas. Como veremos no quarto capítulo, Alfredo Ellis Jr. considerou este um dos fatores que influenciaram o desenvolvimento da democracia paulista.

Não foi só a documentação sobre São Paulo, naquela época recém publicada, que teve sua importância destacada por Alfredo Ellis Jr. Se essas fontes, segundo ele, permitiriam realizar de forma inédita no mundo, a “reconstituição da marcha biossociológica do homem no planalto piratiningano”,<sup>143</sup> não era menos significativa a contribuição de *Nobiliarquia Paulista* de Pedro Taques e *Genealogia Paulistana* de Silva Leme. Por meio dessas obras, segundo Alfredo Ellis Jr., era possível que “toda a população paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX” fosse “perfeitamente conhecida”,<sup>144</sup> em seus processos de seleção, cruzamento e consangüinidade.<sup>145</sup>

Para além dos estudos de Pedro Taques e Silva Leme, Ellis Jr. dialogou com uma ampla bibliografia sobre São Paulo, na qual se inserem autores contemporâneos como Capistrano de Abreu e Afonso de Taunay. Esses autores foram referências importantes tanto do ponto de vista temático – os dois podem ser considerados precursores das novas pesquisas sobre o tema bandeirante no século XX – quanto dos procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica no Brasil.

Capistrano de Abreu teve sua obra analisada por Ricardo Benzaquen de Araújo, que enfocou seu diálogo com os procedimentos teórico-metodológicos da história moderna, desenvolvidos ao longo do século XIX, na busca de estabelecer, objetivamente, a verdade sobre os acontecimentos históricos. Tal concepção da História e do trabalho do historiador, baseada em um novo sentido de verdade, se desenvolveu em contraposição à história praticada no século XVIII, sem pretensões de relato imparcial, mas como narrativa exemplar, com o objetivo principal de transmitir uma lição, um ensinamento.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>144</sup> Idem. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 9.

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> ARAUJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 29-33.

Para Araújo, Capistrano de Abreu teria encarnado entre nós o ideal da busca “moderna” da verdade. É o que demonstra, segundo ele, a dedicação desse autor ao longo de sua carreira, entre fins do século XIX e início do XX, à tarefa de procurar documentos inéditos, de traduzi-los, publicá-los e estabelecer a identidade dos seus autores. Contribuindo, dessa forma, para “estimular e promover a pesquisa das fontes históricas por todos os meios que estivessem ao seu alcance”.<sup>147</sup>

Esse tipo de iniciativa contribuiu para as pesquisas de Alcântara Machado que, assim como Taunay e Alfredo Ellis Jr., utilizou os *Inventários e Testamentos*, publicados por Washington Luís. Seu livro, *Vida e Morte Bandeirante*, ajudou Alfredo Ellis Jr. a construir sua argumentação sobre a policultura praticada no planalto e a pobreza dos paulistas, notada pela indisponibilidade de artigos importados na região.

Oliveira Vianna foi um dos principais interlocutores brasileiros de Alfredo Ellis Jr., que desenvolveu várias críticas ao sociólogo. Entre elas, refutou a afirmação de Vianna, anteriormente citada, sobre o predomínio do latifúndio e do caudilhismo em São Paulo e a suposta contribuição dólico-loura para a formação racial do bandeirante.

Apesar das divergências com Oliveira Vianna, Ellis Jr. não evitou recorrer ao livro *Evolução do Povo Brasileiro* para reforçar seu argumento sobre a impossibilidade de se escrever a história do Brasil a não ser pelo ângulo regional. Em *A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*, Vianna foi assinalado como exceção entre os autores que, ao abordarem a história brasileira sob o ângulo administrativo, defenderam a idéia de que Portugal tinha no Brasil “vários centros de colonização”.<sup>148</sup> Ellis Jr. ignora o ponto de vista do autor, que era descrente da possibilidade de o Brasil e, mais especificamente, São Paulo, ter se aproximado da realidade democrático-liberal dos povos anglo-saxônicos.<sup>149</sup> Nesse aspecto, há divergência, uma vez que esta idéia foi defendida por Ellis Jr., com relação a São Paulo, excluindo-se as demais regiões brasileiras.

---

<sup>147</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>148</sup> ELLIS JÚNIOR, 1967, p. 22.

<sup>149</sup> Cf. FERRETI, Danilo J. Zione. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, janeiro-junho de 2008, p. 65-69.

A singularidade da trajetória histórica de São Paulo frente às demais regiões brasileiras teve, em Paulo Prado, um importante adepto. Alfredo Ellis Jr. recorreu aos seus textos para reforçar sua idéia da formação eugênica do paulista, como resultado do isolamento natural imposto pela Serra do Mar. Tanto Ellis Jr. quanto Paulo Prado, importante assinalar, destacaram a atuação do relevo paulista funcionando como espécie de cordão isolador da vila paulista. Esses autores defenderam que a difícil travessia do Caminho do Mar serviu para selecionar apenas os indivíduos fisicamente mais aptos para o povoamento do planalto.<sup>150</sup> A importância desse evento provocado pelas características geográficas daquela região foi ressaltada pelos dois autores ao defenderem a tese da decadência paulista, no século XVIII, como resultado da abertura de novos caminhos pelos bandeirantes e, conseqüentemente, da diminuição do isolamento do núcleo populacional do planalto.

Para Alfredo Ellis Jr., no século XVIII, a população de São Paulo passou a sofrer, sistematicamente, a influência “perniciosa” de outros núcleos populacionais, formados por indivíduos menos favorecidos na sua estirpe do que o paulista, ou seja, resultantes da miscigenação com o negro. Por outro lado, Ellis Jr. ressalta que a descoberta do ouro despertou nos moradores do planalto a ganância pela riqueza. Esse era considerado pelo autor um traço da psicologia paulista, herdado do português, que até aquele século havia permanecido havia latente. Despertado pelo sonho do ouro, ele teria provocado a transformação do caráter bandeirante antes focado em um limitado ideal econômico, focado, estritamente, na subsistência.<sup>151</sup> A conseqüência disso, já assinalada anteriormente neste capítulo, teria sido a crise econômica e o esvaziamento populacional do planalto.

As idéias do historiador português Oliveira Martins sobre a fragmentação entre as colônias portuguesas do Sul e do Norte aparecem com grande força nos textos de Alfredo Ellis Jr. e Paulo Prado. Para Oliveira Martins, segundo Carlos Eduardo Ornelas Berriel, “o Sul, onde o regime de colonização ‘livre’ era dominante, progredia mais seguro, embora menos opulentamente, do que as

---

<sup>150</sup> Sobre Paulo Prado ver: BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena**. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000, p.127-148.

<sup>151</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 212, passim.

colônias do litoral do Norte”.<sup>152</sup> Oliveira Martins, citado pelo autor, conclui que em fins do século XVI, enquanto São Paulo apresentava rudimentos de nação, “a Bahia e as dependências do Norte eram uma fazenda de Portugal na América”.<sup>153</sup> Dessa forma, Oliveira Martins teria lançado as bases para uma diferenciação conceitual da população brasileira entre o Norte e o Sul. Tal pressuposto foi empregado de forma exaustiva pela intelectualidade de São Paulo e estaria presente entre os intelectuais da Geração de 70, como aponta Carlos Eduardo Ornelas Berriel, nos textos de Eduardo Prado.<sup>154</sup>

Retornando à comparação entre as concepções de Alfredo Ellis Jr. e Afonso de Taunay com relação à pesquisa histórica, é necessário assinalar o contraste entre os dois quando defendem o diálogo da História com ciências auxiliares. De acordo com Karina Anhezini de Araújo, ao fazer referência às ciências auxiliares, Taunay não se referia às ciências sociais, mas ao apoio dado à História pela filologia, epigrafia, paleografia, diplomática, os conhecimentos lingüísticos e o estudo da interpretação das inscrições em casos especiais.<sup>155</sup> Ellis Jr., diferentemente, defendeu o diálogo da História com as ciências naturais e sociais. Nos *Primeiros Troncos Paulistas*, Alfredo Ellis Jr. diz ter utilizado os ensinamentos “da Anthropologia, da Sociologia, da Anthropogeografia, da Anthroposociologia, da Anthropogenia, etc” [sic].<sup>156</sup> Segundo ele, procurava “um ecletismo teórico entre os deterministas do meio physico e os adeptos das raças como factor humano” [sic].<sup>157</sup>

Luis Fernando Cerri diferencia a historiografia praticada por Alfredo Ellis Jr. e Afonso de Taunay, destacando a filiação desses autores, respectivamente, às chamadas “História Positivista” e a “História Metódica”. *Grosso modo*, a “história positivista” preocupou-se mais com a reflexão teórica e o estabelecimento de leis gerais visando explicar o processo histórico. Em função disso, procurou empregar a metodologia das ciências exatas e biológicas a partir das quais é possível compreender suas interpretações

<sup>152</sup> BERRIEL, 2000, p. 57-61.

<sup>153</sup> OLIVEIRA MARTINS, 1881, apud ibidem, p. 60.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>155</sup> TAUNAY apud ARAÚJO, Karina Anhezini. **Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. 237 f. Doutorado. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 30.

<sup>156</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p.19.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 7.

organicistas e deterministas. Por sua vez, a história metódica teve uma maior preocupação empírica e factual.<sup>158</sup> Segundo Luis Fernando Cerri, enquanto Taunay foi “um colecionador de fatos cronologicamente encadeados e eventos pitorescos”, Ellis Jr. procurou tecer uma teoria eurocêntrica, racialista e tributária do determinismo geográfico para explicar a história dos paulistas como povo.<sup>159</sup>

A utilização do aparato determinista, racial e antropogeográfico por Alfredo Ellis Jr. pode ser compreendida em grande parte, como destacou Luís Fernando Cerri, pela noção apresentada por ele acerca da pesquisa histórica.<sup>160</sup> Os conhecimentos adquiridos pelo historiador de outras disciplinas e a partir de uma cultura geral, segundo Ellis, facilitariam o trabalho do historiador e, sobretudo permitiriam a ele, aproximar-se da verdade histórica.

## 2.2 CASSIANO RICARDO: MITO E HISTÓRIA

Cassiano Ricardo nasceu em 26 de julho de 1895,<sup>161</sup> portanto, no ano anterior ao do nascimento de Alfredo Ellis Jr. Diferentemente deste autor, a família de Cassiano Ricardo não ostentava títulos aristocráticos. O escritor e

---

<sup>158</sup> De acordo com Luis Fernando Cerri, das atitudes derivadas ou próximas do ideal positivista das ciências sociais, nascem as teorias científicas do racismo e do preconceito social, como as que conseguem encontrar relações entre a medida do crânio e a delinqüência de negros e mulatos, ou mesmo de algumas etnias caucasianas. É também o caso do darwinismo social. Na mesma linha vão as pesquisas de Lombroso sobre a inferioridade da mulher – e especialmente da prostituta – pelas suas características anatômicas. Ou então a obra de Alfredo Ellis Jr., em que a superioridade racial do paulista é dada pela ausência do elemento negro nos séculos iniciais e a influências das variações climáticas do planalto sobre a “Raça de Gigantes”. Ou ainda, [...] os determinismos geográficos que explicam formulações econômicas e sociais inteiras – e principalmente o “caráter nacional” – pelas determinações do clima e/ou relevo. CERRI, Luis Fernando. As concepções de História e os cursos de Licenciatura. **Revista de História Regional**. v.2, n.2, jul. 1997, p.4. Disponível em: <<http://www.uepg.br/v2n2/cerri.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>160</sup> Em grande medida, apesar dos embates entre Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna, podemos aproximar a perspectiva de História adotada por Ellis Jr. à que foi apresentada por José Luís Bendicho Beired em relação à Vianna. Esse autor destacou a importância dada por Oliveira Vianna ao diálogo da História com a antropogeografia de Ratzel e Vidal de La Blache, a sociologia de Spencer e Le Play, antroposociologia de Gobineau e Lapouge e a psicossociologia de Le Bon. BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 251.

<sup>161</sup> Existem controvérsias sobre a data de nascimento do autor, que pode ter se dado no ano anterior ao que consta na data do seu registro. Ver: MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: UNIPAV, 2003, p. 23-27.

poeta modernista viveu sua infância na Fazenda Santa Tereza, um pequeno sítio que pertencia aos seus pais, Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo Machado. Seus pais possuíam também nessa época uma residência urbana em São José dos Campos, onde o pai e parentes de Cassiano exerciam profissões liberais. Sobre esse aspecto, é importante destacar, a participação deles na imprensa local, o que permitiu a publicação das primeiras poesias de Cassiano Ricardo ainda na infância.<sup>162</sup>

Na cidade de São José dos Campos, Cassiano Ricardo cursou o primário no grupo escolar Olympio Catão, período em que divulgaria seus escritos no jornalzinho manuscrito *O Ideal*, criado por ele. Ainda em 1909, Cassiano estreou, junto com seu irmão Aristides Leite, como redator da revista mensal *Íris* e, já no ano seguinte, atuaria no jornal local *A Tribuna*, de propriedade de seu pai.

Após concluir os estudos no Ginásio Nogueira da Gama, em Jacareí, Cassiano Ricardo matriculou-se no curso de Direito da recém fundada Universidade de São Paulo. Nessa época, sua família residia já na capital paulista. Com o fechamento da universidade em que Cassiano estudava, três anos após seu ingresso no curso, ele transferiu-se para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, onde obteve o diploma em 1918. A passagem de Cassiano Ricardo pelo Rio de Janeiro renderia a ele além do diploma de bacharel e do ingresso na grande imprensa, a estréia na literatura com o livro de poesias *Dentro da noite* (1915), que teria recebido críticas elogiosas de Olavo Bilac.<sup>163</sup>

Depois de concluir o curso de Direito, Cassiano Ricardo voltou para São Paulo e procurou se estabelecer na carreira de advogado. As dificuldades iniciais levaram-no, entretanto, a procurar uma cidade menor para fixar residência. Incentivado pelo cunhado Arthur Caetano, Cassiano Ricardo mudou-se com a família para cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, de onde, após quatro anos, ele retornou definitivamente para São Paulo. No

---

<sup>162</sup> CAMPOS, Maria José. **Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento**. Estudo sobre as trajetórias intelectuais e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945. 2007. 368 f. Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 73.

<sup>163</sup> MONTEIRO, 2003, p. 46.



mesmo ano do seu retorno, ingressou na redação do *Correio Paulistano* onde, como vimos anteriormente, trabalhavam já Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, seus futuros companheiros no grupo verde-amarelo.

Em 1928, iniciou sua carreira de funcionário público, exercendo as funções de censor teatral e cinematográfico. Apenas um ano depois foi convidado para trabalhar no Palácio do Governo como comissionado. No período da Revolução de 1930, Cassiano Ricardo ocupava já o cargo de auxiliar no gabinete do governador Júlio Prestes.<sup>164</sup> Os contatos que fizera no período em que residiu no sul do país e no governo paulista evitaram que o escritor fosse exonerado pelo novo governo. Embora tivesse perdido para Di Cavalcanti seu antigo cargo de censor, foi convidado para ocupar a função de Diretor de Expediente.<sup>165</sup>

Na década de 1930, Cassiano Ricardo procurou conciliar suas atividades no funcionalismo público com a colaboração em jornais e revistas. Seus escritos nesse período enveredaram de forma mais sistemática para temas políticos. Neles, Cassiano Ricardo retomou tópicos importantes de sua produção literária anterior ao contexto do verde-amarelismo, como a convivência harmoniosa e hierarquizada entre as raças branca, negra e indígena, presente em *Martin Cererê* (1928), a crítica ao modelo político liberal e a defesa de uma democracia “à brasileira”.

Em 1936, Cassiano Ricardo reuniu-se novamente com Menotti Del Picchia, dessa vez em torno do grupo Bandeira. Esse movimento político congregou um amplo e eclético grupo de intelectuais paulistas, entre os quais estiveram presentes Monteiro Lobato e Mário de Andrade.<sup>166</sup> Os objetivos principais do movimento Bandeira iam ao encontro de antigos anseios da elite paulista, entre os quais o já mencionado intuito de destacar o papel histórico de São Paulo no contexto nacional. Espelhando-se no passado bandeirante, o grupo propôs a criação de uma nova bandeira no plano da cultura. Segundo Cassiano Ricardo, a intenção principal “era organizar o pensamento original do

---

<sup>164</sup> RICARDO, Cassiano. **Viagem no Tempo e no Espaço**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 45.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 48-49.

<sup>166</sup> Apoiaram o Movimento Bandeira, além desses intelectuais, Guilherme Alcântara Machado, Plínio Barreto, Afonso de Taunay, Paulo Setúbal, Almeida Prado, Fonseca Telles, Paulo Prado, Valdomiro Silveira e Rubens do Amaral.

país para o pacífico ajustamento das condições de vida do nosso povo dentro dos fundamentos sociais e políticos do mundo moderno”.<sup>167</sup> Apoiado nessa idéia, o Bandeirismo procurou firmar-se como alternativa às ameaças representadas pelo Integralismo e pelo Comunismo. Esses modelos foram considerados pelo movimento avessos às características essenciais da nação e perigosos, pois, segundo ele, pautavam-se na mobilização das massas e na intensificação dos conflitos sociais.

De acordo com Mônica Pimenta Velloso, a formação do grupo Bandeira direcionou o debate sobre a dependência brasileira ao pensamento “alienígena”, da crise cultural assinalada pelos verde-amarelos, para a crise política. Tanto o Integralismo de Plínio Salgado, como o Bandeirismo de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia arrogaram para si o papel de protetores das características espirituais da nação. A missão do novo bandeirismo, proposto pelo grupo Bandeira, era organizar o pensamento original do país e, a partir de, reorganizar o Estado brasileiro. O papel dos intelectuais ligados ao movimento era destacar as raízes naturais da nacionalidade. A bandeira histórica foi entendida como germe da democracia nacional e do Estado originalmente brasileiro e São Paulo considerado eixo de construção da nação.<sup>168</sup>

Assim, para o grupo Bandeira, a bandeirismo teria oferecido ao país um modelo político inédito, baseado “no governo forte, na disciplina e na caracterização hierárquica dos valores individuais, étnicos e sociais”.<sup>169</sup> Tal exercício de naturalização buscou subtrair do Estado e da democracia nacional os conflitos nas relações sociais, ao mesmo tempo em que destacou a função estratégica da cultura na organização do Estado. Para os integrantes do movimento, através da cultura seria possível criar uma união orgânica entre o Estado e as forças sociais.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> RICARDO, 1970, p. 104.

<sup>168</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. **O mito da originalidade brasileira**: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo). 1983. 189 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983, p. 80-90.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 98. O movimento Bandeira recebeu o apoio de políticos importantes e da alta oficialidade. Em suas memórias, Cassiano Ricardo assinalou que a iniciativa foi saudada por personalidades como o Marechal Eurico Gaspar Dutra, o General Góis Monteiro e os governadores, Benedito Valadares, Nereu Ramos, Manuel Ribas, João Bley e Paulos Ramos.

Essas discussões foram retomadas por Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* (1940). Como se sabe, o livro representa um marco na trajetória do escritor, até então conhecido, sobretudo pela poesia de *Martim Cererê* (1928). Como mostrou Luiza Franco Moreira, os poemas reunidos no livro tiveram uma ampla circulação em livros escolares e diversas antologias dos anos 1930. Além disso, *Martim Cererê* ganhou entre 1936 e 1947, quatro edições pela Companhia Editora Nacional, na época a maior, mais sólida e mais prestigiada editora do país.<sup>171</sup> A mesma editora onde, conforme destacamos anteriormente, Alfredo Ellis Jr. relançou os seus livros mais importantes.

A narrativa histórica de Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* defendia a adoção de um Estado autoritário e corporativista, dessa forma procurou assinalar o Estado Novo como o modelo político adequado à realidade brasileira.<sup>172</sup> Sobre tal afinidade, convém lembrar, a repercussão de *Marcha para Oeste* coincide com o período em que Cassiano Ricardo torna-se “oficialmente” ideólogo do governo de Vargas. Em 1941, Cassiano Ricardo deixou o cargo que ocupava no Departamento de Imprensa e Propaganda de São Paulo para assumir a direção do jornal *A Manhã*, no Rio de Janeiro, ligado ao regime.<sup>173</sup>

Conforme destacaram diversos estudos, em 1937, o projeto cultural modernista de construção da nacionalidade, em pauta desde 1924, de acordo com a periodização clássica de Eduardo Jardim de Moraes,<sup>174</sup> tornou-se

---

Com o objetivo de divulgar as suas idéias do movimento e organizá-lo pelo país foram fundados núcleos em diversos estados brasileiros e criado, em 1937, o jornal *Anhangüera*, cuja atuação, assim como a do movimento Bandeira foi encerrada pelo Estado Novo.

<sup>171</sup> Sobre a Companhia Editora Nacional é interessante o depoimento de Enio Silveira recolhido por Luiz Franco Moreira. Enio Silveira fundou e dirigiu a Editora Civilização Brasileira, mas começou a trabalhar na Companhia Editora Nacional em 1943, e do ponto de vista pessoal foi bem próximo ao proprietário desta firma, Octalles Marcondes Ferreira. De acordo com a autora, segundo Enio Silveira, na Companhia Editora Nacional a escolha de títulos para a publicação geral refletia tanto a opinião de Monteiro Lobato, que se empenhava por livros brasileiros que lhe pareciam importantes, como a de Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da firma e homem “mais pragmático”, que se interessava por livros que teriam boa receptividade. MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas & heróis**. Aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 71.

<sup>172</sup> Cf. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papyrus, 1986; VELLOSO, 1983.

<sup>173</sup> Ao escrever sobre suas relações com Getúlio Vargas, Cassiano Ricardo dá a entender que ele teria manifestado o desejo de conhecer Menotti Del Picchia e a ele por ocasião da publicação de *O Brasil no Original* (1937). Segundo o autor, nesse encontro eles teriam concordado quanto aos “pontos de contato entre o pensamento político dele e de Del Picchia e o do Estado Novo”. RICARDO, 1970, p. 157;161.

<sup>174</sup> Conforme Eduardo Jardim de Moraes, o ano de 1924 marca o início da segunda fase do modernismo brasileiro, quando o enfoque dos escritores ligados a esse movimento dar-se ia

elemento central da ideologia estado-novista. Getúlio Vargas destacou o papel crucial a ser desempenhado pelos junto ao Estado Novo – solidificar esse regime através da cultura, atuando como porta-vozes da consciência nacional.<sup>175</sup> Ainda que modernistas de diversas correntes tenham sido convidados a trabalhar nos órgãos do governo, este limitou-se a incorporar a dimensão ufanista presente na doutrina do grupo verde-amarelo, descartando assim, a dimensão crítica do modernismo associada às correntes lideradas por Mário e Oswald de Andrade.<sup>176</sup> Desse modo, segundo Mônica Pimenta Velloso, no Estado Novo a busca da brasilidade foi associada à “consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais”.<sup>177</sup>

Dentro deste quadro grandioso não há mais lugar para o anti-herói e a sua preguiça. Naturalmente que a dessacralização do herói mostrar-se-ia incompatível para um regime que se preocupava em fixar as bases míticas de um Estado forte. Assim, a versão macunaímica do ser nacional cede lugar a versão mítica e apoteótica da ‘raça de gigantes’, criada pelo grupo Verde-amarelo.<sup>178</sup>

Para Alcir Lenharo, as “imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadores simbólicos constituíram um dos recursos largamente utilizados pelos intelectuais do Estado Novo”.<sup>179</sup> Através delas, era possível veicular com rapidez e precisão o recado a ser transmitido. Em *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo partia do pressuposto de que o brasileiro apreciava imagens popularescas eivadas de sentimentalismo e este terreno constituía o terreno fundante da democracia brasileira. O livro constituía, assim, exemplo dessa fabricação de imagens e difundia a imagem central da nação caminhando pelas próprias forças em busca de sua concretização. Do mesmo modo, os discursos proferidos por Vargas trariam elementos “que perseguem a confecção da

---

sobre o tema da brasilidade. Para esse autor, o movimento modernista dividiu-se em dois tempos, o primeiro marcado pela preocupação com a atualização artística brasileira em relação às vanguardas européias, o segundo pela ênfase na descoberta do Brasil e na sua divulgação para os brasileiros. MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.13.

<sup>175</sup> Cf. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papyrus, 1986; PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1987.

<sup>176</sup> VELLOSO, op. cit., p. 15, nota anterior.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 44-45.

<sup>179</sup> LENHARO, op. cit., p. 54, nota 175.

imagem da nação em movimento”.<sup>180</sup> Neles, a nação era representada pela geografia, pela revisitação do passado colonial e pela afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país.<sup>181</sup>

As idéias de Cassiano Ricardo, cuja aproximação com a ideologia do Estado Novo foi assinalada por diversos autores, esteve presente nos textos deste escritor a partir do modernismo verde-amarelo. Sobre esse aspecto, interessante notar, é comum encontrarmos nos textos de Cassiano Ricardo produzidos em fases diversas de sua trajetória, trechos semelhantes, muitos deles transcritos na íntegra. É o caso, por exemplo, do artigo “Meus Heroes” [sic] publicado no *Correio Paulistano* em 1927, que teve partes suas transcritas em *Marcha para Oeste* (1940) e no ensaio “O bandeirante Euclides” (1959). A impressão é a de que Cassiano Ricardo, seguindo um fio lógico, retomava continuamente idéias apresentadas anteriormente, em novas abordagens, numa tentativa de reelaboração ou lapidação dos seus argumentos.

*Marcha para Oeste* pode ser entendido assim como estudo que, ao retomar discussões anteriores, reelabora-as numa análise sistemática, densa e que utiliza um estilo tautológico e retórico. Depois da publicação de *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo dedicou-se, para além da poesia, à produção de ensaios curtos. Entre eles, o *Pequeno Ensaio de Bandeirologia* (1959) sintetiza as discussões presentes em *Marcha para Oeste* num texto escrito em linguagem simples e sem muitas interrupções por referências a autores e notas. Um dado que chama a atenção é o de que este livro e a coletânea de ensaios *O Homem Cordial*, publicada como *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*, também em 1959, foram editados pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio do Instituto Nacional do Livro.

Entre os autores que assinalaram a coerência entre as idéias e Cassiano Ricardo nos diferentes momentos de sua trajetória, destaca-se Mônica Pimenta Velloso que o estudou como ideólogo do Estado Novo, destacando a afinidade existente entre o projeto cultural defendido por ele, a partir da década de 1920, e o que foi adotado em 1937. Seu estudo abordou a trajetória do modernista, dividindo-a em três fases: a primeira, que corresponde à da sua participação no grupo verde-amarelo nos anos 1920; a segunda fase que se refere ao período

---

<sup>180</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>181</sup> Ibidem.

em que Cassiano Ricardo esteve ligado ao grupo Bandeira, na década de 1930; por último, a terceira fase que constitui o período em que Cassiano Ricardo assume a direção do jornal *A Manhã* e a chefia do Departamento Político Cultural da Rádio Nacional.<sup>182</sup>

Ao analisar os escritos de Cassiano Ricardo nesses três momentos, Mônica Pimenta Velloso destacou que, entre os anos 1920 e 1940, não houve mudança fundamental na sua obra.<sup>183</sup> Para a autora, a busca da “originalidade brasileira” foi uma constante no pensamento do autor, seja no verde-amarelismo, seja no contexto do bandeirismo e da atuação sua como ideólogo do Estado Novo. A diferença, segundo ela, era a de que nos anos 1920 a busca da originalidade esteve associada à crítica aos “ismos literários”, enquanto nas décadas de 1930 e 1940, ao combate aos “ismos políticos”.<sup>184</sup> Nos dois momentos, Cassiano Ricardo teria assinalado a necessidade de o país romper com a influência estrangeira e seguir tanto no campo literário como no político uma orientação nacional melhor adaptada à realidade do país.

Em *Meninos, poetas & heróis* (2001), um estudo mais recente sobre Cassiano Ricardo, Luiza Franco Moreira procurou interligar três fases da carreira do escritor: a publicação de *Martim Cererê* (1928), a de *Marcha para Oeste* (1940), e a atuação do escritor do diretor do jornal *A Manhã*, entre 1941 e 1945. Nesse estudo, a autora defendeu a afinidade temática entre aquelas obras e os textos publicados por Cassiano Ricardo no jornal *A Manhã* entre 1941 e 1945. Ao focar a transição do poeta modernista para o intelectual orgânico do Estado Novo, o objetivo da autora foi recompor a dimensão ideológica presente nos poemas de *Martim Cererê*. Sua hipótese era de que, nessa obra, seria possível encontrar já a imagem da nação que, em *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo procurou associar à que foi propagada pelo governo Vargas.<sup>185</sup>

Um ponto a ser retido da análise de Luiza Franco Moreira é a recomposição da narrativa história presente em *Martim Cererê*, na obra *Marcha para Oeste*. Com a mudança de gênero literário, da poesia de *Martim Cererê*

---

<sup>182</sup> VELLOSO, 1983, p. 16.

<sup>183</sup> Ibidem, p. 173.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>185</sup> MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas & heróis**. Aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

para a prosa de *Marcha para Oeste*, o texto de Cassiano Ricardo precisou seguir direções diferentes dos anteriores. Dessa forma, para recontar a história bandeirante e do Brasil, o escritor modernista levou em conta outros tratamentos – historiográficos, sociológicos ou até mesmo diretamente políticos.<sup>186</sup>

Com relação a este aspecto destacado pela autora, convém assinalar que diferentemente de Alfredo Ellis Jr., Cassiano Ricardo não manteve vínculos estreitos com a historiografia. Até a década de 1940, quando publica *Marcha para Oeste*; Cassiano é reconhecido, principalmente, pela poesia e como poeta, era lido, a partir da década de 1930, não só pela elite intelectual, como também por grupo amplo de leitores que, em grande parte, teriam sido apresentados aos poemas de *Martim Cererê*, por livros didáticos e antologias.<sup>187</sup>

A imagem pública que Cassiano Ricardo havia construído, associada à poesia, não passou despercebida a ele. É o que podemos notar no prefácio que escreveu para a terceira edição de *Marcha para Oeste*, publicada em 1959 – passadas, portanto, já quase duas décadas da primeira edição do livro. Para a nova edição, Cassiano Ricardo revisou o texto e acrescentou novos capítulos. Trabalho que, certamente, levou em conta o tempo transcorrido, as mudanças históricas e a recepção de suas idéias. No prefácio, Cassiano Ricardo destacou o caráter objetivo do seu texto. Segundo ele, era “preciso deixar claro que o poeta que pareço ser não irá sacrificar o método objetivo e a concreção histórica em que me situo para escrever êste livro” [sic].<sup>188</sup>

Ao destacar sua intenção de escrever uma narrativa imparcial sobre a história bandeirante, o escritor reconheceu que esse tema vinha sendo deformado diariamente pela exaltação demagógica da palavra empregada por oradores, por políticos em propaganda eleitoral ou por “descendentes de velhos troncos bandeirantes”.<sup>189</sup> Além disso, segundo ele, o bandeirante era

---

<sup>186</sup> Ibidem, p. 77

<sup>187</sup> Ibidem, p. 66-68.

<sup>188</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. v.1. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. xxvi.

<sup>189</sup> Ibidem.

visto pela historiografia ostentando imagens contrárias, ora a do herói, ora a do “bandido, caçador de bugre, bandoleiro de San Pablo, etc”.<sup>190</sup>

Cassiano Ricardo dá a entender que a sua intenção era desmistificar a história do bandeirante. Ele enfatiza que não era fábula o que iria narrar, embora parecessem ser alguns eventos protagonizados pelo seu personagem. Entretanto, como aponta Fábio Muruci dos Santos, ao defender a objetividade do seu texto, Cassiano Ricardo não estava recusando a importância dos mitos. O seu propósito parecia ser “eliminar os mitos do passado bandeirante para criar novos mitos”, “necessários naquele momento da modernidade”.<sup>191</sup>

Nesse sentido, *Marcha para Oeste* funda novos mitos, nos quais associa a bandeira e a direção da sua marcha civilizatória pelo sertão – propagando valores como a democracia, a obediência à hierarquia e à autoridade e a convivência harmoniosa entre as raças – ao desenvolvimento do fio histórico da nacionalidade, que de acordo com o diagnóstico de Cassiano Ricardo, havia sido desviado do seu curso pela ação das ideologias externas e precisava urgentemente ser retomado por meio do Estado.

Desse modo, o que avaliza a sua interpretação sobre a realidade brasileira continua sendo, como defendia o autor no contexto do verde-amarelismo, o dom do artista de interpretar a realidade pelo sentimento, pela imagem e pelo mito, entendidos por ele como mais eficientes do que a erudição estrangeira, porque mais adaptados à realidade nacional. Em *Marcha para Oeste*, entretanto, Cassiano Ricardo, bem ao gosto da época, cerca-se da crença objetivista, sem destacar o pressuposto da acuidade do artista na tradução da nacionalidade.

*Marcha para Oeste* dialogou com uma extensa bibliografia sobre a história de São Paulo e do Brasil – os estudos de Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Taunay, como vimos anteriormente, interlocutores de Alfredo Ellis Jr., além de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e do próprio Alfredo Ellis Jr..

A análise de Cassiano Ricardo sobre o passado paulista nos séculos XVI e XVII pouco se distanciaria da de Ellis Jr. nos *Primeiros Troncos*

---

<sup>190</sup> Ibidem, p. xxvii

<sup>191</sup> SANTOS, Fábio Muruci dos. No coração do Brasil, o trabalho: sertão e modernidade em Paulo Prado e Cassiano Ricardo. **Pós-História**, Assis/SP, n. 9, p. 199-217, 2001, p. 210.



*Paulistas*. Como esse autor, Cassiano Ricardo destacou a existência nos primeiros séculos de colonização, de uma economia, política e sociedade baseadas na policultura e na pequena propriedade e na formação, já no século XVI, de um rudimentar *self government* regado a valores democráticos. Cassiano Ricardo, diferentemente de Alfredo Ellis Jr., não estava se referindo a uma democracia liberal. Como mostra Mônica Pimenta Velloso, Cassiano Ricardo defende um modelo orgânico de democracia ensinado pela bandeira paulista.<sup>192</sup>

Ao entender o bandeirismo como um semeador de valores originalmente brasileiros, entre os quais uma democracia orgânica, Cassiano Ricardo assinala uma virada na interpretação sobre a história da bandeira presente em Alfredo Ellis Jr., de atividade estritamente econômica, como havia caracterizado este autor, já destacamos ao longo deste capítulo, que a bandeira em Cassiano Ricardo adquire uma dimensão cultural e passa a ser entendida como agente formador da nação. Esse contraste e seus desdobramentos nas análises de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo é o assunto será a discussão dos capítulos seguintes.

---

<sup>192</sup> Cf. VELLOSO, 1983, p. 93, *passim*.

## CAPÍTULO 3

### MISTIÇAGEM E HISTÓRIA

Na segunda metade do século XIX, o suíço Agassiz, em viagem pelo Brasil, teceu considerações pouco animadoras sobre o futuro do país. Para Agassiz, a miscigenação, que em nenhum outro país ocorria tão largamente como aqui, apagava “as melhores qualidades, quer do branco, quer do negro, quer do índio” e produzia “um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu”.<sup>193</sup> A observação da realidade brasileira, em sua opinião, era suficiente para sanar quaisquer dúvidas sobre “os efeitos perniciosos da mistura de raças”.<sup>194</sup>

Influenciados por afirmações como essas, entre a década de 1870 e as primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros representaram o Brasil utilizando os mesmos matizes preconceituosos e ideológicos de Agassiz. Levando em conta os pressupostos do amplo leque determinista, para muitos intelectuais, era difícil acreditar na possibilidade de o país avançar nos rumos do progresso e da civilização. Sendo assim, o pessimismo com relação ao futuro do Brasil, mesmo sendo encontrado em doses variadas, foi recorrente nos textos dos intelectuais brasileiros. Afinal de contas, a população brasileira era composta por “raças” – indígena e africana – que figuravam na base da “hierarquia racial”. Nossa única tábua de salvação era o português e, ironia do destino, ele mesmo era tido como inferior no conjunto racial europeu, o qual reservava aos “arianos” a posição mais privilegiada.

A partir da década de 1920, contudo, com o enfraquecimento dos pressupostos deterministas raciais, a discussão sobre os efeitos da

---

<sup>193</sup> AGASSIZ, 1938, apud DE LUCCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999, p.143.

<sup>194</sup> *Ibidem*.

mestiçagem foi reelaborada pelos intelectuais brasileiros. Preocupados em contribuir para a construção da nacionalidade, os escritores modernistas – como Graça Aranha, Mário de Andrade e Paulo Prado – elaboraram novas versões sobre a mestiçagem. Anos mais tarde, a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933) assinalou, definitivamente, a virada interpretativa sobre a mestiçagem no Brasil. A crítica presente nessa obra ao conceito biológico de raça e a valorização da contribuição do negro para a cultura nacional tornou-se, rapidamente, referência entre os intelectuais brasileiros, que buscaram, como Gilberto Freyre, desenvolver uma versão positiva sobre a mestiçagem. Partindo desses apontamentos, o objetivo deste capítulo será refletir sobre a inserção de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo nesse debate.

### 3.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO PROBLEMA RACIAL

No século XVIII, os estudos de Buffon compuseram uma das mais importantes sínteses sobre o tema da diversidade humana. Seria equivocado afirmar que essa discussão era inteiramente nova,<sup>195</sup> no entanto, é certo que, com o maior intercuro da Europa com a América e com outras terras “recém-descobertas”, ela seria redimensionada. Gianluigi Buffon procurou discernir diferentes espécies humanas, com base na aparência física, explicando-as a partir das variações de clima, alimentação e hábitos. As informações coletadas em relatos de expedições e viagens serviram de base para sua proposta de ordenamento e hierarquização, a partir da qual “associava de forma determinista, aspectos fenotípicos com comportamentos culturais e morais”.<sup>196</sup> De acordo com a classificação de Buffon, os habitantes das áreas situadas na

---

<sup>195</sup> Como lembrou Demétrio Magnoli, o etnocentrismo é um traço identificável em todos os povos e épocas. Os antigos egípcios denominavam-se a si mesmos “homens”, enquanto seus vizinhos rústicos e leigos, não passavam de “líbios”, “africanos” ou “asiáticos”. O grego Heródoto descreveu o sistema etnocêntrico dos antigos persas, que utilizava círculos concêntricos. Aristóteles nutria uma avaliação elevada da “raça helênica, dotada de inteligência e espírito, além da capacidade de governar. Os “europeus” também tinham o atributo do espírito, mas o clima frio fazia-os pouco inteligentes e carentes do dote de governar. Inversamente os asiáticos eram inteligentes, mas careciam de espírito e, ainda por cima, viviam em estado permanente de escravidão. MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue**. História do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009, p. 22.

<sup>196</sup> TODOROV, 1993, apud DE LUCA, 1999, p.134.

latitude norte compunham o topo da hierarquia, enquanto negros e índios dividiam posições inferiores.

No século XIX, as afirmações de Buffon sobre a degeneração dos animais na América foram retomadas pelos antropólogos para tratar de questões como hereditariedade e hibridismo. Pierre-Paul Broca classificou diferentes tipos de cruzamentos inter-raciais, prevendo como consequência deles, juntamente com a fraqueza moral, física e intelectual, a esterilidade em diferentes graus. O antropólogo francês ganhou notoriedade por desenvolver sofisticados instrumentos de medição – o craniógrafo, o craniometro, o estereógrafo e o cefalógrafo - por meio dos quais a antropometria pôde incrementar a sua pretensa aura de cientificidade.<sup>197</sup>

Partindo de um conceito estrito da ciência antropológica, que privilegiava os caracteres físicos e adotava procedimentos zoológicos e anatômicos, a orientação seguida por Broca foi institucionalizada pela Sociedade Antropológica de Paris, fundada por ele em 1859. Entre os autores vinculados à sua orientação estavam Le Bon, Lapouge, Quatrefages e Topinard, autores bastante conhecidos no Brasil, a partir de fins do século XIX. De acordo com esses estudiosos, as diferenças raciais eram importantes para explicar o desenvolvimento social. Assim, por meio dessa Sociedade Científica, foi oficializada a ruptura com a perspectiva adotada pela Sociedade de Etnografia Oriental e Americana (1839), também francesa. Diferente da Sociedade Antropológica, os membros da Sociedade de Etnografia dedicaram-se principalmente ao estudo da língua e dos costumes dos vários grupos humanos.<sup>198</sup>

Apesar da clara divergência de orientação entre essas duas escolas, não seria difícil encontrar entre seus membros posturas um tanto ambíguas. Rosny, por exemplo, etnógrafo adepto do “igualitarismo entre as raças” procurou relacionar as características físicas à maneira de compreender e realizar a civilização. Por outro lado, alguns antropólogos considerariam o

---

<sup>197</sup> Ibidem, p.142.

<sup>198</sup> STAUM, 2004, apud XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/ReginaXavier.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2010.

estudo moral e intelectual do homem como complementares ao das características físicas. O próprio Broca destacou a importância da educação para a melhoria da capacidade cerebral,<sup>199 200</sup> o que evidencia os tênues limites existentes entre as noções de raça e cultura.

Se por um lado a antropometria alcançava, no século XIX e início do XX, níveis sofisticados de “precisão” – como vimos, a obsessão classificatória impulsionou o desenvolvimento de teorias e experimentações diversas – este processo, conforme observou Demétrio Magnoli, não se fez acompanhar de um consenso quanto à classificação racial. De acordo com Magnoli, ninguém se entendia em torno desse debate:

Georges Cuvier reduziu as raças a 3, James Prichard encontrou 7, Louis Agassiz para 12, Charles Pickering preferiu 11 e Thomas Huxley sugeriu 4. As coisas pioraram no século XX, com novas descobertas dos exploradores e dos etnólogos. Joseph Deniker enumerou 29 raças em 1900 e Egon von Eickstedt listou 38 em 1937, quando outros propunham sistemas com mais de uma centena de raças.<sup>201</sup>

A indefinição em torno da própria idéia de raça permanecia como cerne do impasse. O método taxonômico, tomado de empréstimo da Biologia pouco contribuiu para o estabelecimento de um consenso entre os antropólogos. Como todo critério classificatório, a taxonomia deixa amplas margens à subjetividade. Nela, apenas o conceito de espécie encontra-se estabelecido consensualmente. De acordo com a definição usual, espécie compreende um grupo de organismos capazes de cruzar entre si e produzir indivíduos férteis. Nesse caso, entende-se que, ao contrário dos demais níveis taxonômicos, sua ordenação já estaria dada na natureza, bastando ao observador apenas registrá-la. No caso do nível inferior, correspondente à subespécie ou às raças geográficas, a definição permanece arbitrária, variando de acordo com a conveniência do classificador ao analisar diferenças morfológicas, fisiológicas e de comportamento.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup> Ibidem.

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> MAGNOLI, 2009, p. 21.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 20. Conforme assinalou Demétrio Magnoli, a Biologia reconheceria dois tipos de espécies, monotípicas e politípicas, nas primeiras todos os indivíduos fariam parte da mesma raça, nas segundas seria possível identificar raças distintas. A espécie humana situa-se entre

Poucos anos mais tarde, a publicação de *The Origin of Species* (1859) de Charles Darwin, promoveu um reordenamento nas teorias raciais, até então concebidas em termos fixistas. Tais estudos negavam qualquer possibilidade de intervenção do meio externo, nos comportamentos, valores, hábitos, qualidades ou defeitos dos indivíduos e/ou grupos raciais. Ao introduzir o conceito de evolução, Darwin ofereceu uma contribuição fundamental para a crença de que os aspectos biológicos regiam o desenvolvimento da humanidade.

Em fins do século XIX, Spencer, Haeckel, Gumpłowicz e Lapouge, apoiados na teoria darwinista, buscaram solucionar os problemas sociais pensando caminhos análogos ao das leis naturais traçadas por Darwin. Embora os estudos de Darwin não tenham assinalado claramente uma hierarquização entre as raças, foram bastante explorados como reforço a essa tese. Noções como “seleção dos mais fortes”, “luta pela vida” e “sobrevivência dos mais aptos” foram correntemente utilizadas pelo “darwinismo social” para legitimar o imperialismo europeu do século XIX, no continente africano e asiático. A partir do evolucionismo darwinista, o pressuposto da vinculação entre características físicas, comportamento e cultura foi reformulado, seguindo a tendência do tratamento análogo dos fenômenos naturais e sociais.

Contrariando os pressupostos de Darwin, Galton procurou negar a influência do meio ambiente na carga hereditária. Em sua obra mais conhecida, *Hereditary Genius* (1869), apresentou um estudo sobre a distribuição do talento nas populações e destacou sua ocorrência como decorrente da hereditariedade e não do meio ambiente. Galton estudou a genealogia de famílias aristocráticas e destacou nelas a recorrência de membros dotados de elevada inteligência. Analisou também descendentes de uma mesma linhagem com o objetivo de obter a fisionomia que caracterizava o padrão familiar. Baseadas em procedimentos biométricos, a partir dos quais Galton procurou classificar a população de acordo com seus atributos, estabelecendo assim, diferenças entre grupos, suas pesquisas levaram-no a propor um programa de melhoramento humano. A intenção era impedir a transmissão hereditária de

---

as primeiras, o que explica a impossibilidade experimentada historicamente de se alcançar uma classificação consensual. Ibidem, p. 21.

caracteres negativos – retardamentos, taras, fraqueza física e moral – garantindo assim o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da população. Apesar de suas discordâncias com Darwin, a perspectiva evolucionista foi fundamental para a formulação de sua teoria eugênica. Conforme observou Nancy Stepan:

[...] o evolucionismo darwinista apresentou a Galton idéias que, agrupadas de nova maneira, constituíram o cerne da eugenia: a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre a reprodução doméstica e a seleção natural.<sup>203</sup>

Lendo esse trecho não é difícil imaginar as conclusões as quais chegaria Galton. Conforme assinalou Stepan, a premissa central desse pesquisador era a de que “a sociedade poderia fazer com rapidez o que a natureza vinha fazendo lentamente: aprimorar o estoque genético humano por meio da seleção deliberada dos adequados em detrimentos dos inadequados”.<sup>204</sup> Essa tese viria a reforçar, junto com o darwinismo social, a necessidade do triunfo do indivíduo superior e a urgência de um controle social.

August Weismann foi outro nome importante na história da eugenia. Weismann destacou o plasma germinativo (conhecido atualmente como gametas) como responsável pela transmissão dos caracteres de pais para filhos, sem a interferência do meio - hipótese que seria reforçada, em 1900, com redescoberta das Leis de Gregor Mendel. Desenvolvidas entre as décadas de 1850 e 1860, as pesquisas de Mendel, baseadas na observação de cruzamentos entre tipos diferentes de ervilhas, permaneceram desconhecidas até o início do século XX. Por meio delas, o monge austríaco atestou a imutabilidade dos caracteres cruzados, como também procurou diferenciá-los em recessivos e dominantes, com base na combinação dos pares.<sup>205</sup>

Assim como as idéias de Weismann, o mendelismo acirrou a polêmica na época, em torno dos pressupostos lamarckianos. Ainda no início do século XIX, Lamarck havia publicado a primeira teoria sistemática sobre o

---

<sup>203</sup> STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 30.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 32

<sup>205</sup> DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 31.

“transformismo”, presente em *Philosophie Zoologique* (1809). Porém, foi sobretudo em meados do século XIX, com a publicação da obra de Darwin, que se popularizou a teoria desse naturalista francês, até então marginalizada. O esquema traçado por Lamarck, ao contrário do que previa Weismann e os cientistas mendelianos, admitia que as mudanças geradas pelo ambiente no organismo vivo poderiam ser transmitidas às gerações futuras, através de transmutações. O exemplo clássico apresentado por Lamarck foi o da girafa que, segundo ele, precisou esticar o seu pescoço para alcançar alimento na copa das árvores e, com isso, se transformou, ao longo do tempo, em uma espécie de pescoço comprido.<sup>206</sup>

Para muitos cientistas, a teoria lamarckista representou uma explicação alternativa ao evolucionismo de Darwin e enquanto as idéias de Weismann e Mendel se propagaram principalmente na Inglaterra, o lamarckismo reuniu o maior número de adeptos na França. Tendo em vista a influência das leituras francesas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, mais que o mendelismo, os pressupostos lamarckistas estiveram presentes nos escritos dos intelectuais e cientistas brasileiros,<sup>207</sup> e como será destacado a seguir, sua influência pode ser notada em Alfredo Ellis Jr..

### 3.2 A QUESTÃO RACIAL NO VERDE-AMARELISMO

O discurso verde-amarelo sobre a mestiçagem procurou rever as previsões negativas dos discursos raciais do século XIX. Com esse objetivo, apontou inconsistências e denunciou os dados empíricos insuficientes nos quais se baseavam esses discursos. Porém, as interpretações acerca da mestiçagem dos modernistas verde-amarelos e dos intelectuais que se aproximaram desse grupo, na redação do *Correio Paulistano*, receberam matizes diversos.

Em 26 de agosto de 1926, no mesmo ano em que foram divulgados os primeiros artigos verde-amarelistas, Menotti Del Picchia publicou, nas páginas

---

<sup>206</sup> Cf. STEPAN, 2005, p. 78.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 98.



do *Correio Paulistano*, “O problema racial”.<sup>208</sup> O artigo era uma resposta desse autor ao texto de Oliveira Vianna “sobre a seleção das matrizes étnicas”, publicado pelo diário no dia anterior. De acordo com Menotti Del Picchia, a conclusão de Vianna refletia-se no pensamento de Alfredo Ellis Jr. ao apresentar à Câmara dos Deputados do estado um projeto de lei visando a “criação de um aparelhamento técnico-científico” com o objetivo “de estudar e orientar cientificamente, sob o ponto de vista antropológico, antropogeográfico e demográfico as correntes migratórias que demandam o nosso país”.<sup>209</sup>

Acerca desses autores, importante destacar, Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna compartilharam uma visão otimista sobre a mestiçagem no Brasil destacando que, em função dela, o Brasil caminhava em um adiantado processo de branqueamento. Sobre Oliveira Vianna, Thomas Skidmore assinalou que, contraditoriamente, o seu ponto de vista favorável sobre a evolução brasileira rumo a pureza étnica, assentava-se nas teses racistas e em um vocabulário científico que utilizava termos como “ariano”; “inferior e superior”, “raças primitivas” e “medidas cranianas comparativas”.<sup>210</sup>

Quanto à Alfredo Ellis Jr., fora a sua crítica ao pressuposto da superioridade ariana, esse autor dialogou com um repertório teórico muito aproximado ao de Oliveira Vianna. *Raça e Assimilação* (1938) e *Populações Paulistas* (1934), respectivamente, obras de Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna refletem temas afins. Entre eles estão as características “raças” que formaram, pela miscigenação, a população brasileira. No caso de Alfredo Ellis, especificamente, daquelas que chegaram em São Paulo a partir de fins do século XIX.

Outra preocupação comum a esses autores refere-se à importância da “seleção racial” das “matrizes étnicas”, obtida por meio do controle da entrada de imigrantes. Portanto, questão semelhante àquela que, segundo Menotti Del Picchia, teria sido apresentada por Oliveira Vianna nas páginas do *Correio Paulistano*.

---

<sup>208</sup> DEL PICCHIA, Menotti. O problema racial. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 26 ago. 1926.

<sup>209</sup> *Ibidem*.

<sup>210</sup> SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 221.

O debate levantado por Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. e abordado por Menotti Del Picchia em “O problema racial” coincide com um período de acirramento da discussão sobre o problema racial nos Estados Unidos. Conforme assinala Gary Gerstle, entre 1880 e 1924, os Estados Unidos substituíram, aos poucos, uma política de imigração “extraordinariamente liberal”, que permitia acolher “praticamente qualquer um ou qualquer uma, independente de suas origens nacionais”, por uma política de fronteiras que impedia a entrada à maior parte do planeta.<sup>211</sup>

De acordo com Nancy Stepan, a lei norte-americana, de orientação eugênica, gerou considerável debate na América Latina. No Brasil, coincidiu com a circulação, entre os intelectuais e cientistas, de uma eugenia negativa e racista.<sup>212</sup> Essa eugenia defendia um controle rígido da natalidade, prevendo até a esterilização dos indivíduos considerados indesejáveis, o que suscitou em muitos países – entre eles, os Estados Unidos – a restrição à entrada de imigrantes, discussão que, certamente, refletiu nos discursos de Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna.

Em “O problema racial”, Menotti Del Picchia procurou contrapor-se ao ponto de vista desses autores. Para Del Picchia, se se realizasse no Brasil a seleção das matrizes étnicas que povoariam o território nacional com o rigor solicitado por Vianna e Ellis Jr., “o problema da colonização já de per si complicado e difícil tomaria um caráter alarmante para as possibilidades de um mais rápido desenvolvimento econômico e social da nossa terra”.<sup>213</sup> Em sua opinião, era preciso ter em vista, ainda, a “relativa escassez de mão de obra nos mercados que representavam para nós o tipo ideal do colono”, face à necessidade de colonização rápida das imensas reservas de terra existentes no país. Por outro lado, de acordo com Menotti Del Picchia, o Brasil encontrava-se em uma “situação excepcional”, “em face do seu problema etnológico”:<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba. In: DOYLE, H. Don e Marco A. Pamplona (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.414-415.

<sup>212</sup> STEPAN, 2005, p.168.

<sup>213</sup> DEL PICCHIA, 1926.

<sup>214</sup> Ibidem.

Nenhum país do mundo teria realizado o milagre de plasmação étnica mais completa que o Brasil, conseguindo cruzar três raças poligenéticas, diametralmente opostas na sua textura orgânica e na sua organização mental: o luzo, o preto, e o índio.<sup>215</sup>

Ao elencar o último ponto, Menotti Del Picchia se baseava na comparação da realidade brasileira com a norte-americana, discussão nesse período corrente entre os intelectuais brasileiros.<sup>216</sup> Para esse autor, no Brasil a mestiçagem se realizava largamente, facilitada pela ausência de preconceito entre as raças, e o problema racial brasileiro vinha sendo solucionado sem a necessidade de um regime segregacionista como o dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, não teríamos no Brasil o mesmo drama racial norte-americano: a formação de “kistos étnicos” [sic]. O diferencial do brasileiro, na visão desse autor, residia “na faculdade absorvente e vitoriosa do português” e no clima, em sua opinião, importante “fator da unificação em qualquer região do mundo”.<sup>217</sup>

Menotti Del Picchia assinala ainda que, ao contrário do que diziam os opositores do brasileiro rural, ele não seria um tipo organicamente deficiente, como na “ilusão literária criada pelo humorismo destrutivo de Lobato” [sic].<sup>218</sup> Compunha-se, na realidade, de “um tipo tão prodigioso de energia física e de iniciativas, que conseguiu desbravar, fixar-lhes as fronteiras, possuir e defender uma das pátrias geograficamente maiores do mundo”.<sup>219</sup> O que significava que o “poligenitismo” – ou a miscigenação entre raças muito diversas, o branco e o negro, por exemplo – não teria representado “nenhum mal para a nossa raça”.<sup>220</sup>

Apesar dessas considerações, Menotti Del Picchia não desenvolveu em “O problema racial” uma crítica enfática ao discurso racial e eugenista sustentado por Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. Conforme assinala Del Picchia, a “fiscalização eugenizadora”, ou a seleção de imigrantes, proposta por Vianna e Ellis Jr., seria um bem inestimável se tivesse ocorrido já “o

---

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Thomas E. Skidmore assinalou essa discussão como uma compunha uma das maneiras consagradas de explicar o suposto progressivo “branqueamento” da população brasileira. SKIDMORE, 1976.

<sup>217</sup> DEL PICCHIA, 1926.

<sup>218</sup> Ibidem.

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> Ibidem.

enervamento da fibra racial” ou o país estivesse “saturado de população”.<sup>221</sup> A gravidade do problema da mão-de-obra no país, entretanto, exigia um necessário “espírito prático”.<sup>222</sup> Nesse caso, segundo ele, era importante considerar que:

[...] todos os braços são bons, quando são sadios moral e fisicamente, e estão habituados no trato da terra. A unificação do tipo e a sua seleção para a formação das elites, se processará dentro do nosso ambiente, como se tem verificado até aqui, quer pelas condições geológicas do meio quer pelas condições do clima. O que se deverá evitar como necessária providencia política, será o enquistamento de grandes núcleos sinegenéticos em zonas de difícil acesso, onde se ilhariam sem possibilidades de cruzamento, bem como a entrada de elementos defeituosos ou poucos sadios, rebeldes à disciplina social, perigosos portanto, à ordem do agregado.<sup>223</sup>

Como exemplifica o trecho acima, Menotti Del Picchia utilizou o mesmo repertório determinista racial e geográfico e do discurso eugenista para fundamentar a sua argumentação sobre o problema racial no país, o que torna curiosa a sua crítica a Alfredo Ellis Jr. e Oliveira Vianna. Del Picchia assinala as condições geológicas e climáticas como fatores que favoreceriam a “plasmação étnica” e assinala a necessidade de uma intervenção para que não aconteça o “enquistamento” em “zonas de difícil acesso” – as quais dificultariam os cruzamentos étnicos – e a entrada no país de “elementos defeituosos ou poucos sadios, rebeldes à disciplina social”.<sup>224</sup>

Contudo, Menotti Del Picchia deslocou o foco acerca do debate racial do aspecto biológico ou da discussão sobre da desigualdade entre “raças” para tratá-lo como questão política. A fim de sustentar essa virada interpretativa – que é a mesma encontrada no discurso do grupo verde-amarelo – Del Picchia representou o brasileiro do interior, mestiço, como um tipo “prodigioso de energia física e de iniciativas”, apesar das previsões negativas dos estudiosos da mestiçagem.

Tal representação se repetiria nos textos verde-amarelos publicados no *Correio Paulistano*. Cassiano Ricardo, por exemplo, em “O segredo das

---

<sup>221</sup> Ibidem.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> Ibidem.

uiarás”, procurou exaltar a força física e a contribuição histórica do caboclo na conquista do território e na expansão da cafeicultura.<sup>225</sup>

Em *Os Primeiros Troncos Paulistas e Populações Paulistas*, também Alfredo Ellis Jr. – autor do projeto de lei criticado por Menotti Del Picchia – destacou o papel do caboclo na “abertura da lavoura de café” em São Paulo. De acordo com Ellis Jr., “não obstante sua aparência de atrofiados”, decorrente de uma “alimentação sóbria e pouco calcária” e da pobreza em que viviam, o caboclo paulista teria demonstrado – ao desbravar o sertão preparando-o para a cafeicultura – um “coeficiente espantoso de eficiência”, que lembrava o dos seus antepassados bandeirantes<sup>226</sup>:

Solitarios, taciturnos, sobrios, indiferentes aos soffrimentos e ás privações, resistentes ás intemperies, magros e ossudos, quasi que por inteiro feito de fibras e de musculos, acobertado de angulosos arcabouços, eram os machadeiros inegalaveis do homerico desbravamento.

Trabalhavam de sol a sol. Não os mordia a impertinente motuca, nem o insuportavel borrachudo, cujos ferrões vorases nada podiam contra aquella pelle amarela enrigecida como o couro curtido da anta. Não os picava a pençõheta cascavel ou a fatidica urutú. Não os atemorizava o miado lugubre da suassarana faminta, nem os impressionava o olhar raivoso dos bandos de quaixadas desencadeados.

Eram insesiveis ás maleitas, que dominavam com a fé nos benzimentos e com o ardor nas rezas e nas devoções em mistura com a caninha que tragavam sempre. Nada lhes era obstáculo. Todos os impecilhos se amesquinham ante a sua visão fria e a sua vontade invencivel. Assim avançavam infatigáveis [sic].<sup>227</sup>

Partindo dessa representação positiva compartilhada por Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo com relação ao caboclo, o objetivo nas próximas seções deste capítulo será evidenciar o contraste entre as análises desses autores acerca da mestiçagem.

<sup>225</sup> RICARDO, Cassiano. O “segredo das uiaras”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 3, 14 set. 1927.

<sup>226</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.184.

<sup>227</sup> Idem. *Populações Paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 66-67.

### 3.3. ALFREDO ELLIS JR.: “*THE RIGHT MAN IN THE RIGHT PLACE*”

Com a frase “*the right man in the right place*”, Ellis Jr. resume, em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, a sua explicação para a inquestionável e intrigante supremacia do paulista sobre os brasileiros.<sup>228</sup> Nessa evidência talvez esteja situado o principal ponto de discordância entre Ellis Jr. e os modelos deterministas raciais e geográficos disseminados no Brasil a partir das últimas três décadas do século XIX.

De acordo com esse autor, em São Paulo, contrariando as previsões negativas dos discursos sobre a mestiçagem, teria se formado uma “sub-raça eugênica”, resultante do cruzamento entre o europeu, com predominância do tipo ibérico, e o indígena. Na visão de Ellis Jr., dois importantes eventos da história paulista – as bandeiras entre os séculos XVI e XVIII e a implantação da cafeicultura no século XIX – eram a prova irrefutável das incríveis somas de energia e da resistência física e capacidade de iniciativa do paulista.

Por outro lado, a mestiçagem “eugênica” ocorrida em São Paulo foi também considerada por Alfredo Ellis Jr. como uma exceção confirmadora da regra. Afinal de contas, não era senão um fruto da conjunção entre “eugenia racial” e mesologia favorável? Assim, embora seja ambígua essa afirmação, a história de São Paulo não só sinalizaria o caráter falho e as generalizações expressas nos prognósticos do século XIX acerca da mestiçagem, como constituía, igualmente, um exemplo inequívoco da aplicação desses modelos.

Ellis Jr. preocupou-se em explicitar, em *Populações Paulistas*, a sua utilização da teoria evolucionista, destacando as diferentes forças responsáveis pelas transformações do homem ao longo da história. Destacou a importância das diversas seleções relacionadas a forças geográficas, econômicas e ao “arbítrio humano” – esse último compreenderia um “conjunto hereditário” (congênito) e um “conjunto educacional” (adquirido), onde se conjugavam “ambiente social” e “fator individual” – e procurou dividi-las em dois tipos:

---

<sup>228</sup> Segundo Alfredo Ellis Jr., “a raça, o meio físico e o meio social são os criadores da nossa grandeza. Esses fatores do passado secular, agindo sobre a raça, no seu físico, no seu moral e na sua psicológica; esses fatores moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que seríamos um grupamento humano superiormente dotado, capaz de atingir o grau de prosperidade em que nos encontramos” [sic]. Idem, 1936, p. 350.

biológicas (consangüínea, nevropática, intelectual, fisiológica, etc) e sociais (migratórias, religiosas, guerreiras, intelectuais, morais, místicas, etc).<sup>229</sup> Segundo o autor, essas seleções poderiam atuar tanto no sentido da “civilização” quanto da “decadência” dos grupos humanos, promovendo modificações políticas, sociais, raciais e econômicas. Baseando-se nesse esquema genérico, mas que caracterizava a pretensão “científica” da sua análise, em *Populações Paulistas* e em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, Ellis Jr. se ocupou detidamente em estudar a ocorrência de cada uma dessas seleções ao longo da história de São Paulo.

Esse autor analisou, por exemplo, as seleções consangüíneas e destacou a importância delas para a manutenção dos caracteres eugênicos da sub-raça paulista. No entanto, considerou “perniciosa” a seleção religiosa ocorrida entre os primeiros povoadores paulistas. Para Ellis Jr., o estado geral de incultura que teria predominado no planalto paulista foi, em grande parte, agravado pela influência negativa do catolicismo, que ao recrutar para seus quadros os paulistas de “menor atraso mental”, impediu a transmissão dessa característica às gerações seguintes.<sup>230</sup>

Embora no texto de Ellis Jr. seja possível identificar a influência recebida do darwinismo social, da escola neolamarckiana e da antropogeografia, situar o autor com relação a essas teorias não é tarefa simples. Ellis Jr. faz referências exaustivas aos autores ligados a essas correntes e muitos deles são citados em ocasiões diversas, ora com o objetivo de endossar algumas afirmações suas, ora de marcar em passagens específicas sua discordância frente a algumas das idéias defendidas por eles.

Desse modo, Ellis Jr. refuta, por exemplo, o arianismo presente em Gustave Le Bon mas utiliza a sua tese sobre as características inatas das raças e da imutabilidade dos caracteres psicológicos. Por outro lado, prevê, a interferência de fatores externos na transformação desses caracteres, desenvolvendo, assim, uma teoria da mestiçagem que combinava pressupostos racistas – no pressuposto do fixismo dos caracteres raciais – e darwinista. Esse último pressuposto é expresso, claramente, no argumento do autor em favor da lei da concorrência vital com o predomínio do mais apto.

---

<sup>229</sup> Idem, 1934, p.15.

<sup>230</sup> Idem, 1936, p.198.

O diálogo ambíguo com essas correntes não compõe, entretanto, uma particularidade do texto de Ellis Jr. Como destacou Lilia Moritz Schwarcz, os intelectuais da época se mostraram muitas das vezes divididos “entre a adoção dos modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações”. Precisavam conviver com o dilema de pensar uma “modernidade nacional” considerada inviável pelas mesmas teorias que empregavam.<sup>231</sup> A eclética base teórica da qual Ellis Jr. procurou se cercar e sua afirmação recorrente de que era necessário relativizar muitos dos princípios expressos pelos autores que ele mesmo empregava demonstra, certamente, a presença desse desconforto intelectual assinalado pela autora.

Por outro lado, nota-se a preocupação de Ellis Jr. em diferenciar as idéias de raça, entidade sociológica, ou povo, e nacionalidade – segundo esse autor com o objetivo de evitar confusões comuns decorrentes do emprego intensivo e quase sempre descuidado desses termos.<sup>232</sup> Em sua opinião, enquanto raça correspondia ao “conjunto mais ou menos numeroso de indivíduos de idêntica conformação anatômica, ligados por um parentesco de ordem natural”, uma entidade sociológica definia-se, sobretudo, por “um grupo mais ou menos numeroso de indivíduos, embora de muitas raças diferentes, associados em comunhão de vida, e ligados por laços de natureza artificial, como a língua, a religião, os costumes, a mentalidade, a economia etc”.<sup>233</sup> Por fim, a nacionalidade tinha as mesmas características da entidade sociológica, mas aparecia associada a um laço político ou ao Estado.<sup>234</sup>

Como mostrou Regina Celia Lima Xavier, entre fins do século XIX e início do XX, os intelectuais ligados aos discursos racialistas encontraram, muitas vezes, dificuldade em chegar a um consenso sobre a definição de raça. Segundo essa autora, embora fosse possível definir, em linhas em gerais, o debate francês sustentado pela Sociedade de Etnografia Oriental e Americana e pela Sociedade de Antropologia de Paris, ambas fundadas em 1859, a

---

<sup>231</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 240.

<sup>232</sup> ELLIS JÚNIOR, 1934, p. 22.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 22-23.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 23.



fronteira entre essas duas escolas teria permanecido, ainda assim, cercada de ambigüidades.<sup>235</sup>

*Grosso modo*, enquanto os etnógrafos condenavam a hierarquia entre as raças e faziam oposição à craniologia como base para a análise das diferenças entre as sociedades, os antropólogos defendiam a preponderância das características raciais no desenvolvimento social. Apesar dessas características gerais, segundo a autora, era comum encontrar um etnógrafo – era esse o caso de Rosny – destacando a influência das características físicas como maneira de compreender e realizar a civilização, ou mesmo, antropólogos que, assim como Broca, chamavam a atenção para a importância da educação como forma de aprimorar a capacidade cerebral. Entre os intelectuais brasileiros, segundo a autora, fortemente influenciados pelo debate francês, a realidade não seria diferente, tendo sido comum a evocação de aspectos, tanto físicos quanto culturais, na construção da idéia de raça.

Alfredo Ellis Jr. dialogou amplamente com a corrente antropológica francesa. Sobre isso não deixa dúvidas a explicação detida de Ellis Jr. acerca da antropometria utilizada por essa escola para a identificação das raças humanas. E apesar de, como aqueles antropólogos, ter empregado um conceito de raça um tanto ortodoxo, Ellis Jr. defendeu uma mescla entre o conjunto hereditário e o meio no desenvolvimento humano.

A recepção da escola neolamarckista pode ser claramente identificada nas considerações feitas por Ellis Jr. acerca da influência mesológica no planalto. Segundo o autor, ela atuaria de duas formas distintas: direta e indiretamente. Com relação à primeira, de tipo direto, segundo o autor, o tipo racial que migrasse para um ambiente diverso ao de sua origem seria “progressivamente, modificado e adaptado nas sucessivas gerações pela transmissibilidade dos caracteres adquiridos pelo uso ou não uso”.<sup>236</sup> Com relação à segunda, de tipo indireto, Ellis Jr. considerou que das novas condições do meio resultava, necessariamente, uma intensa mortalidade dos

---

<sup>235</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencntro/pdfs/comunicacoes/ReginaXavier.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2010.

<sup>236</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 318.

indivíduos mais fracos e a perpetuação somente daqueles com maior capacidade de aclimatação.<sup>237</sup>

Convém ressaltar que entre os adeptos do lamarckismo com forte influência francesa (que dava importância à interferência do meio), foi comum destacar a maior flexibilidade dessa teoria em comparação com o darwinismo (enfocando estritamente as seleções) e o mendelismo predominante na escola inglesa (o qual dava aos caracteres hereditários a responsabilidade pelas diferenças humanas). Em Ellis Jr. encontramos a recepção de ambas as escolas.

Esse esforço de relativização, entretanto, não engloba a crítica a ideologia defendida, muitas vezes, por essas teorias. Muito embora Ellis Jr. tenha certamente atentado para esse viés, ele soube bem desautorizá-lo e negá-lo quando pertinente.

Para compreendermos como Ellis Jr., mesmo pautado nos discursos deterministas geográficos, racialistas e na ciência eugênica conseguiu apresentar uma versão positiva da mestiçagem, ainda que limitada a São Paulo, é preciso ter em vista o modo instrumental com que Ellis utiliza essas teorias. Para a defesa de uma mestiçagem benéfica, não poupou esforços teóricos, fazendo inclusive referência a estudos pautados muitas vezes em perspectivas radicalmente opostas. A partir desses estudos construiu uma análise minuciosa acerca dos fatores que levaram a produção de verdadeiro “milagre” em terras tropicais, que foi a sub-raça eugênica do planalto.

### **3.4 A MESTIÇAGEM NA VILA PAULISTA**

De acordo com Ellis Jr., na vila paulista, diferentemente de outras regiões brasileiras, a mestiçagem entre o europeu e o indígena formou uma sub-raça eugênica. Não estamos, entretanto, diante de perspectiva positiva sobre a miscigenação do europeu com o indígena. Por trás da “eugenia” do paulista defendida por Alfredo Ellis Jr., aparentemente provinda da

---

<sup>237</sup> Ibidem, p. 316-317.

miscigenação ocorrida no planalto está, na visão desse autor, um suposto adiantado processo de branqueamento, ou europeização, da população paulista.

Alfredo Ellis Jr. explica o branqueamento da população de São Paulo pelo incremento contínuo de europeus no planalto, que desde o início da história paulista teriam chegado em levas contínuas e suplantado, ao longo dos anos, o número elevado de indígenas que contribuíram para a formação étnica do planalto.<sup>238</sup>

Para esse autor, a bastardia desempenhou um papel fundamental nesse processo. Bastante recorrente no planalto, ela se encarregou de disseminar, entre os índios e mestiços, doses necessárias de sangue ibérico. Para explicar a poligamia praticada no planalto, Alfredo Ellis Jr. recordou, por exemplo, a influência mulçumana recebida pelo ibérico como elemento explicativo da facilidade com que o português praticava a poligamia.<sup>239</sup> Acerca desse ponto, o texto de *Os Primeiros Troncos Paulistas* apresenta, no entanto, contradições, já que Ellis Jr. assinala também a “moralidade” do paulista como importante refreador dos seus instintos.<sup>240</sup>

É, sobretudo, na comparação feita por Ellis Jr., com a formação populacional norte-americana que reside a base de sua explicação acerca da intensa miscigenação ocorrida no planalto. Para Ellis Jr., a miscigenação apresenta-se como conseqüência natural da psicologia portuguesa. O português – diferente do anglo-saxão, imbuído de forte orgulho racial e fanatismo religioso – apresentava-se “modesto e liberal”.<sup>241</sup> Por isso, enquanto nos Estados Unidos ocorria a segregação e o extermínio dos “exóticos” – o indígena e o negro –, no Brasil foi possível uma intensa mistura racial. Sendo assim, enquanto aqui eram desfeitos todos os nódulos raciais, nos Estados Unidos eles permaneciam intactos.

Em São Paulo, a progressiva europeização do paulista coincidiu com a formação da hierarquia social. O maior nível de europeização, na visão de Ellis Jr., era encontrado no topo das camadas sociais paulistas e foi favorecido pela

---

<sup>238</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 24-25.

<sup>239</sup> Ibidem, 42-43.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 157.

<sup>241</sup> Idem, 1934, p. 60-61.

“leve consangüinidade” e pela bastardia. Segundo Ellis Jr., ambas teriam atuado em favor da manutenção, na elite paulista, dos caracteres europeus herdados dos primeiros povoadores.

Por sua vez, o caboclo, na hierarquia social do planalto paulista, estava em um nível acima dos grupos “exóticos”, ainda não “trabalhados” pela miscigenação com o europeu. Segundo Ellis Jr., o caboclo paulista resultava de um longo processo de “apuração”, “no continuado cruzamento com o ibérico”<sup>242</sup> e, apesar de “ainda bem tisonado de muito sangue americano”, mostrava já suas qualidades ao participar do desbravamento do sertão para a implantação da cafeicultura.<sup>243</sup>

Ellis Jr., embora tenha feito restrições às teorias de Lapouge, no que se refere à superioridade dos nórdicos, deixou-se influenciar pelas previsões negativas presentes nos textos daquele autor acerca de cruzamentos étnicos entre raças muito diversas. Eram esses os casos da mestiçagem entre o índio e o negro e entre o branco e o negro. Dessa forma, considerou que quanto maior a distância existente entre as raças paternas, mais o mestiço sofreria conseqüências como o heteroformismo e a desarmonia individual, tanto em suas características físicas e fisiológicas, como também como em um moral incongruente, incoerente, incompreensível, tortuoso”.<sup>244</sup> Em sucessivas gerações, a conseqüência desses cruzamentos seria a progressiva esterilidade, levando à extinção dos seus descendentes.<sup>245</sup>

Por outro lado, esse autor recorreu à Broca para defender a existência de diferentes tipos de mestiçagem, nem todas prejudiciais. Tal pressuposto permitiu a ele ressaltar que, enquanto no restante do país predominavam os cruzamentos dos tipos *homogenesico-paragenesico* (no caso do Nordeste, com evidente volta ao índio e eliminação dos caracteres brancos e negros) e *homogenesico digenesico* (nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde a população estaria em franco processo de esterilização), em São Paulo, segundo ele, era evidente a freqüência do tipo

---

<sup>242</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>243</sup> Idem, 1936, p.183-184

<sup>244</sup> Ibidem, p.71.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 72-73.

*homogenesico-eugenésico*.<sup>246</sup> Diferentes dos demais, esse último tipo de cruzamento tinha um resultado benéfico.

Dialogando com Lapouge e Broca, Alfredo Ellis Jr. tratou a miscigenação com dois pesos diferentes, um para o indígena e outro para o negro, procurando excluir esse último da história paulista nos seus primeiros séculos. Os primeiros paulistas, segundo Ellis Jr., em razão da situação de pobreza em que viviam, não tiveram como adquirir escravos negros. Desse modo, a presença do negro, em São Paulo, só teria sido significativa a partir do século XIX. Mesmo assim, depois do fim da escravidão, o negro havia entrado em acelerado processo de desaparecimento do planalto em função da mestiçagem, mas, sobretudo, em decorrência da sua inferioridade sociológica, fisiológica e psicológica.<sup>247</sup>

Para Ellis Jr., a mestiçagem não era a principal causa do desaparecimento dos negros – como era com relação aos indígenas – pois o paulista, “apesar de liberal e plástico,” nutria “um velho espírito de afastamento contra o negro”.<sup>248</sup> O mesmo ocorria com o caboclo com relação ao negro, segundo o autor, “porque suas mentalidades eram muito heterogêneas, para se confundirem em mescla completa”. Enquanto “o negro era servil, resignado e humilde”, o caboclo era “como seu antepassado ameríndio, indômito, intratável, sobranceiro, insubordinável”.<sup>249</sup>

Descartado o papel relevante da miscigenação, a principal explicação de Alfredo Ellis Jr. para o desaparecimento do negro em São Paulo baseava-se no pressuposto da sua própria inferioridade. Para Ellis Jr., o negro mostrava-se incapaz de resistir “ao alcoolismo e outros vícios e hábitos ruinosos” e, principalmente, era impossível a ele ser bem sucedido na sociedade capitalista. Recorrendo assim, ao argumento darwinista social, Ellis Jr. assinalou que os negros seriam inevitavelmente “esmagados pelo branco na concorrência social”<sup>250</sup>.

---

<sup>246</sup> Ibidem, p. 73-74.

<sup>247</sup> Idem, 1934, p.107-108.

<sup>248</sup> Alfredo Ellis Jr. nota que esse afastamento do paulista com relação ao negro não se aproximava, no entanto, da aversão ao negro do norte-americano. Ibidem, p. 97.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 96-97.

<sup>250</sup> Ibidem.

É a inferioridade sociológica que reduz o negro a miséria, acarretando-lhes a falta de higiene, a deficiência alimentar do que advém a pobreza orgânica e daí a grande mortalidade. É de fato raríssimo ver um negro ou um mulato em profissões liberais, em altas camadas sociais. Preferem as sinecuras dos empregos públicos, ou as remunerações mais magras, porém, mais seguras e garantidas. Nas indústrias, no comércio, ou na agricultura, só penetram pelos canais subalternos, exercendo sempre posições inferiores. Nunca lutam com o ânimo próprio dos que tudo arriscam no labutar aventuroso da concorrência da vida. Preferem ser soldados mercenários, carteiros, condutores de ou motoneiros de veículos, carroceiros, cocheiros, chauffeurs, apegados a ordenados fixos e certos, sem as perspectivas da independência que a fortuna lhes poderia dar se se fizessem alfaiates, sapateiros, marceneiros, pequenos proprietários agrícolas, sitiantes, chacareiros etc. Isso se não só vê nas cidades como no meio rural. Ai não se encontra o negro como colono. Ele é volante, carroceiro, carreiro, etc. Não se aventuram fora do estreitíssimo âmbito de subalternos e de empregados cumpridores de ordens. Modestos, e principalmente conformados, estão convencidos da própria inferioridade. Não chegam, mesmo a lutar, como seus congêneres norte-americanos. Perecem corroídos pelo álcool e pelos vícios, que se sucederam a uma libertação repentina, sem o prévio preparo de uma condição intermediária [sic].<sup>251</sup>

O trecho é longo e cheio de elementos para análise. Dele é importante destacar um resumo de idéias bastante repisadas entre fins do século XIX e início do XX, onde a imagem central é a do negro como inadaptável ao modelo liberal, idéia muito presente no texto de Ellis Jr. A justificativa final do autor, reportando-se a ausência de “prévio preparo” que amenizasse os impactos da Abolição repentina, aparece deslocada com relação à discussão anterior. Fica claro que Ellis Jr. está convencido que a miséria do negro é causada por sua inferioridade comparado ao branco. O autor chega a extremar-se, colocando o negro brasileiro em posição inferior ao negro norte-americano. Fica evidente que, para Ellis Jr., a questão do negro não se tratava apenas de uma questão social e que apesar da virada na discussão racial, ocorrida a partir da década de 1920, esse discurso ainda tinha poucos reflexos em seu pensamento. Para o autor, era certo o futuro do negro em São Paulo, diferentemente de outras regiões brasileiras:

---

<sup>251</sup> Ibidem, p.108-109.

Com o correr dos tempos e sem novas perturbações de imigrações exóticas, os tipos vão diminuindo em numero. Só os mais aptos ficarão. Assim, o negro e o mulato vão desaparecendo do planalto paulista. Mais 50 anos e não os teremos, como não temos já o índio. Outras regiões, dotadas de outros ambientes físicos e de outro meio social, poderão poupa-los como o Nordeste poupou o índio, que é indissimulavelmente o tipo dominante dessa região, sem embargo de ele ali aparecer civilizado e falando o português.<sup>252</sup>

Para Alfredo Ellis Jr., ao restante do Brasil seria impossível escapar das previsões negativas dos modelos deterministas. É justamente nessa diferenciação, bastante marcada nos seus textos, entre as “gentes paulistas” e os “brasileiros” que podemos identificar a sua adesão aos determinismos raciais do século XIX. Embora estranha à primeira vista, a diferenciação entre paulistas e brasileiros é recorrente no texto de Ellis Jr., caracterizando a profunda distinção que esse autor faz entre São Paulo e o restante do país. Para o restante do país, Ellis Jr. reproduziu as mesmas previsões funestas acerca da mestiçagem no Brasil, que foram difundidas pelos autores estrangeiros a partir do século XIX. Desse modo, incorreu no mesmo erro tantas vezes denunciado pelos intelectuais brasileiros, e por ele mesmo, de que aqueles estudiosos baseavam suas assertivas mais em princípios ideológicos do que em dados empíricos.

### **3.5 CASSIANO RICARDO: A MESTIÇAGEM E A FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Embora Cassiano Ricardo tenha construído, em *Marcha para Oeste*, uma análise sofisticada acerca da mestiçagem no Brasil e das relações estabelecidas entre os diferentes grupos étnicos (discussão também recorrente em seus textos verde-amarelos), esse é um tema pouco explorado sobre sua obra. O fato de *Marcha para Oeste* ter sido publicada depois de *Casa Grande e Senzala*, é talvez uma pista importante para explicar o ofuscamento dessa discussão em Cassiano Ricardo.

---

<sup>252</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 73.

A influência do meio social foi o caminho escolhido pelo autor para contrapor-se às perspectivas negativas ditadas pelas teorias raciais. Cassiano Ricardo assinala que não era o caso de “insistir em coisas já assentadas, em definitivo, por quantos já estudaram a questão [...] porque o mito da superioridade racial erigido em razão de Estado, em ideologia ou verdade científica é hoje [...] um mito caduco”.<sup>253</sup> Diferente de Ellis Jr., esse autor não fez uma discussão sistemática sobre o debate racial e, quando aborda esse tema, o faz em grande parte por citação indireta retirada de autores brasileiros.<sup>254</sup>

Cassiano Ricardo cita autores como Roquete-Pinto e Castro Barreto, que teriam apresentado exemplos de uma realidade inversa àquelas diagnosticadas pelas teorias acerca da mestiçagem, entre os quais, a propalada resistência do caboclo nordestino. Segundo o autor, esse mestiço, proveniente da mistura entre as três raças, eram os únicos capazes de trabalhar “noite e dia a 2.000 metros de profundidade nos trabalhos de mineração do Morro Velho”. Outro exemplo semelhante teria se dado no contexto da construção da Madeira-Mamoré, quando trabalhando no “mesmo nível alimentar e social” que os estrangeiros das mais diversas nacionalidades, teria produzido mais que todos eles.<sup>255</sup>

Desmentindo a afirmação de que os cruzamentos homogêneos produzissem indivíduos mais eugênicos, Cassiano Ricardo menciona um estudo do Departamento de Estatística de São Paulo que mostrava que a quantidade de analfabetos nesses tipos é invariavelmente maior.<sup>256</sup> Outro dado curioso, segundo Cassiano Ricardo, teria sido fornecido por um estudo sobre os acidentes de trabalho, no qual ficava demonstrado que o número de acidentes era maior nos núcleos operários compostos por imigrantes estrangeiros do que nos locais onde prevalecia a mão de obra mestiça. Com isso, o estudo argumentava sobre a “maior agilidade de compreensão e de responsabilidade mental” dos mestiços.<sup>257</sup>

---

<sup>253</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política brasileira. 3ª edição. v. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 72.

<sup>254</sup> Ver o capítulo “O grupo em movimento e a miscigenação”. *Ibidem*, p. 55-80.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>257</sup> *Ibidem*.



O autor recorda ainda o desmentido de Roquette Pinto àqueles que acreditavam no prejuízo dos cruzamentos para a “vitalidade das raças”. Segundo Cassiano Ricardo, o estudo daquele autor enfatizava que o Ceará não tendo recebido migração européia é a região das famílias mais numerosas, embora “seja uma das mais castigadas pelas secas, que às vezes matam alguns milhares de pessoas”.<sup>258</sup> Por outro lado, “é a província dos homens mais “excepcionalmente dotados, como resistência física e firmeza moral”.<sup>259</sup>

Ricardo questiona, por outro lado, a autores que, a exemplo de Nina Rodrigues, insistiram em associar a “passionalidade” dos mestiços à herança genética. Para o autor, baseando-se em seus equívocos, muitos conflitos desencadeados ao longo da história brasileira teriam sido erroneamente explicados “por certos historiadores superficiais como proezas de desordeiros”,<sup>260</sup> quando na realidade seriam decorrentes do “desajustamento social e econômico”. Cita exemplos:

A revolta do Maneta (1711) e a dos Alfaiates (1798) encontram razão de ser na repulsa dos nativos ao jugo dos monopólios e extorsões fiscais praticados pelo governo de ultramar. Também as causas da guerra dos “mascates” se encontram nos antagonismos criados por injustiças econômicas. Já a cabanada e a balaiada são protestos vivos da pobreza, com “chefes de pés no chão” e nos quais tomam parte negros, cafuzos, índios, mestiços de todos os naipes, contra aqueles que eles supunham os causadores da miséria. Massa humana que vinha da terra bárbara como tempestade movida por uma ideologia rudimentar e não apenas pela idéia de depredação e vingança. O Côco de Muaná, o mulato Fidélis, o cafuz Manoel dos Anjos, o Pirocana, o Pepira, o preto José Euvires eram interjeições telúricas e humanas, nascidas por assim dizer, de uma democracia natural em crise de crescimento. O negro Cosme intitula-se “tutor e defensor de todo o Brasil”. Gente que queria alguma coisa de muito sério. A sabinada, posto de lado seu caráter infecção ideológica, com que a contaminou o liberalismo francês, é outro grito no sentido de “reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos, sem distinção de cores, somente de capacidade”. [Luis Viana Filho] Posta essa coisa de muito sério na boca de quem a soubesse exprimir seria direito à vida; na boca de um político seria reivindicação social. Talqualmente o poviléu que faz a cabanada e a sabinada é o que fez Canudos – gente composta de todas as raças, bando heteróclito e

---

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> Ibidem, p. 75.

multicolor em que o cabelo louro se misturava com carapinha de negro retinto. Cabanada e balaiada são reações de fundo social contra senhores de escravos, contra usurpadores reinóis, contra “os grandes proprietários que formam o grosso dos partidos políticos”. Num clima social dessa natureza confunde-se mestiçagem com desordem. Sem o mínimo de assistência ou de instrução, essa mestiçagem pululante não há de fazer discursos bonitos. Floresce nesse caldo, tudo quanto é instinto inferior. Os males da deficiência alimentar são confundidos com os sintomas de inferioridade racial pela mestiçagem [sic].<sup>261</sup>

Cassiano Ricardo lembra também que Sílvio Romero entendia o mestiço como a condição de vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima.<sup>262</sup> Por outro lado, assinala o elogio ao mestiço feito por Quatrefages e as afirmações de Franz Boas sobre o acréscimo da fecundidade das mulheres mestiças dos Estados Unidos.<sup>263</sup> Cita outros exemplos:

Jacques Soustelle, attaché do Museu de Etnografia, cita justamente o caso da América latina, onde “des natios entières tirent leur personnel politique, artistique et scientifique des masses métisses”. Marcel Griaule, diretor do Laboratório de Etnografia da Escola de Altos Estudos, acrescentou mesmo que “a mestiçagem é o mais poderoso fator do progresso humano”. Jean Millot, professor da Sorbonne, não foi de outro parecer: a hibridação dos tipos étnicos; constitui um verdadeiro estimulante físico e intelectual”.<sup>264</sup>

Segundo o autor, o fortalecimento promovido pela mestiçagem não era, entretanto, somente uma verdade científica. Cassiano Ricardo lembra que os caciques eram polígamos, tendo o hábito de adotar as mulheres de outros caciques mortos nos combates com a intenção de melhorar a sua descendência pela mistura das raças. Tal costume, na visão do autor, é uma prova que os benefícios da mestiçagem eram “uma verdade biológica intuitiva, que os índios percebiam e praticavam”.<sup>265</sup>

---

<sup>261</sup> RICARDO, 1959, p. 75-76.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>264</sup> Ibidem.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 72.

Descartado o suposto efeito negativo da mestiçagem, de acordo com Cassiano Ricardo, essa teria sido no *hinterland* um produto típico da bandeira.<sup>266</sup> Em sua opinião, a mestiçagem era, inclusive, mais evidente e disseminada no contexto paulista e da bandeira do que em qualquer outro núcleo de povoamento da América portuguesa. O que se dava em função da indiferenciação social característica do planalto, onde, diferente do Nordeste, não prevaleceu o distanciamento acentuado entre senhor e escravo.

Segundo esse autor, fato de não ter se desenvolvido, no Planalto paulista, o mesmo preconceito de nobiliarquia presente na sociedade açucareira, permitiu ao bandeirante ser agente direto da miscigenação. Exemplo disso eram os casos em que os bandeirantes utilizaram a miscigenação como “mediação tática”, promovendo casamentos entre membros de sua tropa com *cunhãs* e o costume bandeirante de casar negros com índios – casado com o negro, o indígena tornava-se, como ele escravo –, com o objetivo de driblar as ordens régias que proibiam a escravização do indígena. Tal prática, conforme explica Cassiano Ricardo, teria sido tão recorrente que motivou um decreto prevendo punições aos índios que a elas se submetessem.<sup>267</sup>

Na visão deste autor, as bandeiras paulistas eram causa e produto da miscigenação, pois somente a influência do indígena poderia fornecer explicação plausível à mobilidade bandeirante. O autor menciona o espanto de Fernão Cardim ao notar a agilidade do indígena nas caminhadas a pé: “os índios caminham muito por terra, levando o padre sempre a galope, passando por muitos rios e atoleiros e tão depressa que os cavalos não o podiam alcançar”.<sup>268</sup> Diferente do indígena, aponta o autor, o ibérico estava acostumado às aventuras marítimas e era o caminho terrestre e não o fluvial, apesar de utilizado, o genuinamente bandeirante. Dessa forma, a presença do indígena na bandeira teria sido fundamental para moldar o ibérico e torná-lo capaz de enfrentar os caminhos por terra.

Acerca da presença do negro na vila paulista e na bandeira, Cassiano Ricardo questiona o argumento de Alfredo Ellis Jr., que afirmava ter sido

---

<sup>266</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>267</sup> Idem, 1970, p. 336.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 27.

insignificante nos séculos XVI e XVII.<sup>269</sup> Ricardo nota que nos inventários bandeirantes referentes a esse período, já poderiam ser encontradas inúmeras indicações sobre a compra de “peças” negras, entre elas as adquiridas por Afonso Sardinha, primeiro descobridor do ouro no Brasil,<sup>270</sup> o que era uma prova incontestável da participação do negro ainda nas primeiras bandeiras.

De todo modo, assinala o autor, ainda que o negro tenha permanecido em menor número nas primeiras expedições bandeirantes, com a descoberta das minas, sua presença teria se tornado numerosa – inclusive superando a do indígena – a ponto de causar preocupação aos governos do Planalto paulista. Cassiano Ricardo cita que, em 1722, foi publicado um “bando” determinando que ninguém trouxesse negro em sua companhia com a espada debaixo do braço ou na mão.<sup>271</sup> Já em 1930, a Câmara paulista, com o interesse de enviar “donativo real da Capitania a S. M.”, resolveu em sessão “que todos os negros entrados na vila fôssem sobrecarregados com a taxa de 1\$000 por cabeça” [sic].<sup>272</sup>

A bandeira, desse modo, contando com a participação do índio e do negro, tinha na diversidade étnica a base para o seu funcionamento. Cada um dos grupos participantes da bandeira dava a sua contribuição, segundo as suas características psicológicas: “o índio entra com mobilidade social, o negro com a abundância de sentimento e de calor humano, o branco com o seu espírito de aventura e de comando”.<sup>273</sup> Ao obedecer ao *ethos* de cada grupo étnico, o autor assinala que a organização do grupo bandeirante não se realizava por meio de “uma imposição social da côr senão de uma contribuição cultural de cada etnia determinando a hierarquia funcional das côres” [sic].<sup>274</sup> Por isso, a escravidão na bandeira foi menos violenta do que em outros grupos sociais. Para o índio, por exemplo, propenso à mobilidade, teria sido melhor bandeirar do que se sedentarizar, como ocorria nos aldeamentos jesuítas e nas lavouras do Nordeste.<sup>275</sup>

---

<sup>269</sup> RICARDO, 1970, p. 297-299.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 286-287.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>273</sup> Ibidem, p. 324.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 327.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 327-328, *passim*.

Conforme explica, nas bandeiras “a distribuição de papéis e estabelecimento de *status*” se dava “de acôrdo com a divisão de trabalho, no comando, na avançada e na aquisição e administração da reserva de alimentos” [sic].<sup>276</sup> Dessa forma, cada elemento étnico teve o seu papel e o seu momento funcional. Na caminhada, prevalecia o indígena, que ia indicando e descobrindo novos caminhos, auxiliando no entendimento com as tribos indígenas e ensinando ao europeu as técnicas de sobrevivência no sertão. Nos pousos, destinados ao descanso e abastecimento da tropa, entrava em cena o negro – segundo o autor, por ser o negro naturalmente propenso à atividade agrária e à cooperação em grupo. O outro momento funcional do negro era o da mineração, a atividade para qual mostrava mais habilidade e adaptação.<sup>277</sup> Por fim, a função do branco era manter a coesão desse grupamento humano variado, sujeitando os interesses e propensões ditadas pela psicologia e cultura diversas – o nomadismo do índio, o sedentarismo do negro, a desobediência do mameluco, a resignação do mulato e a cooperação silenciosa e anônima do cafuzo – a um objetivo em comum.<sup>278</sup>

Todo o “material humano” caberia na bandeira:

Aí estarão os cafuzos, os caneludos, os pés largos, os mulatos, os mestiços de qualquer procedência. Em meio dos elementos raciais díspares e inamalgáveis, rebeldes a tudo quanto é poder disciplinador e organizador a bandeira é a geometria viva que tudo enquadra e retifica. Dentro dela tomam sentido útil as aparas e arestas humanas que miscigenação jogou fora, que a metrópole abandonou sem lei, que os conflitos do meio tropical dispersaram, que a terra jogou à margem como detritos do latifúndio.<sup>279</sup>

Tal “hierarquização de côres” [sic] presente na bandeira, não promovia uma subjugação violenta de tipos raciais “inferiores” pelo “superior”, apenas a reunião de estágios de desenvolvimento social e cultural. O autor enfatiza que o bandeirante (chefe) representava a cidade, o índio, o sertão e o negro, a vida

---

<sup>276</sup> Ibidem, p. 324.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 302-303; 324.

<sup>278</sup> Ibidem, p. 323-324.

<sup>279</sup> Idem, 1959, p. 79.

rural,<sup>280</sup> e que esses componentes da bandeira buscavam um objetivo comum, a “disputa de uma melhor posição na sociedade”.<sup>281</sup>

Segundo Cassiano Ricardo, a hierarquia bandeirante não era rígida, existindo “a mobilidade com que uma classe passava pra outra, com que uma raça se fundia com a outra e com que um indivíduo [...] se deslocava do pôsto mais obscuro ao mais alto” [sic].<sup>282</sup> A prova disso foi a existência de bandeiras em que os negros e os índios foram investidos em funções de comando: era o caso “do negro Mandaçu” e do “Sebastião da nação benguela” que foram comandantes de dois ataques de bandeira aos paiaguás.<sup>283</sup> Por outro lado, nas minas, continuidade da bandeira, o negro se sentia mais “liberto” do que nos engenhos:

O ouro promovia uma tal subversão em assunto de preconceitos que não cabia mais falar em graus de mulatismo; e dava também ao mulato a sua oportunidade.

Fêz mais, o ouro; chegou a produzir [...] um Chico Rei como o diamante uma Chica da Silva [...].

Não só deu armas (o ouro) aos negros para uma sociedade cooperativa destinada à alforria de muitos dêles pelo próprio esforço como chegou a inventar milionárias negras, como uma que se fazia acompanhar, à missa, de onze mulatas bem trajadas. [...]

El-rei, em vão determina que não se deixe escrava usar sêda, pele e ouro, nem outros adornos custosos; mas qual a democracia do ouro que era aquela beleza descrita por Antonil: “Enxameiam-se os cordões, arcadas e outros brincos dos quais se vêm carregadas as mulatas de mau viver, e as negras muito mais que as senhoras” [sic].<sup>284</sup>

Assim, nas bandeiras paulistas, e por ação delas, teria se formado no *hinterland* brasileiro uma verdadeira democracia social, com “o aproveitamento de todos os valôres humanos pela capacidade viva de cada um e não pela igualdade abstrata” [sic].<sup>285</sup> As “resultantes políticas” desse fenômeno começavam a aparecer na sociedade brasileira, onde o encurtamento das distâncias raciais explicava “a revolução lenta, segura, inédita” que se operava

<sup>280</sup> RICARDO, 1970, p. 325.

<sup>281</sup> Ibidem.

<sup>282</sup> Ibidem.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>284</sup> Idem, 1959, p. 93-94.

<sup>285</sup> Idem, 1970, p. 324.

no Brasil, no domínio das idéias – a formação de uma democracia pelo sangue e pela alma.<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> Idem, 1959, p. 67.

## CAPÍTULO 4

### A HISTÓRIA BANDEIRANTE E A FORMAÇÃO DA ÍNDOLE PAULISTA E NACIONAL

Para Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII é crucial para o entendimento da realidade nacional brasileira das primeiras décadas do século XX. Assim, a interpretação do passado foi considerada por eles não só como exercício essencial na procura de soluções para os problemas que o Brasil enfrentava naquele período, como também imprescindível para traçar um retrato fiel da nação. O ponto de partida da narrativa histórica destes intelectuais era, contudo, São Paulo e a história bandeirante. Eles partiam do pressuposto que a vila paulista incrustada no sertão e protegida do litoral pela Serra do Mar havia inaugurado uma organização social, política e econômica diferenciada da que se estabeleceu no Nordeste e alheia ao Poder ultramarino.

Para os verde-amarelos, e entre eles Cassiano Ricardo, essa tese era interessante porque permitia reforçar a inadaptação de modelos de pensamento importados no país, condenando assim a implantação do liberalismo político. Segundo a doutrina verde-amarelista, a influência do ideário liberal era a responsável pela crise brasileira na década de 1920. No caso de Alfredo Ellis Jr., que teve uma passagem superficial nesse grupo, o antiliberalismo não pode ser apontado como uma bandeira ideológica que, como em Cassiano Ricardo, desse significado à afirmação de que o planalto paulista se desenvolveu historicamente de costas para o litoral e, deste modo, para o pensamento europeu.

De fato, Alfredo Ellis Jr., do mesmo modo que os verde-amarelos, foi sensível ao período delicado por que passava o Brasil nas décadas iniciais do século XX. Exemplo disso são os textos reunidos por ele em *Confederação ou*



*Separação*, nos quais Ellis Jr. destacou o agravamento dos conflitos internos e a ameaça de desagregação política. Neles, ao contrário dos modernistas, esse autor não considerou a crise no Brasil como conseqüência do liberalismo presente na política brasileira. Sobre a postura ideológica de Alfredo Ellis Jr. já assinalamos anteriormente que ele provinha de uma família ligada ao PRP paulista e teria se mantido fiel às idéias tradicionalmente defendidas por esse partido. Desse modo, sua interpretação do passado bandeirante ou paulista, procurou identificar a presença de valores liberais desde os primórdios da história de São Paulo.

Ao chamarmos a atenção para esse contraste entre Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, a intenção é destacar que esses autores tiveram motivos particulares, ligados às suas respectivas posturas ideológicas, para sustentarem a singularidade do desenvolvimento histórico de São Paulo ligado ao sertão. Partindo desse pressuposto, neste capítulo o objetivo será analisar, na visão desses autores, a contribuição do bandeirismo para a formação da índole paulista e brasileira.

Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira seção analisa a discussão acerca da influência dos aspectos geográficos na história de São Paulo e o diálogo de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo com a tese clássica do isolamento paulista. Em seguida, na segunda seção, o objetivo será discutir o contraponto apresentado por estes autores entre São Paulo e o Nordeste. Por fim, comparar as interpretações de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo sobre o bandeirismo e os seus desdobramentos na história de São Paulo e do Brasil.

## **4.1 A INFLUÊNCIA DA GEOGRAFIA NA VILA PAULISTA**

### **4.1.1 Alfredo Ellis Jr.: as causas da superioridade paulista**

Preocupado em enraizar o liberalismo na história de São Paulo, Alfredo Ellis Jr. teve motivos específicos para defender a influência decisiva do meio geográfico paulista no desenvolvimento histórico desse estado. Para esse

autor, influenciado pelas idéias de Gustave Le Bon a respeito da fixidez dos “caracteres psicológicos das raças” transmitidos hereditariamente,<sup>287</sup> a hipótese de que o meio poderia interferir na psicologia racial significou a possibilidade de diferenciar os traços psicológicos do paulista e do português.

A utilização dos estudos antropogeográficos feita por Alfredo Ellis Jr. – em linhas gerais, eles procuravam pensar sobre a influência exercida pelo meio sobre os homens e suas prováveis conseqüências no desenvolvimento desigual dos grupos humanos – e, ao mesmo tempo, das idéias de Le Bon, que considerou mínima a interferência do meio na formação das “características psicológicas das raças”, exemplifica bem o modo instrumental com que Alfredo Ellis Jr. dialogou com diversas teorias deterministas.

Assim, para Alfredo Ellis Jr., embora o paulista tenha herdado do português a submissão excessiva frente ao poder, o desinteresse por “assuntos de governança” e os “limitados fins economicos-comerciais”, a influência do meio físico sobre os primeiros moradores de São Paulo resultou na evolução da mentalidade paulista, cujos principais traços teriam sido herdados do português. Isso imprimiu no seu caráter a capacidade de mobilização por interesses coletivos e um espírito empreendedor e utilitário. Características que permitiam a Ellis representar o paulista como tipo social imbuído, historicamente, de valores liberais.

Por sua vez, dialogando com a tese evolucionista, Ellis procurou explicar a contribuição da mesologia peculiar do planalto no desenvolvimento superior dos paulistas quando comparado ao dos brasileiros. De acordo com o escritor, ainda que se ignorasse os vários estudos da antropogeografia do século XIX, os quais defenderam “a força do meio physico sobre o individuo [sic]”,<sup>288</sup> apenas a observação isolada do caso paulista seria suficiente para provar a impossibilidade de explicar o desenvolvimento econômico de São Paulo, recorrendo unicamente ao “factor ‘raça’” [sic].<sup>289</sup> Para Ellis Jr., essa era uma

---

<sup>287</sup> Cf. LE BON, Gustave. **Leis psicológicas da evolução dos povos**. Rio de Janeiro: Editora Universus, [s.d.]. Esse livro é citado por Alfredo Ellis Jr. em: ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 248.

<sup>288</sup> ELLIS JÚNIOR., 1936, p. 313

<sup>289</sup> Ibidem, p. 312.

conclusão sobretudo lógica, pois ainda que outras regiões brasileiras tivessem sido povoadas pela mesma “raça”, segundo ele:

[...] só o altiplano paulista produziu o bandeirismo e as suas populações nunca perderam as virtudes que as fizeram sempre superiores, enquanto as das outras capitanias se limitavam a arranhar o litoral, quais caranguejos, na feliz e pitoresca expressão do “suave” frei Vicente.<sup>290</sup>

Com o objetivo de avaliar a contribuição dos fatores mesológicos no desenvolvimento paulista, esse autor considerou mais viável a adoção de um meio termo entre os opostos, representados por Quatrefages e Knox. O primeiro, segundo ele, minimizava a interferência do meio físico, com a enumeração de uma longa série de exemplos bem sucedidos de adaptação de povos diversos em condições mesológicas diferentes daquelas que caracterizavam suas regiões de origem. O segundo extremava-se em afirmar a esterilidade das populações americanas e teria explicado o seu crescimento demográfico pelo afluxo ininterrupto da corrente imigratória. Para Ellis Jr., embora não houvesse “certamente raça ubíqua”, o certo é que a mesologia diversa produziria sempre “uma maior ou menor seleção mesológica de adaptação”.<sup>291</sup> Apesar disso, Ellis Jr. destacou o clima como um dos fatores principais de degeneração racial e, dessa forma, a improbabilidade da presença significativa dos dólicos-louros no planalto paulista. Segundo ele, os dólicos louros, acostumados à regiões de frio extremo e condições radicalmente opostas às que eram encontradas do Brasil, não teriam conseguido se aclimatar em regiões tropicais.<sup>292</sup> O que invalidaria a tese de Oliveira Vianna de que descenderiam destes povos os primeiros bandeirantes paulistas de origem européia.

Para Ellis, de todas as regiões brasileiras, o clima do planalto era de longe o mais ameno em temperatura e umidade, aproximando-se assim, dos padrões de climograma ideal desenvolvidos por Taylor e Morize.<sup>293</sup> Tais

---

<sup>290</sup> Ibidem, p. 312-313.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 313-314. Trecho citado em nota de rodapé.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 317-318.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 321-322.

características, de acordo com Ellis Jr., permitiram a melhor adaptação do ibérico em São Paulo, comparado com outras regiões brasileiras.

Ainda sobre o clima, segundo Ellis Jr., as conclusões de Huntington também comprovavam o seu caráter benéfico em São Paulo. Em *Civilization and Climate*, depois de estudar as “estatísticas da eficiência do trabalho agrícola e industrial nos Estados Unidos” e as “estatísticas de climatologia mundial” e comparando-as com dados sobre o “grau de civilização atingido por cada grupo de população”,<sup>294</sup> Huntington teria defendido a tese de que as constantes variações climáticas eram essenciais ao “desenvolvimento máximo da ‘eficiência’ humana”.<sup>295</sup> Esse pesquisador teria contrastado “a pobreza das regiões de climas constantes e de temperaturas que não mudam, onde vivem populações inferiores ou gente degenerada”, ou “*poor whites*”, com a exuberância das populações “que vivem em terras de oscilações violentas”.<sup>296</sup> Alfredo Ellis Jr., baseando-se nestas afirmações, classificou São Paulo, que segundo ele, apresentava as oscilações constantes de temperatura e tempo nas várias estações do ano descritas por Huntington, como exemplo legítimo do último caso e as demais regiões brasileiras, com notável “uniformidade ininterrupta e monótona” das temperaturas, do segundo.<sup>297</sup>

Quanto à influência benéfica do solo paulista, segundo Ellis Jr., esta se dava de duas maneiras, pelos aspectos químicos e pelos físicos. Sobre os primeiros, segundo ele, não existiam dados suficientes para esclarecer a proporção dos elementos químicos presentes em sua composição, embora fosse evidente a fertilidade do solo paulista. Sobre os segundos era, sem dúvida, privilegiada a localização geográfica das vilas paulistas, pois o declive do relevo facilitava o escoamento das águas, impedindo a formação de pântanos ou de um ambiente propício à proliferação de insetos causadores de doenças.<sup>298</sup>

A associação, presente em Ellis Jr., entre regiões alagadas, insalubridade e proliferação de doenças, é importante lembrar, não era recente e estava em moda nas primeiras décadas do século XX, no debate sanitário

---

<sup>294</sup> Ibidem, p. 324. Trecho citado em nota de rodapé.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 323-326.

<sup>296</sup> Ibidem. Trecho citado em nota de rodapé.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 324-325.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 334-337.

encampado por diversos intelectuais. Ao citar a famosa imagem cunhada por Miguel Pereira, na qual associava o Brasil a um vasto hospital, Alfredo Ellis Jr. repetia, portanto, uma praxe entre os intelectuais na época.

Assim, Ellis Jr., reportando-se também ao discurso sanitarista, supôs níveis elevados de mortalidade entre dos primeiros paulistas, explicando-os pela “falta de higiene, própria da época”, associada ao “meio rude e selvagem” atacado “pelas constantes epidemias de varíola, e outras pestes”.<sup>299</sup> O mesmo tema, anos antes, no início da década de 1920, apareceu nos artigos de Monteiro Lobato publicados na *Revista do Brasil* e em *O Estado de São Paulo* e reunidos, posteriormente, em *Problema Vital*. Em “As grandes possibilidades dos países quentes”, por exemplo, Lobato destacou que, na América, “a fauna invisível e a fauna dos vermes e insetos atingem proporções desmarcadas”,<sup>300</sup> comparativamente às regiões de climas mais amenos. Tais condições teriam afetado especialmente o europeu porque este, ao civilizar-se, teria perdido suas defesas naturais. Dessa forma, Lobato define a higiene como uma defesa artificial criada pelo homem em substituição àquela que teria sido perdida por ele com a civilização. Este autor, assim como Ellis Jr., adepto da tese da degradação física, moral e intelectual em ambientes de natureza tropical, viu no “desaparelhamento de defesa higiênica” uma das causas principais de degenerescência humana.<sup>301</sup>

Apesar dessa aproximação, a afirmação radical de Monteiro Lobato presente no mesmo artigo citado acima, segundo a qual o brasileiro, “transplante do europeu feito em época de magros conhecimentos científicos”, teria sido, “assaltado pela micro-vida tropical e, verminado intensamente”<sup>302</sup> tornando-se assim, degenerado, certamente não seria considerada representativa do paulista por Ellis Jr.. Conforme assinalou este autor, em São Paulo, mesmo nas regiões de várzeas, a natureza teria evitado, providencialmente, graças ao seu solo bastante permeável, a formação de alagadiços.<sup>303</sup> Por outro lado, a vila paulistana, especificamente, teria reunido a

---

<sup>299</sup> Ibidem, p.170.

<sup>300</sup> LOBATO, Monteiro. As grandes possibilidades dos países quentes. In: **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 326.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 327.

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 338-339.

mesologia mais favorável do estado. Em função dela é que São Paulo teria permanecido ao longo de sua história imune aos diversos flagelos que assolavam outras cidades do país:

A prova disso está em que, enquanto S. Paulo apresenta 7 mortos anormais de malária, o Rio de Janeiro apresenta 530; S. Salvador, 215; Maceió, 160; Recife, 103; Belém, 166 e Manaus, 393, segundo os dados da inspetoria de Demografia Sanitária do Rio, (dr. Sampaio Vianna). O beri-beri, a anquilostomíase, a elefantíase, a moléstia de Chagas, etc., que tanto prosperaram alhures, não conseguiram implantar-se no planalto paulista.<sup>304</sup>

A ocorrência dessas doenças, não tendo atingindo, em São Paulo, o caráter endêmico presente nas outras regiões brasileiras, segundo Alfredo Ellis Jr., representou para os paulistas apenas “um elemento de seleção do mais fraco e menos resistente do que um enfraquecedor genérico das populações do planalto”.<sup>305</sup>

A mesma função seletiva da população paulista, de acordo com Ellis Jr., desempenharam a “vegetação da mata virgem” como empecilho a penetração e as “agruras naturais” do solo que dificultavam a vida no “sertão agreste”.<sup>306</sup> Tal seleção, segundo Ellis, moldou a “rudeza no espírito paulista e à produção de fantásticas somas de energia, para poder domar os obstáculos que se lhe antepunham”.<sup>307</sup>

[...] dessa adaptação à luta constante contra os elementos naturais resultou na psicologia paulista essa grandeza de iniciativa nas suas empreitadas, que parecem imbuídas de uma inconsciência temerária, que tem sido sempre uma das causas do sucesso. Com essa inconsciência da realidade do esforço empregado, e com essa soma de energias desenvolvidas, os paulistas venceram todos os obstáculos, bateram os jesuítas, enxotaram os castelhanos, descobriram metais e pedrarias e colonizaram o sertão gigante, etc.<sup>308</sup>

---

<sup>304</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>305</sup> Ibidem.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 341.

<sup>307</sup> Ibidem.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 341-342.

Ao defender tal “evolução” do “espírito paulista”, Alfredo Ellis Jr. enfatizava que a natureza tropical, “em vez de amesquinhar o paulista, como afirmaria “*a priori*” Bucke” [sic] era, ao contrário, a causadora “do arrojo da ambição e da temeridade do paulista”, negando assim, a representação do paulista como um indivíduo contemplativo, místico, imaginoso, dado às artes e, por isso despido de raciocínio” [sic].<sup>309</sup>

#### **4.1.2 Cassiano Ricardo: o sertão, “uma divindade mitológica, pânica, condenando os homens pelo terror e pelo encantamento”<sup>310</sup>**

Assim como Alfredo Ellis Jr., Cassiano Ricardo enfatizou a relação entre os aspectos geográficos peculiares ao planalto paulista e o desenvolvimento histórico de São Paulo. Além disso, destacou também a contribuição decisiva do sertão para a ruptura dos paulistas com os traços culturais trazidos pelo povoador europeu. Contudo, um dos pontos centrais, nos quais a análise presente em *Marcha para Oeste* contrasta a de Alfredo Ellis Jr., refere-se a tentativa de romper com a perspectiva regionalista.

A travessia do Caminho do Mar, ligação entre o litoral paulista e a vila Piratininga foi associada, em *Marcha para Oeste*, a um “nascido de novo”. Semelhante a um ritual de passagem, Cassiano Ricardo descreve que, por esse caminho, “subia o pessoal agarrando em raiz de árvore, machucando os joelhos em pedra e correndo risco de rolar pela ribanceira”.<sup>311</sup> Ao chegar a São Vicente, era necessário ainda pagar um tributo à terra: aquele que tivesse conseguido chegar, “que deixasse os preconceitos de fidalguia, de côr e de origem na planície de Cubatão” [sic] e que não desejasse “saber do litoral”.<sup>312</sup>

De acordo com Cassiano Ricardo, a partir daí a história do “colonizador” seria ditada pelo sertão. Os laços de solidariedade forjados pela necessidade de defesa comum contra o índio e o pirata eram os primeiros reflexos da sua força determinante. Ao mesmo tempo em que despertava o medo, o sertão

<sup>309</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>310</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política brasileira. 4ª edição. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 264.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 56.

atraía o colonizado para o desconhecido, instigando a formação das bandeiras.<sup>313</sup> Nelas, segundo Cassiano Ricardo:

[...] promove [o sertão] um verdadeiro teste de qualidades raciais para a conquista, na seleção dos valores humanos que ele próprio desafia, seduz, tritura, classifica e exercita na escola áspera do bandeirismo que era a modelação de um tipo social até então desconhecido. Ensina a renúncia à vida, por um ideal ou por uma necessidade insólita; mas ensina também, o amor ao espírito de aventura que explica os heróis; ensina também a palavra dada aos compromissos assumidos em nome d'ele [...]; e ensina ainda a democracia pelo sofrimento nivelador e independência pela ruptura de qualquer contato com os reis e poderosos [sic].<sup>314</sup>

Para Cassiano Ricardo, no entanto, se num primeiro momento prepondera a geografia, que “empurrou o homem para a conquista”, chamando-o de modo tão irresistível e tão sério que o bandeirante “não podia viver sem o sertão”, “depois é o homem quem domina a Geografia e a submete”.<sup>315</sup> Segundo o autor, era importante diferenciar estes dois momentos, pois enquanto o primeiro ainda era português, o segundo sinalizava já o nascimento do brasileiro, através do bandeirismo.<sup>316</sup>

Essa afirmação evidencia um contraste entre as análises de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo. A tese determinista geográfica, como será possível notar ao longo deste capítulo, aparece bem menos marcada em *Marcha para Oeste*. Por outro lado, é interessante notar que, para Cassiano Ricardo, o sertão não gerou no paulista apenas o arrojo e a iniciativa, como procurou assinalar Alfredo Ellis Jr., mas alimentou também a sua imaginação. Assim, de acordo com Cassiano Ricardo:

[...] a localização geográfica de Piratininga não só obedeceu ao dizer de Anchieta, a idéia de mais “conveniente ao *Padre in Domino*”. Ele próprio teria achado, aí, “bons e delicados ares e mui sadios”. A terra fértil, não obstante o contínuo sobressalto em que andava, fôra outra razão não menos sadia. Os cursos de água que irrigavam a região não passaram despercebidos,

---

<sup>313</sup> Ibidem, p. 264.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 264-265.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 65-66.



não. A diretriz do Tietê (o fato absurdo dêle nascer junto ao mar e não correr pra dentro do continente) impressionou Martin Afonso que não limitou a ver nêle um rio como os demais, mas um “rio grande que enveredava pelo sertão adentro”. Aquele sinal da natureza falava uma linguagem maravilhosa. Nascido junto ao mar, o rio dava as costas pro mar e lá se ia embora, rumo a oeste, como que determinando que o homem fizesse o mesmo [sic].<sup>317</sup>

Para Cassiano Ricardo, diferentemente de Alfredo Ellis Jr., a coragem e o espírito de aventura, tanto como a observação contemplativa da natureza caracterizaram os primeiros paulistas. Do mesmo modo, a intenção de Cassiano Ricardo, ao discutir os aspectos geográficos de São Paulo não foi, como em Ellis Jr., a de provar por bases científicas, a interferência do meio físico na “superiorização” do “tipo paulista”. Autores como Huntington, que vimos anteriormente citado em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, não tiveram o mesmo destaque em *Marcha para Oeste*. Assim, Cassiano Ricardo, quando menciona as bruscas variações climáticas encontradas no planalto, “dias de sol claro transformando-se repentinamente em dias de garoa cinzenta”, diferentemente de Ellis Jr., parece querer destacar, principalmente, a “grave” impressão que tal cenário teria causado nos povoadores da vila paulista.<sup>318</sup> Como exemplifica o trecho abaixo, Cassiano Ricardo transita entre a aparência da crença no determinismo, pois defende os determinismos que quer, e a ironização de tal pressuposto, desprezando desse modo, os determinismos que não lhe servem:

[...] o céu violento e tropical irmana os homens e os democratiza de pronto. Neste particular, nosso país teria que pôr em reserva alguns sabichões como Rousseau, para quem existe, nos países quentes, manifesta tendência para o despotismo. O céu nevoente conduz os homens à aventura: é aquêle céu “que parece querer contar à terra um violento segredo”. Há quem diga que as raças mais civilizadas vivem em regiões de fraca luminosidade. Seja como fôr, o certo era que as alternativas de horas de calor com horas de frio seriam chaves mágicas pra explicar o ímpeto mameluco e o espírito de renovação que ainda caracteriza a gente do planalto [sic].<sup>319</sup>

---

<sup>317</sup> RICARDO, 1970, p. 10.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 10-11.

Outro exemplo desta contradição é a importância que a tese sobre a influência do isolamento da vila paulista no desenvolvimento de São Paulo, analisada a seguir, teve em *Marcha para Oeste*. Como em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, ela representou o eixo central do debate sobre os rumos peculiares de São Paulo, anti-português e americano, para Ellis Jr. e, originalmente brasileiro, para Cassiano Ricardo.

#### 4.1.3 O isolamento geográfico e a formação democrática de Piratininga

O centenário da independência brasileira, em 1922, foi comemorado em São Paulo com uma extensa programação. Para as elites políticas e intelectuais deste Estado, a data representou uma oportunidade de destacar a contribuição dada pelos paulistas para a história nacional. Entre os eventos preparados para a ocasião, Washington Luís inaugurou uma série de monumentos ao longo do caminho histórico que fazia a ligação, nos séculos XVI e XVII, da vila paulista com o litoral.

A iniciativa do governador de São Paulo oficializaria o Caminho do Mar como símbolo da caminhada brasileira rumo à independência política e à solidificação do sentimento nacional.<sup>320</sup> Tal interpretação era comum nos estudos sobre a história paulista da geração intelectual de 1870 e dos sócios do IHGSP nas duas primeiras décadas do século XX. Para estes intelectuais, a dificultosa travessia da Serra do Mar e o isolamento que ela havia imposto a São Paulo nos seus primórdios, teria influenciado o desenvolvimento histórico paulista, contrapondo-o ao das outras regiões brasileiras.

As narrativas de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo dialogam com esta tradição historiográfica e, baseando-se nela, defendem a formação precoce no planalto, de acordo com Alfredo Ellis Jr., de um “*self-government*, saturado da democracia, na mais ampla acepção da palavra” [sic].<sup>321</sup> Para este autor,

---

<sup>320</sup> FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 281.

<sup>321</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 220.

apesar do respeito à governança herdado do português pelo paulista,<sup>322</sup> o isolamento da vila do planalto com relação ao litoral e demais núcleos de povoamento na América lusitana resultou na formação de um governo autônomo em São Paulo nos séculos XVI e XVII. Conforme explica Ellis Jr., em função deste afastamento dos “centros de civilização” e “governança”, não teria restado alternativa aos paulistas a não ser se organizarem independentemente e democraticamente.<sup>323</sup>

Diversos fatores teriam contribuído para imprimir um novo sentido ao exercício do poder no planalto. Por um lado, a quase totalidade dos ibéricos que povoaram a vila paulista provinha das classes baixas da Península Ibérica. Por outro, o Caminho do Mar e a experiência do sertão teriam tornado irrelevantes – e mesmo prejudiciais à sobrevivência dos moradores de São Paulo – o que restava dos preconceitos de classe trazidos da Europa. A rusticidade e perigos da vida no sertão acentuados pelo isolamento geográfico, que dificultava o socorro do litoral, ou da Monarquia ultramarina, obrigando os paulistas a se defenderem sozinhos dos ataques indígenas, acentuou entre os paulistas o nivelamento social e fez surgir entre eles um espírito de associação.<sup>324</sup>

Esse espírito teria sido favorecido também pela economia praticada no planalto. Segundo Ellis Jr., o ibérico não teria vindo para a América com o objetivo de fazer fortuna, fugia apenas da pobreza em que vivia na Península Ibérica. Tal objetivo era explicado pelos “limitados fins economicos-comerciaes” [sic], presentes no ibérico e encontrados nos primeiros paulistas. A presença deste traço psicológico explicaria, em grande parte, o desenvolvimento em São Paulo, nos séculos XVI e XVII, de uma economia semi-urbana, baseada na policultura e nas pequenas propriedades. Essas propriedades, localizadas próximas umas às outras, teriam propiciado, assim como a atividade bandeirante, pois segundo Ellis Jr., ninguém se atreveria a enfrentar sozinho o sertão, o fortalecimento do “comunitarismo” entre os paulistas.<sup>325</sup>

---

<sup>322</sup> Alfredo Ellis revê a tese sobre o respeito à governança do paulista em: ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina**. São Paulo: Editora Obelisco, 1967.

<sup>323</sup> Idem, 1936, p. 219

<sup>324</sup> Ibidem, p. 237, passim.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 267-270.

Reflexos desse comunitarismo poderiam ser notados na Câmara Municipal paulista. Segundo Ellis Jr., os seus cargos eram ocupados “por gente escolhida [...] dentre os moradores”.<sup>326</sup> Dessa forma, “os dirigentes pertenciam sempre a mesma extração que os dirigidos” [sic] e possuíam entre si “extremos laços de parentesco”, resultantes da consangüinidade praticada entre os moradores do planalto. Para além do laço familiar, segundo o autor, dirigentes e dirigidos eram ligados pela “amizade certa e comprovada” e possuíam “idênticos meios de vida e de haveres, sofrendo as mesmas consequências da adversidade, ou gozando as mesmas regalias da felicidade” [sic].<sup>327</sup>

Outra característica da democracia planaltina era a alternância do poder. Como explica o autor, as eleições para os “cargos de governança” eram feitas anualmente, assim “o governado de hoje seria o governante de amanhã, e vice-versa”.<sup>328</sup> A única exceção eram os juizes das varas de órfãos, que apesar de escolhidos no povo, ocupavam cargos vitalícios.<sup>329</sup>

Com a “governança assim constituída”, segundo o autor, a psicologia paulista herdada do português sofreu modificações, substituindo os “aspectos de reverência e submissão dos primitivos colonos quinhentistas, pela “altivez, pelo espírito ávido de liberdades e pela independência, ciosa de suas prerrogativas etc”.<sup>330</sup>

O paulista teria manifestado esse seu caráter em diversas ocasiões, entrando em conflito contra a “governança portuguesa central” [sic] e alegando que os seus atos eram prejudiciais aos interesses públicos dos paulistas. De acordo com Ellis, “os casos de rebelião dos paulistas foram sem número”.<sup>331</sup> O autor recorda a expulsão dos jesuítas do planalto, o caso da repressão ao monopólio do sal e a recusa dos paulistas em receberem Salvador Correia de Sá “mandando-lhes a rude resposta de que “se tinha algumas ordens de Sua Majestade a transmitir que as mandasse de Santos”.<sup>332</sup> Exemplos que, segundo ele, demonstravam a índole intratável e “arestada” dos paulistas nos

---

<sup>326</sup> Ibidem, p. 219.

<sup>327</sup> Ibidem.

<sup>328</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>329</sup> Ibidem.

<sup>330</sup> Ibidem.

<sup>331</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>332</sup> Ibidem.

primeiros dois séculos da história de São Paulo. Este “excitamento do estado de alma paulista” resultou nos movimentos nacionalistas originados “na Aclamação de Amador Bueno da Veiga, na expedição do Rio das Mortes” e “na guerra dos Emboabas”,<sup>333</sup> que evidenciariam a formação de um precoce sentimento de pátria no Planalto.

\*\*\*

A afirmação de Alfredo Ellis Jr. sobre a formação de um *self-government* democrático, em São Paulo, foi retomada por Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste*. Como em Ellis Jr., neste livro a organização social do planalto foi explicada como desdobramento do isolamento geográfico do planalto paulista. Assim, para Cassiano Ricardo, foi apenas o único “grupo social” localizado “dentro da terra”, “separado e defendido pela Serra do Mar” que constituiu “um caso típico de *self-government*”,<sup>334</sup> sendo que, dessa autonomia política, eram muitas as evidências encontradas nas *Atas* da Câmara de São Paulo:

Se um capitão-mor manda que se faça eleição a cada ano, o povo requer aos oficiais da Câmara que não dêem cumprimento ao mandado e que se faça a cada três anos, “como até agora se fez”. Jorge Correia decreta que absolutamente não cumprirá essa ordem. Vem, de manso, um corregedor, em 1619, e a Câmara “não lhe aceita o mandato sobre a matéria do sertão”. A insubmissão chega ao extremo quando, por causa da libertação dos índios, os republicanos de Piratininga intimam o Governador Salvador Correia a que não ponha os pés no Planalto, pois seria expulso imediatamente [sic].<sup>335</sup>

Cassiano Ricardo aponta também que diversos relatos da época teriam registrado a insubmissão paulista, mostrando assim que ela não teria passado despercebida às autoridades lusas. Segundo o autor, Martim de Sá teria afirmado que os “vicentinos” “não ligam a menor importância às ordens da Coroa, dizendo mesmo que conhecem disposições ao contrário”.<sup>336</sup> Outro relato, dessa vez de Cazal, considerou São Paulo uma “espécie de república,

---

<sup>333</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>334</sup> RICARDO, 1970, p. 187.

<sup>335</sup> Ibidem, p. 189.

<sup>336</sup> Ibidem.

independente dos portugueses” [sic].<sup>337</sup> A mesma opinião, segundo Cassiano Ricardo, teria sido expressada pelo Governador Geral Câmara Coutinho, para quem a vila de São Paulo era há muitos anos uma república “de per si, sem a observância de lei nenhuma, assim divina como humana”.<sup>338</sup>

Assim como Alfredo Ellis Jr., esta independência paulista foi associada por Cassiano Ricardo ao espírito de cooperação desenvolvido pelos paulistas, evidenciado também nas *Atas da Câmara*:

Quando era preciso “ir ao mar requerer coisas para esta vila” todos os moradores se reúnem “para fazer uma procuração”; um seria o encarregado de fazer compras em nome de todos. Se é preciso, por exemplo, cobrir a casa do conselho “porquanto chove nela por as paredes”, fica deliberado que todos os moradores da vila, possuindo “oito peças de serviço para cima contribuirão com dois feixes de sapé”; e possuindo menos do que oito peças “contribuirão um feixe apenas”. Nada se faz, desde as menores coisas, sem o concurso de todos. O “caminho do mar é feito de mão comum” com “o favor dos índios cristãos” ou de “mão comum, fazendo cada um o que lhe couber a repartição dos encargos”. Para a construção de uma ponte, Antônio Prêto propõe que se convocasse o povo da vila. Esta tendencia pra que tudo se realize em comum demonstra bem os costumes singelos de solidariedade social [sic].<sup>339</sup>

Aproximando-se da análise de Alfredo Ellis Jr., de acordo com Cassiano Ricardo foram diversos os fatores que contribuíram para o fortalecimento dos laços de solidariedade na vila paulista. O primeiro deles foi o isolamento geográfico, que imprimiu nos moradores a necessidade de defesa mútua dos perigos do sertão. Em função disso, a solidariedade entre os moradores do planalto ultrapassou, ao largo, a solidariedade familiar. Para além do isolamento geográfico, contribuem para isso:

[...] um sistema de vida instintivamente democrático em que predominam a policultura, a pequena propriedade, o campo em comum pra criação de gado, o espírito de cooperação nos assuntos de interesse público, enfim todas as formas de solidariedade social necessárias ao indivíduo convencido de que a família, o clã, a vizinhança, a cooperação seriam os seus pontos de apoio diante do mundo ignorado [sic].<sup>340</sup>

---

<sup>337</sup> Ibidem.

<sup>338</sup> Ibidem, p. 190.

<sup>339</sup> Ibidem, p. 131-132.

<sup>340</sup> Idem, 1970, p. 131.

Por isso é que nenhuma decisão era tomada na Câmara paulista sem a consulta prévia do povo ou sem levar em conta seus interesses.<sup>341</sup> De acordo com Cassiano Ricardo, no planalto “a percepção consciente dos interesses comuns, [...] se verifica, no mais alto grau em todos os atos da governança, várias vezes chamada a contas pelo povo em juntamentos que se tornaram verdadeiras imposições peblicitárias” [sic].<sup>342</sup> O autor recorda que, por ocasião da expulsão dos jesuítas de São Paulo, o procurador do conselho estava tão certo de representar o interesse público que, ao assinar o documento, teria adotado a palavra Povo como o seu sobrenome.<sup>343</sup>

Segundo Cassiano, a tal ponto teria chegado a democratização na vila “intraserra”, que um procurador, certa vez, teria afirmado que ali o excesso “permitia entrarem na república homens oficiais mecânicos e gente baixa”.<sup>344</sup> Numa época em que o ofício manual era considerado degradante e incompatível com a nobreza, como aponta o autor, era grave a denúncia de exercerem cargos na Câmara paulista “trabalhadores e não apenas de pessoas abastadas ou “nobres” ”. <sup>345</sup> Esses indícios não só provavam a ignorância dos paulistas dos preconceitos de nobiliarquia, como também destacavam que a república de Piratininga, embora não tenha sido proclamada, era a primeira delas e mais original formada na América portuguesa:

O *self-government* e a temporalidade das funções eletivas, com o aproveitamento dos elementos do povo, desde os mais modestos, aí estão. Aí não havia privilégios, nem títulos nobiliárquicos de nenhuma espécie.<sup>346</sup>

Para Cassiano Ricardo, não teria sido necessário formalizá-la. Ao contrário, em sua opinião, Amador Bueno, ao se recusar a se tornar rei dos paulistas teria evitado o fracionamento do Brasil, o que comprometeria a nacionalidade ainda em formação. Para o autor:

---

<sup>341</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>342</sup> Ibidem.

<sup>343</sup> Ibidem, p.193.

<sup>344</sup> Ibidem.

<sup>345</sup> Ibidem.

<sup>346</sup> Ibidem, p.196.

[...] o negativo do seu gesto nos oferece algumas lições: a) a raiz da Independência, já então existe no Planalto; b) a vocação nacional de S. Paulo que, podendo separar-se sozinho, preferiu continuar português, pois que leve o diabo, em favor do Brasil ; c) a atitudes singular de um povo, na prática de um ato que, afinal, o próprio Portugal não praticaria já que quis entregar Pernambuco à Holanda [sic].<sup>347</sup>

A interpretação deste episódio evidencia o contraste entre as análises de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, bastante próximas no que se refere à caracterização da coletividade, da democracia e da autonomia de Piratininga. Em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, Alfredo Ellis Jr. dá a entender que a truculência paulista – que chegou ao ápice na aclamação de Amador Bueno – resultou da evolução da psicologia paulista, que teria sido formada pela herança genética do ibérico e, desse modo, caracterizada pelo desinteresse por assuntos de governança e pelo temor reverencial e excessivo pelos poderes constituídos.<sup>348</sup> As condições vivenciadas no Planalto, decorrentes do isolamento, teriam contribuído para essa transformação. Segundo Ellis Jr., à medida que a lembrança do reino se afastava, afluía a noção de uma nova pátria paulista.<sup>349</sup>

Outra explicação apresentada por Ellis Jr. para o patriotismo e o desejo de independência dos paulistas era a de que, quando aclamaram a Amador Bueno como rei, eles “ignoravam que Dom João IV já estivesse solidificado no throno”. O que talvez explicasse o porquê de os paulistas só terem tentado uma vez a independência.<sup>350</sup> Entretanto, segundo o autor, a explicação mais acertada para o fracasso desta tentativa talvez fosse a de que “os paulistas não tinham uma opinião pública preparada”.<sup>351</sup> O mesmo isolamento que teria propiciado a autonomia planaltina, por outro lado, contribuiu, pela falta de contato com o litoral e a Europa, para acentuar o atraso intelectual dos paulistas:

[...] nossos antepassados povoadores foram quase analfabetos e sem cultura, como meridianamente transparece dos documentos de publicação oficial por onde se vê que a

<sup>347</sup> RICARDO, 1970, p. 198-199.

<sup>348</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 203-204, passim.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>350</sup> Ibidem, p. 204.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 205.



orthografia pessima e desigual ia na mesma graduação dos horriveis garranchos, que constituíam a sua escripta, feita, indubitavelmente, por gente mais afeita ao manejo da escopeta, do arcabuz e da espada, da adaga, ou da enxada, do machado e da foice, do que da penna, da leitura ou da palavra.

Os misteres, que demandavam mais esforço intellectual, como os da governança, da organização judicial, etc., eram pessimamente exercidos pelo numero resumido de alguns membros da elite intellectual dessa sociedade, mais inclinada às labutas materiais do que aos tratos espirituaes.

A única coisa que dessa gente nos ficou foi a documentação municipal e o archivo de transmissão de propriedade “causa mortis”.

Nem um só trabalho literario, nem um só vestígio artistico, que de leve denuncie uma elevação mental, nem uma transparencia tenue que mostre qualquer coisa que sobresaia dessa invalidez completa do intellecto [sic].<sup>352</sup>

As afirmações de Alfredo Ellis Jr. foram rejeitadas por Cassiano Ricardo, em cuja opinião, já anteriormente assinalada, o paulista teria tido sim uma consciência dos interesses coletivos. Quanto ao atraso mental dos paulistas notado por Ellis Jr., Cassiano Ricardo, referindo-se diretamente a uma passagem em que aquele autor destacou que as mulheres paulistas eram ainda mais incultas, afirmou ser este “o testemunho de certos historiadores linguarudos”.<sup>353</sup> Segundo Ricardo, o analfabetismo, apesar de ter sido comum entre os paulistas, não interferiu negativamente no Planalto e nas bandeiras. Ao contrário, foi essencial para a comunicação entre o “colonizador” e o “aborígene” e para o êxito do bandeirismo, “êmpresa em que só cabem os atributos da audácia e do heroísmo” [sic].<sup>354</sup>

Além disso, era importante diferenciar “falta de intelectualismo” de “falta de inteligência”. Segundo o autor, “a falta de trato às coisas do espírito não tinha nada de parecido com a falta de inteligência”.<sup>355</sup> Sendo assim, o mais certo era que ao paulista, ou ao bandeirante (é importante notar em *Marcha para Oeste* estes termos são tratados como sinônimos, o que, como veremos mais adiante, não acontece nos textos de Alfredo Ellis Jr.), teria faltado o intelectualismo e não a inteligência. Enquanto o primeiro se adquiria nos livros

<sup>352</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>353</sup> RICARDO, 1970, p. 171.

<sup>354</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>355</sup> Ibidem.

e deformava a visão sobre a realidade, a segunda era original ou pré-lógica, permitindo uma percepção mais pura da realidade.

Os religiosos que Alfredo Ellis Jr., em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, considerou como exceções entre os poucos moradores do planalto que teriam conseguido emergir da generalizada condição de “atraso mental”,<sup>356</sup> para Cassiano Ricardo eram exemplos do intelectualismo deformador e não da “inteligência rápida nas decisões e exata nos conceitos”,<sup>357</sup> manifestada pelo bandeirante. Cassiano Ricardo recorda que advinha dela, por exemplo, a facilidade com que o indígena inventa apelidos, “com o seu dom de ver o concreto das coisas e dos sêres na formação das palavras, que indicam sempre a semelhança de uma coisa com a outra” [sic]:<sup>358</sup>

[...] porque o morro de Botucatu mostrava duas pedras superpostas, a de baixo com a feição de um cavalo e a de cima com jeito de môsca que conservasse as duas asas abertas, os indígenas lhe deram o nome de “môsca a cavalo”. O boi pareceu ao indíio grande como a anta sua conhecida (*tapira*) mastigador ruminante como o veado (*çuu*), de grandes chifres (*aça*) e por fim estrangeiro, vindo de outro país (retamauara) e assim recebeu o nome expressivo de “tapiraçuuretamauara” [sic].<sup>359</sup>

Assim, diferentemente de Alfredo Ellis Jr., para Cassiano Ricardo, a Arte esteve presente no Planalto. Apenas teria ganho um sentido mais pragmático e afinado com a realidade e as necessidades imediatas:

A imaginação de quem caminha sertão adentro já está totalizada pelo ideal que o absorve e conduz. Para o bandeirante a Arte não seria um meio de saber “o que o homem faz quando êle não tem o que fazer”. Tinha uma função humana, nascia de uma necessidade social. [...]

Mesmo quando bandeirante deixava algum desenho ou inscrição num rochedo, de mistura com os calungas rupestres dos índios, era também pra marcar o caminho por onde voltaria ou por onde passariam, talvez, outras levas expedicionárias. Se, cantava, nas horas de pouso, era por imposição da alma, num meio onde a distância o fazia cantar necessariamente, ao

<sup>356</sup> ELLIS JÚNIOR., 1936, p.198.

<sup>357</sup> RICARDO, 1970, p. 183.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>359</sup> Ibidem.

som de sua “viola de pinho”; ou faria ouvir, quem sabe com que tristeza, música acre do negro “bom trombeteiro”, à margem do Rio das Velhas [sic].<sup>360</sup>

Ao defender essa diferenciação, Cassiano Ricardo retoma claramente algumas idéias encontradas nos textos verde-amarelistas publicados por Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e ele mesmo, sobre a maior capacidade demonstrada pelo artista, em comparação com o intelectual, de traduzir a realidade. Partindo desse pressuposto, para este autor, era importante sustentar que os bandeirantes não tivessem sido “sabichões como os homens que sabiam latim”. Segundo ele, “para o bem nosso” é que os bandeirantes não foram intelectuais, mas sim, poetas.<sup>361</sup> Assim, ao recusar se tornar rei dos paulistas, Cassiano Ricardo dá a entender, Amador Bueno agia como poeta, intuitivamente, “em favor do Brasil”.

#### 4.2 O CONTRAPONTO ENTRE SÃO PAULO E O NORDESTE

A afirmação de que não se poderia falar de uma unidade na América portuguesa, mas da existência de diversos grupos sociais foi repetida exaustivamente pela historiografia das primeiras décadas do século XX. Enfatizando essa idéia, Oliveira Vianna destacou a fragmentação do poder, o fortalecimento dos clãs rurais na América portuguesa e os seus desdobramentos no presente brasileiro do início do século XX. Como aponta Arno Wehling, para este autor, tais características teriam impedido o desenvolvimento de uma prática social democrática no Brasil ou a ocorrência de instituições de solidariedade social. Piratininga teria sido exceção ao manifestar uma vida comunitária e a permissão para oficiais mecânicos exercerem cargos na Câmara.<sup>362</sup>

---

<sup>360</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>361</sup> Ibidem, p.185. Segundo Cassiano Ricardo, o bandeirante era “poeta, embora sem consciência disso, mas por acreditar em mitos, num ambiente de fábula, condições necessárias ao homem para sertanejar”. Ibidem.

<sup>362</sup> Cf. WEHLING, Arno. O estado colonial na obra de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim. (orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 68.

Segundo José Luis Bendicho Beired, para Vianna, a inexistência ao longo da história brasileira de fenômenos que obrigassem à solidariedade entre os membros dos diferentes clãs – segundo o autor, esse teria sido o único espaço em que os laços de solidariedade puderam se manifestar – explicava a política brasileira, reduzida ao jogo entre facções, grupos e partidos.<sup>363</sup> Na opinião de Vianna, destacada por Arno Wehling, o idealismo das elites políticas ao buscar soluções alienígenas para o país era outro agravante dessa realidade.<sup>364</sup>

A análise de Cassiano Ricardo, foi destacado anteriormente, aproximou-se da de Oliveira Vianna na crítica ao liberalismo. Cassiano defendeu que esse modelo político, por ter sido importado de outras tradições culturais, não era adequado à realidade nacional brasileira. Para substituí-lo, assim como Oliveira Vianna, segundo José Luis Bendicho Beired,<sup>365</sup> Cassiano defendeu o aparelhamento corporativista do Estado brasileiro; por outro lado, destacou ainda o surgimento no Brasil de uma democracia orgânica, proveniente da organização social das bandeiras paulistas, a qual ele considerou superior à democracia liberal abstrata. Essa “democracia viva” gestada na bandeira teria se consolidado pelo desenvolvimento de fortes laços de solidariedade em torno do empreendimento bandeirante e a participação de indivíduos de diferentes classes sociais e “tipos étnicos”, obedecendo a uma rígida hierarquia ditada por qualidades e funções específicas.<sup>366</sup>

Como aponta Beired, entre as décadas de 1920 e 1940, o modelo corporativista de Estado foi defendido como alternativa ao modelo liberal pelos intelectuais brasileiros ligados à direita nacionalista. O Estado organizado corporativamente exerceria a função de organizar a sociedade em partes funcionais, não competitivas e integradas a um todo solidário, na busca de neutralizar os confrontos políticos e classistas e favorecer a instauração de relações sociais solidárias, supervisionadas por um Estado autoritário, forte e

---

<sup>363</sup> Cf. BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 111-112.

<sup>364</sup> WEHLING, 1993, p. 80.

<sup>365</sup> BEIRED, op. cit., p. 109, nota 363.

<sup>366</sup> Cf. o capítulo “O Grupo em movimento e a função de cada cor”. RICARDO, 1970, p. 322-333.

tutor da sociedade. Buscavam restaurar, desse modo, a disciplina, a obediência e a hierarquia corrompidas pela influência estrangeira.<sup>367</sup>

O discurso de Alfredo Ellis Jr., mantendo-se fiel à tradição política liberal, procura, diferente desses autores, justificar a presença e adequação do liberalismo para as terras brasileiras. Ellis Jr. reporta-se a Oliveira Vianna para reforçar sua afirmação acerca da separação entre os grupos sociais no contexto da América portuguesa e compartilha o pessimismo de Vianna sobre o presente brasileiro. No entanto, para Alfredo Ellis Jr., era improvável a superação do abismo cultural, que, ao longo da história brasileira, agravava-se entre as suas regiões. A solução encontrada por esse autor, em sua narrativa, foi separar São Paulo do restante do país e defender que somente em São Paulo o modelo liberal se mostrou historicamente viável.

#### **4.2.1 Alfredo Ellis Jr.: a evolução paulista na “senda do utilitarismo”**

Alfredo Ellis Jr. pinçou dos textos de Oliveira Vianna as afirmações que pudessem corroborar o seu ponto de vista, descartando aquelas das quais discordava. Desse modo, se por um lado ele recorreu à Vianna para reforçar sua tese sobre a impossibilidade de escrever a história brasileira a não ser sob o ângulo regional, por outro negou a tese daquele autor sobre a presença do latifúndio em São Paulo. Como vimos anteriormente, Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo defenderam o desenvolvimento no planalto de uma economia baseada na pequena propriedade e na policultura, afirmando que o latifúndio só esteve presente em São Paulo no século XIX. Sobre isso, aliás, Ellis Jr. recordava as propriedades de sua família:<sup>368</sup>

Eu mesmo já estive a frente de um desses estabelecimentos agrícolas, no município de São Carlos, que outrora fora aberto por meu avô o Visconde da Cunha Bueno e por meu pae o Senador Alfredo Ellis, que ahi enterrara toda a sua vigorosa mocidade.

---

<sup>367</sup> BEIRED, 1999, p. 104; 109.

<sup>368</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p.11.

Era uma propriedade imensa que ficava à ribanceira do Mogy Guassú, a Fazenda de Sta Eudoxia [sic].<sup>369</sup>

Alfredo Ellis Jr. defendeu, entretanto, que o “tipo rural do paulista”, notado no século XIX, e somente nesse século, era o único que teria se assemelhado ao do norte açucareiro descrito por Oliveira Vianna e, posteriormente, por Gilberto Freyre.<sup>370</sup> Ellis Jr. enfatiza ainda que existiram apenas “semelhanças” entre esses dois tipos, não uma “identidade”. Como explica, o “typo senhorial paulista oitocentista” [sic] teve os seus traços patriarcais muito menos marcados do que os do Nordeste. De um lado, o sertão fez com que o patriarcalismo em São Paulo não fosse tão acentuado quanto o do nordeste. De outro, no século XIX, o trânsito entre São Paulo e os “centros de civilização” foi mais significativo do que o “da gente do ‘Casa Grande e Senzala’”.<sup>371</sup> Em função disso, Ellis Jr. destaca que os paulistas foram, no século XIX, mais do que aqueles “brunidos pela civilização”.<sup>372</sup>

O autor recorda ainda que, sobre os séculos XVI e XVII, não existiam evidências nos documentos paulistas da presença de agregados, “classe a que Oliveira Vianna empresta tanta importância, na organização rural paulista”.<sup>373</sup> Sua sugestão foi a de que “os mamelucos paulistas eram sempre filhos legítimos ou naturaes dos proprios bandeirantes fazendeiros” [sic].<sup>374</sup> Dessa forma, em vez de agregados, foram esses membros das famílias paulistas ou ficaram incorporados aos “índios administrados” até que um testamento os viesse reconhecer.<sup>375</sup>

Partindo desses apontamentos, na visão de Ellis Jr., o que sempre existiu, ao longo da história brasileira, foram diferenças acentuadas entre o Sul e Norte:

[...] no nordéste [...] havia o latifúndio assucareiro que crea um typo social com todos os seus delineamentos, emquanto que aqui, tinhamos a pequena propriedade. Lá no nordeste havia mais particularismo, mais feudalismo, enquanto que aqui, no

---

<sup>369</sup> Ibidem.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> Ibidem, p.12

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 261.

<sup>374</sup> Ibidem.

<sup>375</sup> Ibidem.

planalto piratininguano, havia mais comunitarismo, mas clanismo. Lá, as fazendas eram maiores e faina mais extensiva.

Aqui havia mais actividade e trabalhava-se com mais intensidade em núcleos mais numerosos, mais concentrados, porém de menos vulto nas suas proporções. Os patriarchas lá tinham mais poder, prole era maior, com famílias mais volumosas; havia mais cabedades concentrados e a escravaria era mais vultosa em numero. Aqui os patriarchas eram bem menos opulentos ainda que mais numerosos. Lá o poderio dos potentados se firmava mais na própria família e nos apaniguados. Havia mais centralização. Aqui o valor dos figurões ruraes se estribava mais na clientela e na parentela [sic].<sup>376</sup>

Em *Os Primeiros Troncos Paulistas*, esse autor sugere o distanciamento progressivo entre essas regiões e a “evolução” da psicologia paulista do limitado ideal econômico herdado do português – que segundo Ellis Jr., permitiu aos paulistas apenas se verem livres da miséria – para o utilitarismo prático.<sup>377</sup> Por outro lado, procura notar a influência dessa transformação na passagem do comunitarismo praticado pelos primeiros moradores de São Paulo e, necessário diante do isolamento e os perigos da vida no sertão, para o particularismo do século XIX.

O século XVIII foi determinante para essas mudanças, as quais Ellis Jr., dialogando com a “doutrina evolucionista”, entendeu como o cumprimento de etapas de evolução do “espírito paulista” e seus reflexos sobre a organização social de São Paulo. Esse autor compartilha da tese desenvolvida por Paulo Prado sobre a decadência econômica da vila paulista no século XVIII, provocada pelo esvaziamento das vilas paulistas pela intensa migração dos seus moradores para as minas. Segundo Carlos Eduardo Ornelas Berriel, para Paulo Prado, o ouro atiçou a cobiça paulista, resultando no abandono da atividade agrícola e a miséria de São Paulo.<sup>378</sup> Para Alfredo Ellis Jr., apesar dessa conseqüência negativa, a descoberta do ouro despertou no paulista o desejo de enriquecer e foi decisivo para a evolução do “humilde e medíocre

---

<sup>376</sup> Ibidem, p. 12-13.

<sup>377</sup> Ibidem, p. 217.

<sup>378</sup> BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena**. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papyrus, 2000, p. 130, passim.

ideal rural”<sup>379</sup> dos primeiros paulistas, “na senda do utilitarismo”.<sup>380</sup> Assim, o século XVIII marcou também, na visão desse autor, o início da retomada expansionista paulista – que alcançaria o seu ápice com a cafeicultura no século XIX – protagonizada pelos paulistas que retornaram ao planalto, enriquecidos pela atividade mineradora.

Alfredo Ellis Jr. assinala que o maior controle exercido pela “metrópole” sobre São Paulo, em resposta aos movimentos nacionalistas dos Setecentos, diminuiu o isolamento do planalto e tirou de São Paulo as suas prerrogativas de autonomia. Mais submissos ao “Reino” e desinteressando-se “das coisas da governança” – o que lhes restringia o campo de atividade – os paulistas puderam se dedicar, a partir de então, exclusivamente “às ocupações das quais poderia auferir resultado pecuniário”.<sup>381</sup>

Por outro lado, o fim do bandeirismo de “caça ao bugre” amenizou o seu espírito guerreiro paulista. Alfredo Ellis Jr. aponta que o bandeirante, ao trocar o “arcabuz do preador pelo avião do minerador”, precisou despir-se do “gibão de armas” para suportar melhor “as agruras da labuta nos socavões de mineiros”,<sup>382</sup> extinguindo assim o “caudilhismo” no planalto. Segundo Ellis Jr.:

[...] o habito morigerado de uma vida pacífica foi modificando o antigo paulista lidador, no pacato mineiro lavrador e cultivador do solo das “alterosas”, ou no pachorrento criador dos curraes do S. Francisco, nos campos goyanos ou piauhenses [sic].<sup>383</sup>

No século XIX, os lucros da lavoura de café, contribuindo para exacerbar o utilitarismo paulista despertado no século anterior, permitiram “matar de vez” o que ainda restava da belicosidade bandeirante. O autor assinala que o lavrador de café só pensava em trabalhar para a conquista da fortuna econômica. Dessa forma, ia se esquecendo dos “misteres das armas”. A Revolta Liberal de 1842 seria prova irretocável do horror à farda legado pelo paulista a partir de então.<sup>384</sup>

---

<sup>379</sup> ELLIS JÚNIOR., 1936, p. 212.

<sup>380</sup> Ibidem.

<sup>381</sup> Ibidem, p. 217.

<sup>382</sup> Ibidem, p. 242.

<sup>383</sup> Ibidem.

<sup>384</sup> Ibidem.



Se até o setecentos o paulista se viu obrigado ao comunitarismo pelo isolamento em que vivia no sertão, terminado o isolamento com que vivia no planalto, o paulista pode identificar-se com o individualismo. Os que saíram de São Paulo para a região das minas isolaram-se só ou com suas famílias nos aluviões. Muitos dos que ficaram isolaram-se nos latifúndios que começavam a aparecer em São Paulo, favorecidos pela diminuição da população nas vilas paulistas.

Alfredo Ellis Jr. assinala que as monções setecentistas não passaram de viagens periódicas e não guardaram também a feição comunitária expressa pelo bandeirismo. Ao chegar as regiões agrícolas, os seus grupos se desmembravam, “tomando cada qual o seu rumo escoteiramente para os alluviões, onde exerciam os seus labores”.<sup>385</sup> Os lucros já não eram mais compartilhados como nas bandeiras, “cada qual trabalhava para si, colhendo o ouro para si, não tendo a ver com os vizinhos”.<sup>386</sup> Essa a impressão que ressaltava das obras de Pedro Taques e Silva Leme – a de maior liberdade de ação, de mobilidade e de independência entre os membros das famílias paulistas, que com facilidade rompiam os laços de parentela para se dispersar, “internando-se isolados, com suas famílias, nos sertões longínquos do Paraná, do Rio Grande, Do São Francisco, do Piauhy, etc. [sic]”.<sup>387</sup>

No século XIX, com a expansão da cafeicultura, dar-se-ia a transposição definitiva do comunitarismo para o particularismo. Os paulistas partiam de Itu, Sorocaba, Campinas etc. em caravanas formadas pela família e o séquito de agregados caboclos e escravos negros, em direção ao sertão, onde se isolavam nos latifúndios, completamente segregados da comunidade.<sup>388</sup> Dessa forma, nessas frentes de povoamento do interior, o particularismo era inevitável, fazendo com o que paulista atingisse, pela identificação no individualismo “o pináculo da sua evolução”.<sup>389</sup>

---

<sup>385</sup> Ibidem, p. 280-281.

<sup>386</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>387</sup> Ibidem.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 282.

<sup>389</sup> Ibidem.

#### 4.2.2 Diferentes versões acerca do bandeirismo

Cassiano Ricardo procurou também diferenciar o “Sul” e o “Norte”. Sua descrição dessas regiões aproxima-se em muitos pontos daquela apresentada por Alfredo Ellis Jr.. Em linhas gerais, na visão desse autor, a sociedade do Norte, ou da “Casa Grande”, ao contrário de Piratininga, baseava-se na monocultura e na grande propriedade. Diferente de São Paulo, que segundo Ricardo, pelas condições nas quais se formou e por seu meio de vida – a caça ao bugre e ao ouro – era uma sociedade móvel, a sociedade do Norte era sedentária, apegada à propriedade imobiliária e ostentava suntuosas construções de pedra e cal, que contrastavam com as simples moradias bandeirantes de taipa.<sup>390</sup>

Cassiano assinala ainda que as relações que essas regiões estabeleceram com o poder ultramarino foram radicalmente opostas. Enquanto a Casa Grande representava o poder conservador e se estruturava como sustentáculo da Coroa portuguesa, aliando-se ao capitalismo europeu, a sociedade do planalto representou “a revolução de onde sairia a sociedade brasileira para a democracia e para a independência”.<sup>391</sup>

Apesar de diferentes, para Cassiano Ricardo, essas sociedades não se formaram isoladamente e caminharam ao longo da história brasileira no sentido da aproximação. Dessa forma, esse autor discorda de Ellis Jr. sobre a necessidade de pensar regionalmente a história do Brasil. Em sua opinião, esse erro era cometido por “certos historiadores” que ignoravam o mapa das bandeiras organizado por Taunay e o “sentido de continuidade geográfica” do bandeirismo. Desse modo, continua, se iludiam acreditando que “uma vez desfeito o todo em partes, seja possível pegar de novo as partes, colá-las umas às outras e refazer assim, uma vez mais, o todo [sic]”.<sup>392</sup>

Esse contraponto apresentado por Cassiano Ricardo à perspectiva regionalista de Alfredo Ellis Jr. se apóia na sua interpretação da bandeira como agente histórico da nacionalidade, não apenas pela conquista do território,

---

<sup>390</sup> Ver o capítulo A bandeira e sua origem social. RICARDO, 1970, p.119-148; p.180-181, passim.

<sup>391</sup> Idem. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política brasileira. 3ª edição. v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 180-181.

<sup>392</sup> Idem, 1970, p. 63.

mas, principalmente, pela propagação dos valores culturais bandeirantes. Dessa forma, Cassiano procura notar que a democratização social do bandeirismo agiu, ao longo da história brasileira, contra o feudalismo do litoral, predominante na monocultura escravocrata e latifundiária e contra o comunismo tribal do *hinterland*.<sup>393</sup>

Segundo ele, a descoberta das minas desfalcou “a zona de engenhos pela corrida que se fez, inclusive, de escravos fugidos, para a zona pioneira”.<sup>394</sup> Sobre isso relatava o parecer de Venceslau Pereira da Silva, de 1738, dirigido ao rei, segundo o qual, a falta de escravos prejudicava e deteriorava muito os moradores daquela capitania, “pela grande diversão e saída que tem para a das Minas, em que se ocupam mais de 150 mil”.<sup>395</sup> Do mesmo modo, os protestos dirigidos pelas autoridades à Corte davam idéia de que o litoral teria ficado deserto com o grito de que na terra havia ouro.<sup>396</sup> Essa debandada dos engenhos para as minas, na visão de Cassiano Ricardo, foi o melhor modo de combater o feudalismo do litoral.<sup>397</sup>

Tão importante quanto essa conseqüência do bandeirismo, foi a sua ação na “desteocratização do Sul”. Segundo o autor, o futuro da pátria dependia das expedições bandeirantes que, no século XVII, destruíram as reduções jesuítas no sul do país. De acordo com ele, em tais reduções os religiosos realizavam uma missão *supra locum*, ou universalista, ficando os indígenas, assim, impedidos de desenvolver um sentimento de patriotismo.<sup>398</sup> Diante dessa gravidade, Cassiano considerou legítima a violência empregada pelos bandeirantes, entendendo que sem ela não seria possível realizar aquele intento.<sup>399</sup>

O autor recorda também o papel do bandeirismo no combate aos quistos étnicos. Segundo ele, quando, na maioria das vezes, as expedições organizadas pelas autoridades ibéricas para combater os quilombos eram derrotadas, era solicitado o socorro das bandeiras, “remédio único e eficaz para

---

<sup>393</sup> Idem, 1959, p. 207.

<sup>394</sup> Ibidem, p. 206.

<sup>395</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>396</sup> Ibidem.

<sup>397</sup> Ibidem.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 199-200.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 199.

a tremenda situação”.<sup>400</sup> Foi o que aconteceu quando “o índio confederado se revolta na Bahia”.<sup>401</sup> “Nem Gaspar Adôrno, nem Tomé Dias Laços são felizes, em 1654 e 57”, desse modo, foram os bandeirantes convocados para auxiliar os baianos.<sup>402</sup> Segundo Cassiano Ricardo:

Fazia ver o governador-geral do Brasil à Câmara de S. Paulo que havia durado quarenta anos a revolta dos bárbaros da Bahia e só a bandeira os conseguira vencer. Fôsse agora ao Rio Grande e ao Ceará, onde “é incoparavelmente maior o poder dos bárbaros que o das nossas armas”. Matias Cardoso de Almeida e João Amaro Maciel Parente organizam as suas tropas e lá se vão, um atrás do outro. Antônio Gonçalves Figueira é um dos alferes de infantaria. [...]

Francisco Dias de Siqueira passa pelo Maranhão e vai até o Piauí, no encaço dos cupenharos (1701). Cristovão de Mendonça Arrais, lugar tenente de Domingos Jorge Velho, bate os janduins e aprisiona-lhes o rei, que se chamava João Fernandes Vieira. [...]

Morais Navarro liquida o Genipapoauçu e os tapuiaais na campanha do Açú, [...]. O Apuçá justa contas, por sua vez, com os selvagens do centro baiano e do Maranhão, abrindo caminho ao descobrimento das minas e da “lagoa onde se diz haver pérolas” [sic].<sup>403</sup>

É importante notar o contraste entre as análises de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo sobre as bandeiras. Cassiano Ricardo entende a bandeira como fenômeno social e defende a presença dos valores bandeirantes nos diversos eventos da vida social brasileira, o que permite a ele superar o pessimismo de Ellis Jr. com relação à possibilidade de criar no Brasil um sentimento de nação.

Já Alfredo Ellis Jr. interpreta a atividade bandeirante, estritamente, como uma atividade econômica dos paulistas nos séculos XVI e XVII, e procura explicá-la como decorrente das condições do meio paulista. Os paulistas, impedidos pela geografia desfavorável (o difícil acesso ao litoral e a maior distância da Europa) de competir com a produção açucareira do Nordeste teriam sido impelidos ao bandeirismo.<sup>404</sup>

---

<sup>400</sup> RICARDO, 1959, p. 190.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>403</sup> Ibidem, p. 188-189.

<sup>404</sup> Alfredo Ellis Jr. afirma que pela Serra do Mar era impossível o transporte de qualquer mercadoria pesada, mas o escravo podia auto-transportar-se, daí ser essa a única mercadoria

Esse autor defende o apresamento indígena como o objetivo principal da bandeira e discorda que o sonho de riqueza tenha sido motivador do bandeirismo. Tal explicação, em sua opinião, era incompatível com o restrito ideal econômico do paulista nos primeiros séculos que, segundo ele, “nunca se enganaram sobre as possibilidades de uma sorte melhor, sem as agruras de uma vida isolada na rudimentar e agreste colônia do planalto”.<sup>405</sup> Conforme observou Alfredo Ellis Jr., em grande parte, isso se devia ao fato de o paulista não ter uma “cultura limada que aprimorasse o fino metal da inteligência”.<sup>406</sup> Sendo assim, nada desorientou os modestos limites dos paulistas, que nunca foram desamparados pelo bom senso e o raciocínio calmo e frio. Só no século XVII, “quando alguns exploradores descobriram o rico aluvião, ousaram os paulistas dar mais curso a imaginação” [sic].<sup>407</sup>

Partindo desse pressuposto, para Alfredo Ellis Jr., o abastecimento de mão de obra visou apenas à expansão das pequenas lavouras paulistas, com o objetivo de garantir “um pecúlio que chegasse para o pagamento dos dotes ajustados para as suas filhas casadoiras, e para a constituição de um monte que outorgasse, em caso de morte, à sua família [sic]”.<sup>408</sup> Os bandeirantes não teriam chegado, inclusive, a constituir uma classe definida. Na visão desse autor, eram eles agricultores que, eventualmente, organizaram bandeiras a fim de suprir suas necessidades imediatas de mão de obra.<sup>409</sup>

Contra-pondo-se a essa interpretação, Cassiano Ricardo nega que o bandeirismo tivesse fins meramente econômicos e que o apresamento indígena fosse o seu objetivo principal. Para o autor, os bandeirantes apesar de “caçarem o índio”, não eram os autores do apresamento, mas os seus mandatários,<sup>410</sup> trazendo índios para o planalto para suprir a necessidade e a mando dos agricultores. Segundo Ricardo, o ouro teria sido o “objetivo constante, principal, do bandeirismo”.<sup>411</sup> A atividade bandeirante, desse modo,

---

de exportação do planalto paulista nos primeiros séculos. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **A economia paulista no século XVIII**. O Ciclo do Muar. O Ciclo do Açúcar. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1979, p. 50.

<sup>405</sup> Idem, 1936, p. 208.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>407</sup> Ibidem.

<sup>408</sup> Ibidem, p. 208-209.

<sup>409</sup> Ibidem, p. 207-208.

<sup>410</sup> RICARDO, 1970, p. 229-230.

<sup>411</sup> Ibidem, p. 238.

tinha um objetivo “econômico acumpliciado com o maravilhoso”. Os mitos “nascidos da idéia de riqueza, como a “itaberaboçu resplandescente”, a “lagoa dourada”, a “lagoa onde se diz haver pérolas”, a “serra das esmeraldas” é que teriam arrastado a bandeira para o sertão bruto de modo irresistível”.<sup>412</sup>

Ao assinalar que a imaginação não era um traço presente na psicologia do português, Cassiano Ricardo defende que o conteúdo fabuloso e mitológico da bandeira teria se desenvolvido pela contribuição do espanhol.<sup>413</sup> Na visão desse autor, o bandeirante andejo correndo atrás dos mitos teve assim, muito do quixotismo do espanhol instigado pelo fabuloso. Apenas trocava os moinhos de vento “pelo gosto de vencer os monstros da fábula [sic]”.<sup>414</sup>

Interessante notar que Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo apresentaram explicações opostas para o desenvolvimento da imaginação paulista, a partir da interferência de fatores externos. Para Alfredo Ellis Jr., a imaginação se desenvolve com o conhecimento intelectual. Desse modo, como já foi assinalado anteriormente, em sua opinião o atraso mental do paulista foi determinante para a sua ausência na sociedade Planaltina. Para Cassiano Ricardo, a imaginação não surge com a cultura ou com o intelectualismo, mas pela relação estabelecida pelo bandeirante com o meio. É o sertão que faz aflorar a imaginação do paulista.

Em Alfredo Ellis Jr., a explicação genética parece ter sido mais relevante. O paulista se manteve no contexto das primeiras décadas do século XX desprovido de “grande poder de imaginação”.<sup>415</sup> Ellis Jr. apóia-se na ausência desse traço – que segundo ele resultou na situação inferior dos paulistas “no que diz respeito aos surtos poético-literários” – para explicar por que São Paulo teria conseguido elevar-se “muito acima do brasileiro”, nas “realizações práticas e progresso material”.<sup>416</sup>

Fica evidente a contradição presente em Ellis Jr. quanto à influência do meio ou de fatores externos no desenvolvimento do caráter paulista. Enquanto o aparecimento da democracia e do utilitarismo no planalto está associado a causas geográficas e econômicas, o mesmo não acontece com relação à

---

<sup>412</sup> Idem, 1959, p. 105.

<sup>413</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>414</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>415</sup> ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 217.

<sup>416</sup> Ibidem.

capacidade imaginativa e artística do paulista, determinada permanentemente pelo traço psicológico do português.

Para explicar o contraste entre as interpretações de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo sobre o bandeirismo, para além desses apontamentos, o século XVIII sinaliza a virada interpretativa presente em *Marcha para Oeste*. Cassiano Ricardo nega que esse século tenha marcado o fim do bandeirismo. Dessa forma, procura tanto relativizar a crise nas vilas paulistas, como mostrar a importância desse período na propagação dos valores bandeirantes, com o desenvolvimento de um “imperialismo interno”. O autor recorda que teria chegado a tal ponto a democratização na região mineradora que o governador teria censurado um juiz ordinário por ter se recusado a remar a canoa em que transportava os quintos de ouro.<sup>417</sup> Por outro lado, que a expansão das bandeiras paulistas alcançaria, ainda nesse século, para além das regiões mineradoras, os territórios atuais dos estados de Mato Grosso e Goiás.

Por fim, no século XIX, as bandeiras paulistas seriam reeditadas em um novo horizonte cultural. Com a cafeicultura, o bandeirismo geográfico deu lugar ao bandeirismo econômico e esse, do mesmo modo que o anterior, seguiu sua marcha em direção ao sertão, transpondo as fronteiras do Oeste Paulista. A conciliação entre o latifúndio e o tipo social desbravador só seria possível através dessa planta nômade, o café, que se opondo à cana de açúcar – sedentária e com horror aos caminhos – à semelhança do bandeirismo histórico, ia expandindo as vias de comunicação com o interior. A cafeicultura em São Paulo ia, desse modo, construindo estradas modernas e linhas férreas, para nelas seguir a sua marcha, impulsionada pelo espírito de iniciativa e o “quixotismo ancestral”, rumo à inauguração de “zonas novas e despovoadas à economia brasileira”.<sup>418</sup>

---

<sup>417</sup> RICARDO, 1959, p. 94.

<sup>418</sup> Ibidem, p. 289-290; 296.

### 4.3 O RECEITUÁRIO PARA O BRASIL

Para o Alfredo Ellis Jr., os conflitos políticos do início do século XX eram decorrentes da tentativa de implantação de instituições políticas importadas, incompatíveis com a realidade do país. Em sua opinião, no entanto, essa constatação, aos poucos, substituía o “lirismo” dos brasileiros, fazendo emergir um diagnóstico mais acertado sobre o país. Ellis Jr., arrogando para si a capacidade de uma análise realista sobre o contexto brasileiro – segundo ele, semelhante à do “manuseador de estatísticas, de algarismos” ou, do observador “imparcial, de fatos sociológicos, psicológicos e econômicos”<sup>419</sup> – defendeu a implantação de um modelo político confederacionista no Brasil.

De acordo com Ellis Jr., todas as mazelas brasileiras resultavam da teimosia das nossas elites políticas e intelectuais em ignorar os diferentes estágios evolutivos em que se encontravam as diversas regiões do território nacional e insistir na luta pela centralização política.<sup>420</sup> Em sua opinião, a frágil nacionalidade brasileira não tinha a “força de agregação” necessária à sustentação de um modelo como esse.

Para Ellis Jr., conforme assinalado anteriormente, nos primeiros séculos da história brasileira se formaram vários grupos sociais os quais se mantiveram isolados uns dos outros. Esse autor, citando Spencer, enfatizou que a tendência era a de um agravamento dessa heterogeneidade. Sua explicação era a de que, desde o início da República, a aceleração do progresso não se distribuiu uniformemente pelo país. Desse modo, as regiões brasileiras se encontravam em níveis diversos de evolução. De um lado, o aumento das comunicações permitiu que o centro do país caminhasse em marcha acelerada de desenvolvimento. O Norte não pôde acompanhar esse ritmo, o que resultou no desequilíbrio entre essas regiões<sup>421</sup>:

---

<sup>419</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Confederação ou Separação**. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Liga Confederacionista, 1934, p. xx.

<sup>420</sup> *Ibidem*, p. ix.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 93.



[...] no Norte, compostos de 6 a 7 milhões de indivíduos, mais ou menos isolados entre si, completamente separados do núcleo central, onde cerca de 20 milhões de indivíduos se ligam por estradas ferreas precarias, e estradas de rodagens de pizo de terra. Esses 20 milhões de indivíduos tendem a caminhar em uma direcção certamente muito differente da que vão aquelles nortistas, isolados em ambientes phisicos differentes, disseminados em áreas immensas, em ambientes humanos e econômicos diversos.

Já no extremo Sul do paiz, um nucleo de cerca de 5 milhões de indivíduos, mergulhados em mesologia completamente differente do Centro, e mais ainda da reinante no Norte, naturalmente caminham para vias completamente diversas. Estão, há 2 mil kilometros do Centro, ao qual, apenas uma tenuíssima ligação da São Paulo-Rio Grande, outorga uma longíqua recordação do resto do Brasil [sic].<sup>422</sup>

A tal realidade somavam-se problemas mais antigos. Não existia no país uma homogeneidade racial. No Norte e Nordeste, a miscigenação entre o índio e o português resultou na predominância dos caracteres raciais do primeiro. Na Bahia, Rio e em Minas podia ser notada a grande recorrência do negro e no Sul a do italiano. Portanto, não passaria de “lirismo” os brasileiros chamarem uns aos outros de irmãos.<sup>423</sup>

Por outro lado, embora o país possuísse uma homogeneidade de idioma, esse seguia a tendência da diferenciação nos modos de falar no Norte e no Centro do país.<sup>424</sup> Assim como na língua, na religião, tínhamos no país uma falsa homogeneidade. O catolicismo, embora religião oficial, perdia-se na “indiferença geral” da população.<sup>425</sup> Mais importante que esses fatores, segundo Ellis Jr., o Brasil não possuía uma tradição histórica e mentalidade uniformes. Apesar disso, o nexos de um passado comum era erroneamente sustentado pelos que se prendem ao “unitarismo” ou ao “integralismo”.<sup>426</sup>

O principal agravante dessa realidade, contudo, eram os diferentes interesses “economico-comerciais” – segundo Ellis Jr., o principal fator de coesão nacional – sustentados por cada estado do país.<sup>427</sup> Nessa disputa, e

---

<sup>422</sup> Ibidem, p. 92-93.

<sup>423</sup> Ibidem, p. 27

<sup>424</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>426</sup> Ibidem, p. 71

<sup>427</sup> Ibidem, p. 60

com o centralismo político, São Paulo vinha sendo historicamente prejudicado, pois tinha a maior parte das suas receitas desviadas para outros Estados.

Com base nesses apontamentos, Alfredo Ellis Jr. procurava justificar que o regime centralista era mais adequado a países de pequena extensão territorial. No caso brasileiro, em que a realidade se agravava em função das poucas comunicações entre os estados, a melhor escolha, “a mais lógica” era a descentralização política. Nesse sentido, esse autor, ao contrário de Cassiano Ricardo, desenvolveria, em *Confederação ou Separação*, uma crítica sistemática ao Governo Vargas, acusando-o de gerar despesas desnecessárias com a criação de ministérios que serviam apenas para empregar “seus apaniguados políticos”.<sup>428</sup>

\*\*\*

Cassiano Ricardo, por outro lado, procurou, em *Marcha para Oeste*, evidenciar um fio histórico entre a índole bandeirante e a brasileira, bem como entre as bandeiras paulistas e a formação do Estado. Esse autor, depois de negar a hipótese do caráter estritamente “predatório” e econômico da bandeira, procurando sustentar a sua tese da formação de um Estado bandeirante, assim como o autor de *Os Primeiros Troncos Paulistas*, se posicionou com relação aos estudos de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Como aponta Alcir Lenharo, Cassiano Ricardo não concorda com Oliveira Vianna em que a gênese do Estado seja explicada apenas em termos guerreiros e pelo sincretismo entre autoridades locais e gerais. Também não aceita a afirmação desse autor de que as populações centro-meridionais não precisaram se organizar defensivamente. Para Oliveira Vianna, essa realidade só poderia ser notada no Sul.<sup>429</sup> Como contrapartida, Cassiano Ricardo enfatiza que a formação de um Estado rudimentar brasileiro em São Paulo e na bandeira como extensão da vila do planalto, explica-se justamente pela autonomia paulista ou pela ausência de sincretismo entre as autoridades locais e gerais.<sup>430</sup>

---

<sup>428</sup> Ibidem, p.119.

<sup>429</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986, p. 65.

<sup>430</sup> RICARDO, 1959, p. 227-228.

Quanto à função guerreira do bandeirante, negada por Oliveira Vianna, segundo o autor teria sido expressa na luta contra os carijós, cataguases, paiaguás e gauicurus. Ao avançar em sua análise, de acordo com Alcir Lenharo, Ricardo recorda ainda que o fiscalismo nas zonas bandeirantes de mineração foi outra fonte de pressão externa e destaca que, somente na mineração, a idéia de Estado se tornará impositiva, como resposta à pressão fiscal e, principalmente, à multiplicação espantosa das relações individuais. O Estado rudimentar bandeirante teria buscado assim corrigir o mal que decorria dos interesses rivais e garantir a existência coletiva, não apenas contra o inimigo externo como também contra o inimigo interno. Dessa forma, procurou impor-se frente à fragmentação individualista e assumindo um nítido caráter disciplinar contra a pressão desintegradora interna. Tais idéias, apontam Alcir Lenharo, expressariam de modo claro a intenção de Ricardo em estabelecer uma ponte histórica entre a bandeira e o modelo corporativista de estado implantado pelo Estado Novo.<sup>431</sup>

Cassiano Ricardo relembra também que seria errôneo pensar o Estado como uma criação puramente psicológica, arbitrária, dependendo só da vontade humana e dissociada da realidade do meio<sup>432</sup> ou das condições sociais e econômicas nas quais opera. Aliás, conforme assinalado anteriormente, para Cassiano Ricardo, esse era erro cometido pelos liberais, ignorando que as instituições políticas são formas vivas nascidas do meio e sobre as quais era necessária apenas uma “demão intelectual”.<sup>433</sup>

Partindo desse pressuposto é que Cassiano Ricardo considerou a bandeira como um Estado rudimentar originalmente brasileiro. Segundo o autor, o chefe de bandeira representa a “nossa gênese social e política”, criando um “governo forte, corajosamente americano”.<sup>434</sup> Ele executava no sertão todos os atos da vida civil: era o “executivo que tudo ordena, o legislador que decreta as leis do sertão, o juiz que dá remédio às desavenças e queixas

---

<sup>431</sup> LENHARO, 1986, p. 66.

<sup>432</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. v.2. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, 1959, p. 228.

<sup>433</sup> Idem. O homem cordial. In: **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1959, p.330-331.

<sup>434</sup> Idem. op. cit., p. 212, nota 432.

surgidas entre os componentes da tropa”.<sup>435</sup> Para além desses três poderes, acumulava ainda o militar, exercido ou por conta própria ou por “delegação majestática”.<sup>436</sup>

Cassiano Ricardo enfatiza que essa enorme soma de poder não era como no caso do senhor feudal, uma questão de força ou mandonismo. A autoridade do chefe de tropa provinha de uma escolha por eleição e, portanto, o seu governo era instituído democraticamente. O autor recorda que, quando descobertas as minas, o cuidado inicial dos exploradores foi realizar a eleição do seu cabo-mor e do seu guarda-mor, sendo eleitos Fernão de Dias Falcão para o primeiro cargo e Pascoal Moreira para o segundo.<sup>437</sup> Por outro lado, continua o autor, cada bandeira levava um “regimento” – esse regimento servia como uma pequena constituição –, o qual traçava as normas de governo, dando ao mando do chefe de tropa um caráter formal.<sup>438</sup>

Segundo o autor, a “mediação” é o segredo do melhor governo descoberto pelo bandeirante. Fernão Dias Pais é, nesse sentido, um apartador de tribos rivais, um “soldado pacificador do gentio” que consegue, sem o emprego das armas, convencer os índios a caminharem com ele.<sup>439</sup> De acordo com Cassiano Ricardo, os chefes de tropa se tornavam líricos e alcoviteiros para burlar as ordens régias que proibiam a escravização do indígena, promovendo assim, em larga escala, matrimônios entre índios e negras. Essa mesma “técnica amorosa” era empregada também quando, para apartar brigas com as tribos indígenas, o bandeirante casava os homens da sua tropa com as filhas dos caciques.<sup>440</sup>

A mesma mediação empregada pelo bandeirante nas situações de conflito estava presente na política brasileira até “nos menores atos, nos mais obscuros momentos de nossa formação social, racial, política”.<sup>441</sup> O autor recorda que “D. Pedro é acusado de manter a divisão dos partidos para ser ‘mediador’ necessário”,<sup>442</sup> do mesmo modo, que as leis brasileiras procuravam

---

<sup>435</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>436</sup> *Ibidem*.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>439</sup> *Idem*, 1959, p. 27, nota 433.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 32.

sempre a arbitragem e que a busca de soluções pacíficas ficava sempre em primeiro plano quando era preciso resolver questões internacionais.<sup>443</sup>

Tal “tendência irresistível” para apartar brigas estaria presente em todos os brasileiros.<sup>444</sup> Com base nesse argumento, Cassiano Ricardo defende a “bondade” como uma contribuição brasileira para o mundo. O brasileiro, segundo ele, mesmo na hostilidade e inimizade, era “menos cruel” que os outros povos<sup>445</sup> e deixava-se convencer, mais pelo coração do que pela cabeça; o seu estilo social era o da mansidão e não o da violência.<sup>446</sup>

Ao enfatizar essa continuidade da índole do bandeirante no brasileiro, esse autor considerou equivocada a associação entre a estabilidade física e a permanência de valores culturais e recordou que a cultura é formada por um complexo de valores, hábitos e aptidões – usos, costumes e estilos de vida – adquiridos pelo homem como membro da sociedade e que estão em oposição aos caracteres adquiridos pela herança biológica.<sup>447</sup>

Por outro lado, Ricardo assinalou ser impossível, por meio do conceito de cultura utilizado por Gilberto Freyre, *dynamic cultural change*, defender a permanência das sociedades de pedra e cal.<sup>448</sup> Assim, para Cassiano Ricardo, a sociedade bandeirante, a despeito de sua mobilidade, e também por causa da sua mobilidade, criou, a partir do sertão, valores diversos dos do europeu e foi também uma semeadora de valores culturais<sup>449</sup>:

O bandeirante foi, por certo, um excitador dessa *cultural change*, e bem mais interessante do que o senhor de engenho, então preocupados em soterrar negros nos alicerces das casas para dar uma impressão de maior estabilidade.<sup>450</sup>

Os valores culturais propagados pela bandeira poderiam ser notados, desse modo, na formação do Estado brasileiro. Cassiano discorda que esse Estado se sustentasse por meio do equilíbrio de antagonismos mencionado por

---

<sup>443</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>444</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>445</sup> Ibidem, p. 21-22.

<sup>446</sup> Ibidem.

<sup>447</sup> Idem. RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. v.2. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 220.

<sup>448</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>449</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>450</sup> Ibidem, p. 221.

Gilberto Freyre.<sup>451</sup> Também não concorda com a afirmação desse autor de que o brasileiro gosta do “governo másculo e corajosamente autocrático”,<sup>452</sup> pois em sua opinião, no Brasil, é a “mediação” e a “bondade” que prevalecem na organização do Estado.

Partindo desses pressupostos, para Cassiano Ricardo, o Estado burguês era prejudicial porque tirava o máximo de partido dos antagonismos, dividindo sempre para conseguir o seu equilíbrio em vez de “intervir nesses antagonismos e desarmar a gangorra dos ódios e rivalidades”.<sup>453</sup> Agia, portanto, de forma avessa à índole do brasileiro, que não cultiva os antagonismos para conseguir a harmonia social e é o conciliador entre todos os conflitos sociais, ideológicos, étnicos e econômicos.<sup>454</sup>

Ao contrário dele, o Estado brasileiro deveria usar a mesma lógica empregada pelo bandeirante para convencer os índios a acompanhar à tropa e se quizesse “reduzir o brasileiro à solidariedade e a obediência” deveria empregar a bondade com uma dose de maquiavelismo, mas de um maquiavelismo cheio de calor humano.<sup>455</sup>

---

<sup>451</sup> Ibidem, 1959, p. 66.

<sup>452</sup> Ibidem, p. 214.

<sup>453</sup> Idem. O homem cordial. In: **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro, 1959, p. 33.

<sup>454</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>455</sup> Ibidem, p. 38.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo analisamos a produção intelectual de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo entre os anos 1924 e 1940. Os escritos desses intelectuais dialogaram com o debate das primeiras décadas do século XX sobre a temática do sertão e sua importância na formação da identidade nacional.

Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo integraram, na segunda metade da década de 1920, o grupo modernista Verde-Amarelo, reunido em torno da redação do *Correio Paulistano*. A participação de Alfredo Ellis Jr., entretanto, apresentou-se superficial e curta, o que pode ser compreendido em função do distanciamento do projeto político e de modernização defendido por esse autor, com relação ao dos modernistas verde-amarelos, entre eles, o de Cassiano Ricardo. A proposta apresentada por Alfredo Ellis Jr. ligava-se à tradição republicana, enquanto o posicionamento político de Cassiano Ricardo articulou-se à crítica do modelo liberal.

Um dos principais diálogos entre as idéias expressas nos textos de Alfredo Ellis Jr. com o pensamento verde-amarelista é o esforço sistemático em destacar positivamente o papel histórico dos paulistas, associando-os à imagem do trabalho e do empreendedorismo. Tais características foram destacadas também pelos modernistas verde-amarelos – em artigos publicados no *Correio Paulistano* – com a intenção de invalidar a representação lobatiana do sertanejo mestiço, como indolente, apático e impenetrável à civilização.

Para tanto, ambos os autores, procuraram questionar as previsões negativas acerca da mestiçagem. A análise de Alfredo Ellis Jr. destacou o paulista como resultado da mestiçagem eugênica ocorrida no planalto e, nesse aspecto, diferenciada daquela que havia se realizado nas demais regiões brasileiras. Cassiano Ricardo, diferentemente de Alfredo Ellis Jr., teceu uma crítica mais enfática com relação às teorias sobre a mestiçagem do século XIX. Esses autores, contudo, ainda que tenham procurado redimir o brasileiro

mestiço – no caso de Alfredo Ellis Jr., estritamente o paulista – desenvolveram uma visão hierárquica da sociedade brasileira baseada na raça.

A tese da eugenia, da sub-raça paulista e da sua superioridade com relação aos brasileiros constituiu uma das bases centrais da hipótese defendida por Alfredo Ellis Jr., referente à formação democrática e liberal do paulista. Em função disso, foi que esse autor, considerando o negro uma raça inferior e, incapaz adaptar-se a uma sociedade regida por princípios liberais, minimizou a sua participação no *melting pot* do planalto paulista.

Cassiano Ricardo, por outro lado, procurou questionar o negativismo de Alfredo Ellis Jr. a respeito do negro. Esse autor destacou a participação das três raças que formaram a população brasileira como fundamental ao desenvolvimento de uma democracia viva, originalmente brasileira. Sua interpretação acerca da mestiçagem esteve associada ao projeto de Estado corporativo, cujo o germe, na visão desse autor, era a democracia orgânica desenvolvida no contexto da bandeira. O funcionamento dela estaria condicionado a uma rígida hierarquia, prevendo papéis específicos ao branco, ao índio e ao negro.

Apesar da caracterização semelhante do bandeirante como forte, destemido, desbravador do território, democrático, presente nos textos de Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo, nota-se o sentido diverso que a democracia adquiriu nos textos desses autores. Em Alfredo Ellis Jr., uma democracia liberal, em Cassiano Ricardo, uma democracia orgânica.

A interpretação acerca do bandeirismo é outro ponto de divergência entre as análises desses autores. Alfredo Ellis Jr. analisou a bandeira estritamente como uma atividade econômica do paulista. Diferente desse autor, Cassiano Ricardo entendeu o bandeirismo como fenômeno sociológico. Na visão desse autor, a expansão da cafeicultura paulista pelo Oeste Paulista representou um desdobramento das bandeiras dos séculos XVI a XVIII. Do mesmo modo, a necessidade de povoar e civilizar um amplo espaço territorial, segundo ele, teria obrigado os brasileiros a serem sempre continuadores das bandeiras históricas paulistas. Ao destacar esse aspecto, o texto de Cassiano Ricardo rompe com o ceticismo presente em Alfredo Ellis Jr. acerca da possibilidade de forjar no Brasil um sentido de nacionalidade.



Considerando a ação viva do passado, no presente, Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo consideraram a interpretação histórica como recurso essencial à compreensão do presente brasileiro daquela época e para composição de um receituário para os problemas do país. Alfredo Ellis Jr., enfatizando o distanciamento histórico, cultural, racial, econômico, social e político entre as diversas regiões brasileiras, procurou justificar a necessidade de descentralização política. Por outro lado, Cassiano Ricardo defendeu a organização de um Estado corporativo que a semelhança da organização bandeirante arbitrasse as diferenças e conflitos da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 5.1 FONTES

DEL PICCHIA, Menotti. O problema racial. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 26 ago. 1926.

\_\_\_\_\_. ; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio. **O Curupira e o Carão**. São Paulo: Hélios, 1927.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **A economia paulista no século XVIII**. O Ciclo do Muar. O Ciclo do Açúcar. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1979.

\_\_\_\_\_. **A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina**. São Paulo: Editora Obelisco, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. **Confederação ou Separação**. 3ª edição revista e aumentada. São Paulo: Liga Confederacionista, 1934.

\_\_\_\_\_. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

RICARDO, Cassiano. A anta e os democraticos, [sic]. **Correio Paulistano**. São Paulo, p.3, 3 set. 1927.

\_\_\_\_\_. Caapora. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 27 mai. 1928.

\_\_\_\_\_. O homem e a paisagem [sic], **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 3, 1 mar. 1928.

\_\_\_\_\_. Literatura Cynica, [sic]. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 3, 18 fev. 1926.

\_\_\_\_\_. Não há logar para os liberaes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 1 jan.1928.

\_\_\_\_\_. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. 4ª edição. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

\_\_\_\_\_. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira na formação social e política brasileira. 3ª edição. v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

\_\_\_\_\_. A poesia dos cafezaes [sic]. **Correio Paulistano**, São Paulo, p.3, 3 jul.1928.

\_\_\_\_\_. O “segredo das uiáras”. **Correio Paulistano**, São Paulo, 14 set. 1927.

\_\_\_\_\_. **Viagem no Tempo e no Espaço**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora,1970.

\_\_\_\_\_. O homen cordial; O bandeirante Euclides [sic]. In: **O Homem Cordial e outros pequenos estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura /Instituto Nacional do Livro, 1959.

SALGADO, Plínio. Aspectos Brasileiros. In: **Literatura e Política**. São Paulo: Editora das Américas, [s.d.].

## 5.2 ARTIGOS E LIVROS

AMARAL, Amadeu. O Jeca e o Japonês. In: **Política Humana**. São Paulo: Editora Hucitec/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

\_\_\_\_\_. **Tradições Populares**. São Paulo: Editora Hucitec/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-147. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129>>. Acesso 01 jul. 2010.

ARAÚJO, Karina Anhezini. **Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. 237 f. Doutorado. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

ARAUJO, Ricardo Benzaquén. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 28-54.

BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena**. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000.

CERRI, Luis Fernando. As concepções de História e os cursos de Licenciatura. **Revista de História Regional**. v.2, n.2, jul. 1997, p.4. Disponível em: <<http://www.uepg.br/v2n2/cerri.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação da UNESP, 1999.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma História da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DUARTE, Paulo. **Amadeu Amaral**. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura e Tecnologia, 1976.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Leonardo da Costa. Entre o político e folclorista: memória e história sobre Amadeu Amaral. **Outros Tempos**. v. 6, n. 7, jul. 2009, p.172-179. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/vol.6.7.pdf/Leonardo%20da%20Costa%20Ferreira.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. 2007. 163 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**. v. 19, n. 37, set. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102-01881999000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881999000100011)>. Acesso em: 11 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER Jean Yves (org.). **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e América nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006

FERRETI, Danilo J. Zione. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008.

GERSTLE, Gary. Raça e Nação nos Estados Unidos, México e Cuba. In: DOYLE, H. Don e Marco A. Pamplona (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação**. 2003. 175 f. Mestrado. (Mestrado em História) – (Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.5, supl. 0, Rio de Janeiro, jul.1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459701998000400012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 11 jun. 2009.

LAJOLO, Marisa. “**Jeca tatu em três Tempos**”. In: SCHWARCZ, R. (Org.) Os pobres na literatura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE BON, Gustave. **Leis psicológicas da evolução dos povos.** Rio de Janeiro: Editora Universus, [s.d.].

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas.** A caricatura na literatura paulista, 1900-1920. São Paulo: Editora da Unesp, 1996,

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** São Paulo: Papyrus, 1986.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil:** intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_.; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). **História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.15, n.3, julho/setembro, 2008.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre.** Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1955

\_\_\_\_\_. As grandes possibilidades dos países quentes; Jéca Tatú. A ressurreição [sic]. In: **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital.** São Paulo: Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. Urupês. In: **Urupês.** 34ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, [s/d].

\_\_\_\_\_. **O Saci-Pererê: resultado de um inquérito.** São Paulo: Globo, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue.** História do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTEIRO, Amilton Maciel. **Cassiano: fragmentos para uma biografia.** São José dos Campos: UNIPAV, 2003.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de História e do Indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Concurso de Livre Docência) – Departamento de Antropologia, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, poetas & heróis**. Aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.5, supl. 0, Rio de Janeiro, jul.1998. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artexx&pid=S0104.5970199800040000111ng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artexx&pid=S0104.5970199800040000111ng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 11 jun. 2009.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990

RAMA, Angel. **A cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 34.

REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / FGV, 1996.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 240.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**. Polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 1995.

SETÚBAL, Paulo. **A Bandeira de Fernão Dias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VELLOSO, Monica Pimenta. **O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)**. 1983. 189 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

\_\_\_\_\_. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo Paulista. **Estudos Históricos**, v. 6, n.11, 1993, Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_MonicaVeloso\\_Brasilidade\\_verde\\_amarela](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MonicaVeloso_Brasilidade_verde_amarela)>. Acesso em 1 mar. 2009.

WEHLING, Arno. O estado colonial na obra de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim. (orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/ReginaXavier.pdf>>. Acesso em 1 mar. 2010.